



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MAGNO DA NÓBREGA LISBOA

**JUVENTUDE NEGRA NA RODA DE CAPOEIRA: RESISTÊNCIA E PARTICIPAÇÃO
SOCIAL EM JUAZEIRINHO - PB**

**CAMPINA GRANDE
2022**

MAGNO DA NÓBREGA LISBOA

**JUVENTUDE NEGRA NA RODA DE CAPOEIRA: RESISTÊNCIA E PARTICIPAÇÃO
SOCIAL EM JUAZEIRINHO - PB**

Dissertação de mestrado acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais.

Linha de Pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Cristina de Aragão.

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Robéria Nádia Araújo Nascimento.

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L769j Lisboa, Magno da Nóbrega.
Juventude negra na roda de capoeira [manuscrito] :
resistência e participação social em Juazeirinho - PB / Magno
da Nóbrega Lisboa. - 2022.
109 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade
Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,
2023.

"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão,
Departamento de História - CEDUC. "

"Coorientação: Prof. Dr. Robéria Nádia Araújo Nascimento
, Departamento de Comunicação Social - CCSA."

1. Capoeira. 2. Juventude. 3. Juventude negra. 4. Inclusão
social. I. Título

21. ed. CDD 362

MAGNO DA NÓBREGA LISBOA

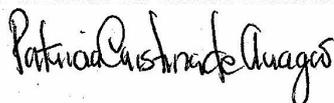
JUVENTUDE NEGRA NA RODA DE CAPOEIRA: RESISTÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM JUAZEIRINHO - PB

Dissertação de mestrado acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais.

Aprovada em 19 de dezembro de 2022.

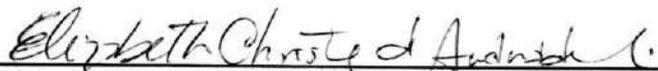
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão
PPGSS – UEPB
(Orientadora)



Prof^a. Dr^a. Robéria Nádia Araújo Nascimento
DECOM – UEPB
(Coorientadora)



Prof^a. Dr^a. Elisabeth Christina de Andrade Lima
PPGCS – UFCG
(Examinadora Externa)



Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva
PPGSS – UEPB
(Examinador Interno)

Dedico a conclusão desse mestrado acadêmico em Serviço Social, como também o título de Mestre pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), à minha mãe Lúcia, por toda dedicação, incentivo e força para cumprimento deste objetivo acadêmico.

Ao meu pai “Zezão” (*in memoriam*) e à minha avó Maria da Paz (*in memoriam*), que foram minha base em todo apoio dado para a minha formação humana, acadêmica e intelectual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma infindável a Deus, Aquele na qual é sabedoria divina da ciência. Sou grato por Ele me fazer forte, perspicaz e persistente, desde o processo de seleção deste mestrado acadêmico em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), durante o percurso acadêmico enquanto mestrando, bem como na finalização desta dissertação.

Foram muitas (todas) noites em claro, dormindo poucas horas (duas ou três horas de sono) ou até mesmo tendo que “tirar direto” várias vezes para logo cedo “correr” para o trabalho. Afinal, a correria, o cansaço, o esgotamento físico e mental foram tremendos. Senti na pele o quão foi sofrido e desafiador atrelar os estudos acadêmicos com a jornada de trabalho como Assistente Social no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) dos municípios de Juazeirinho e Santo André, ambos localizados no Estado da Paraíba, uma vez que não é fácil ser profissional do Serviço Social.

Para conseguir o feito do título de Mestre em Serviço Social pela UEPB tive que abdicar de muitas coisas, tais como: responsabilidades profissionais, lazer, vida social, entre outros fatores. Os feriados e fins de semana tornavam-se dias preciosos para dar conta desta pesquisa e de outras tarefas acadêmicas inerentes ao mestrado. Entretanto, nesses dias de folga, tinha horas que o cansaço era tão grande que a exaustão física batia. Quando adoecia, entrava em pânico, pois as horas de repouso atrapalhavam na produção, mas minha fé em Deus e minha força de vontade foram maiores e propulsores.

Sou grato a Deus por ter vencido, durante este curso, a proficiência em língua estrangeira, a submissão do projeto de pesquisa para o Comitê de Ética em Pesquisa da UEPB, as avaliações dos componentes curriculares, publicações de artigos científicos, entre outras exigências da pós-graduação *stricto sensu*.

Além disso, torna-se necessário destacar tamanha gratidão por ter conseguido conciliar esse mestrado em Serviço Social com o curso de graduação em Jornalismo, ambos pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da minha querida e estimada

UEPB. Muito obrigado, meu Deus, por me fazer batalhador, guerreiro e resiliente para conseguir chegar até aqui!

Agradeço a intercessão de Maria Santíssima, mãe de Jesus Cristo, que sempre foi minha medianeira nas orações e intercessões, iluminando e protegendo meu caminho, como também ao meu Anjo da Guarda, meu protetor, e a Santo Expedito, que tenho estimada devoção, bem como todos os anjos e santos que são meus intercessores nesta minha caminhada acadêmica.

Para conseguir galgar mais esse degrau na minha intensa trajetória acadêmica, foi necessário o apoio fundamental de pessoas importantes na minha vida, a começar pela minha base, ou seja, a minha família, na qual agradeço intensamente. Dessa forma, agradeço a minha mãe Maria Lúcia da Nóbrega, que me fornece todo apoio, força e incentivo para que eu não desista de nenhuma etapa. Sou grato por sempre estar ao meu lado, apoiando-me em todas as minhas decisões, dificuldades e conquistas, além de ser meu rochedo, minha aliada, minha medianeira. Obrigado por toda dedicação e cuidado no preparo para os lanches para minha alimentação diurna na universidade, por me acordar após pouquíssimas horas de sono para, logo em seguida, eu ir trabalhar, me dando forças para persistir no trabalho junto a toda carga de obrigações acadêmicas. Gratidão por todo zelo e todo amor empregado ao meu cuidado. Não tenho palavras para agradecer-te. Obrigado, Mainha!

Agradeço ao meu pai José Antônio da Nóbrega (*in memoriam*), que sempre fez questão em me apoiar nos meus estudos para meu crescimento como ser humano, me incentivando para eu seguir o caminho rumo ao conhecimento, sem medir esforços, me fornecendo grandes subsídios para os meus cumprimentos estudantis, sempre se preocupava em não perder o ônibus para que eu não faltasse às aulas da graduação em Letras e Serviço Social na UEPB. Tenho plena certeza de que onde estiverdes, estás orgulhoso de mim.

Agradeço também a minha avó Maria da Paz Nóbrega (*in memoriam*), que partiu no alvorecer de minha carreira acadêmica e foi um dos pilares de meu crescimento intelectual, educacional, acadêmico e pessoal. Sinto muito a falta de teu colo a me afagar quando eu mais necessitava. Fostes um grande apoio na minha existência e nas minhas conquistas. Sinto falta quando nos momentos de dificuldades escolares, eu

pedia as tuas orações para que tudo fosse solucionado. Impossível esquecer de quando a senhora se emocionou ao me ver saindo de casa de malas prontas para me hospedar na casa dos meus amigos para a realização do vestibular.

De fato, tenho plena certeza de que ambos estão participando ativamente de minhas lutas e conquistas e que estão felizes e satisfeitos com mais uma conquista alcançada. Afinal, sou a continuidade do brilho de vocês, pai e avó. Minha gratidão por vocês é imensa. Sei que vocês estão felizes com essa etapa concluída. Muito obrigado, Painha e Vovó!

À Cícero Batista Filho e à Kátia Bezerra da Silva que, devido a amizade existente durante a fase de pré-universitário, abriram as portas de suas residências para me acolher para a realização dos vestibulares em Letras e Serviço Social da UEPB e suas respectivas aprovações. A vocês meus sinceros agradecimentos!

À minha orientadora Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão, que em meio aos seus inúmeros compromissos acadêmicos, pegou na minha mão e me orientou neste trabalho acadêmico, tornando-se uma espécie de fada madrinha na minha vida acadêmica, na qual será um exemplo acadêmico a ser seguido por mim, como fonte de inspiração para ingresso em novos patamares acadêmicos. Um exemplo de humanismo, academicismo, maestria, diplomacia e supremacia intelectual.

À coorientadora Prof^a. Dr^a. Robéria Nádia Araújo Nascimento, do Departamento de Comunicação Social (DECOM) da UEPB, pelas contribuições e sugestões bibliográficas para aprimoramento deste trabalho.

Ao examinador interno da UEPB, Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva e a examinadora externa Prof^a. Dr^a. Elisabeth Christina de Andrade Lima (Bebete) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pelos valiosos apontamentos e sugestões, tanto na qualificação quanto na avaliação da defesa pública, para aperfeiçoamento desta dissertação de mestrado acadêmico.

De fato, tenho plena certeza que as sugestões e avaliações de Edil Ferreira e Bebete, serão grandiosas e de suma relevância para a concretização deste trabalho que coroa mais um crescimento intelectual, como também o término de mais uma conquista acadêmica tão sonhada em minha vida.

À Prof. M^a. Maria do Socorro Pontes de Souza do Departamento de Serviço Social (DSS), por permitir a realização do cumprimento do Estágio Docência no componente curricular Tópicos Especiais em Saúde do curso de bacharelado em Serviço Social da UEPB, que, por sua vez, foi um momento maravilhoso de troca de conhecimentos.

Ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEAB-Í), por meio do curso de especialização em História e Cultura Afro-Brasileira da UEPB, que através de uma simples proposta para pesquisa acadêmica de monografia, disseminou na ampliação de uma pesquisa de mestrado que poderá se tornar tão importante para o âmbito acadêmico, como também para a sociedade.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Mayara Duarte, por ser sempre resolutiva e prestativa.

Ao Grupo de Capoeira Hubuntus do município de Juazeirinho, em especial aos instrutores Flávio Lima e Socorro Xavier, bem como aos jovens que participaram das entrevistas para aprimoramento desta pesquisa dissertativa acadêmica. Sou muito grato por abrirem a roda de capoeira para que eu pudesse adentrá-la e pesquisá-la com tanta dedicação e afinho. Sempre estiveram dispostos para informações necessários no tocante a esta pesquisa acadêmica.

Às minhas primeiras professoras, Lânia Kátia Câmara e Luzia Evangelista Rangel, por me ensinarem as primeiras letras, como também aos demais professores que contribuíram e continuam contribuindo para minha vida pessoal, artística, acadêmica e profissional.

À UEPB por me proporcionar um arsenal de conhecimento através da diversidade de saberes científicos proporcionados por esta amada Universidade.

À minha grande amiga do curso de graduação em Serviço Social e do curso de especialização em História e Cultura Afro-Brasileira da UEPB, Alcione Ferreira, um grande presente que ganhei para a vida inteira, que tornou-se minha primeira guia para o conhecimento dos estudos étnico-raciais. Obrigado por toda parceria desde a graduação aos dias atuais! És um grande presente de Deus em minha vida.

Às colegas do mestrado em Serviço Social, Géssica Anselmo, pelo apoio na documentação para o processo de qualificação desta pesquisa acadêmica, e Patrícia

Andrade, pela parceria durante todo o percurso no mestrado, bem como pelas conversas e desabafos referentes ao processo de construção desta dissertação.

À Jussara Abdala, colega dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UEPB, que torceu pela minha aprovação no mestrado e sempre esclarecia minhas dúvidas em relação ao PPGSS.

Aos colegas do curso de Jornalismo da UEPB, pela admiração por eu conciliar tal graduação, com pós-graduação e exercício profissional.

À Ana Clara, que esclareceu todas as minhas dúvidas para a submissão do meu projeto de pesquisa para o Comitê de Ética em Pesquisa da UEPB.

Ao amigo Taynan Araújo, na qual sempre desabafei sobre a correria e as exigências inerentes de um mestrado acadêmico.

Aos amigos Aline Tomaz, Carlos Neto, Fabrício Lima, Gilvan Júnior, Izabelle Trajano e Josenildo Marques, pelos auxílios necessários durante esse processo.

A todos que de algum modo contribuíram para a conquista de mais um objetivo que hoje se concretiza e que torcem verdadeiramente pelo meu sucesso.

Portanto, dentre estes fatores citados, só resta expressar a minha gratidão incondicional a todos.

Muito obrigado!

"Pesquisar capoeira é simplesmente gingar pelo processo da experimentação. É problematizar o jogo no sentido de encontrar uma solução plausível. É hipotetizar o jogo visando responder, antecipadamente, a questões do objeto investigado, o que vale, quer pela confirmação de características, quer pelo encontro de novos caminhos e evidências".

Hellio Campos (Mestre Xaréu)

RESUMO

A capoeira constitui num marco importante da história do Brasil. Desde a gênese foi um relevante instrumento da resistência dos escravos brasileiros e continua sendo pelos que praticam essa arte afro-brasileira. A capoeira é um espaço de inclusão social da juventude, na qual corresponde numa prática cultural étnica afro-brasileira que permite contribuir para a inclusão social dos jovens em condição de vulnerabilidade social. Com base nisto, é necessário afirmar que a inclusão da temática sobre a capoeira nos diversos espaços sócio-ocupacionais, seja em estabelecimentos educacionais, comunidades e instituições assistenciais, proporciona uma ação de reconhecimento da importância do povo negro e de suas tradições na formação de nosso contexto histórico, social e cultural. A presente pesquisa tem como objetivo investigar como a resistência cultural afro-brasileira e a participação social são vivenciadas por jovens negros de Juazeirinho - PB nas rodas de capoeira, através de ações socioeducativas do Grupo de Capoeira Hubuntus. Para tanto, este trabalho consiste numa pesquisa de cunho etnográfica com abordagem qualitativa e, desse modo, respalda-se como base bibliográfica nas contribuições teóricas de Areias (1983), Dayrell e Carrano (2002), Groppo (2015), Lima (2012), Malaquias (2005), Oliveira e Leal (2009), Vieira (1998), dentre outros autores que abordam acerca da capoeira, juventudes e juventude negra. No que se refere aos instrumentos utilizados para coleta de dados da pesquisa, deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com os instrutores de capoeira, bem como com os jovens capoeiristas componentes do grupo de capoeira em questão. Portanto, a presente pesquisa contribui para possibilitar discussões acerca da inclusão social de jovens negros através da capoeira dentro de uma perspectiva de uma educação não formal, uma vez que tal manifestação cultural afro-brasileira constitui-se num instrumento de desenvolvimento e emancipação humana, bem como de inclusão social de jovens negros em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista que forma os integrantes para a cidadania, como fator de suma relevância para o processo de inclusão social.

Palavras-chave: Capoeira. Juventudes. Juventude negra. Inclusão social.

ABSTRACT

Capoeira constitutes an important milestone in the history of Brazil. From the beginning, it was a relevant instrument of resistance for Brazilian slaves and continues to be for those who practice this Afro-Brazilian art. Capoeira is a space for the social inclusion of youth, which corresponds to an Afro-Brazilian ethnic cultural practice that contributes to the social inclusion of young people in conditions of social vulnerability. Based on this, it is necessary to state that the inclusion of the theme on capoeira in the various socio-occupational spaces, whether in educational establishments, communities and assistance institutions, provides an action of recognition of the importance of black people and their traditions in the formation of our historical, social and cultural context. This research aims to investigate how Afro-Brazilian cultural resistance and social participation are experienced by young black people from Juazeirinho - PB in capoeira circles, through socio-educational actions of the Grupo de Capoeira Hubuntus. Therefore, this work consists of an ethnographic research with a qualitative approach and, thus, is supported as a bibliographical basis in the theoretical contributions of Areias (1983), Dayrell and Carrano (2002), Groppo (2015), Lima (2012), Malaquias (2005), Oliveira and Leal (2009), Vieira (1998), among other authors who address capoeira, youth and black youth. With regard to the instruments used to collect research data, it was done through semi-structured interviews that were carried out with the capoeira instructors, as well as with the young capoeiristas that make up the capoeira group in question. Therefore, this research contributes to enable discussions about the social inclusion of young black people through capoeira within a perspective of non-formal education, since such an Afro-Brazilian cultural manifestation constitutes an instrument of human development and emancipation, as well as the social inclusion of young black people in a situation of social vulnerability, bearing in mind that it prepares members for citizenship, as a factor of paramount importance for the process of social inclusion.

Keywords: Capoeira. Youths. Black youth. Social inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Associação Cultural de Capoeira Badauê na Missa da Consciência Negra..	76
Figura 2 – Grupo de Capoeira Hubuntus na escola	77
Figura 3 – Apresentação no 2º Ginga Juazeirinho no Centro Pastoral de Juazeirinho ..	78
Figura 4 – Participação no projeto da E.E.E.F.M. Dep. Pedro Pascoal de Oliveira	80
Figura 5 – Grupo de Capoeira Hubuntus no SCFV	80
Figura 6 – Trabalho do Grupo de Capoeira Hubuntus no projeto O Bom Samaritano ...	81
Figura 7 – Logomarca do projeto Ginga Juazeirinho	83
Figura 8 – Troca de graduação de jovem capoeirista (2019)	84
Figura 9 – Momento do Ginga Juazeirinho (2022)	85
Figura 10 – <i>Live</i> realizada no primeiro ano da pandemia da COVID-19 em 2020.....	87
Figura 11 – Apresentação das meninas na roda de capoeira	88
Figura 12 – Meninas do Grupo de Capoeira Hubuntus após apresentação de dança ...	89
Figura 13 – Apresentação no 3º Ginga Juazeirinho	90
Figura 14 – Grupo de Capoeira Hubuntus no 3º Ginga Juazeirinho.....	91
Figura 15 – A musicalidade presente na capoeira.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA – Associação do Livre Comércio

CD – *Compact Disc*

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

DECOM – Departamento de Comunicação Social

Dr./Dr^a. – Doutor/Doutora

ENLIJE – Encontro Nacional de Literatura Infanto-Juvenil e Ensino

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e demais orientações sexuais e identidades de gênero

M^a. – Mestra

MEC – Ministério da Educação

MMN – Movimento de Mulheres Negras

MNU – Movimento Negro Unificado

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAB-Í – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONGs – Organizações Não Governamentais

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

PB – Paraíba

Pe. – Padre

PNJ – Política Nacional de Juventude

PPGLE – Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Prof./Prof^a. – Professor/Professora

PT – Partido dos Trabalhadores

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

TEN – Teatro Experimental do Negro

TDICs – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UAL – Unidade Acadêmica de Letras

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CAPOEIRA ENTRE A LUTA E AS RESISTÊNCIAS: CAMINHOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	21
2.1 Trajetos históricos da capoeira no Brasil	22
2.2 As práticas de capoeira: lutas e resistências	26
2.3 Abordagem etimológica do nome capoeira	33
2.4 A capoeira e suas principais características	35
2.5 A Capoeira Angola e a Capoeira Regional	37
2.6 O reconhecimento da capoeira na contemporaneidade	40
3 A CONDIÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE NEGRA: ABORDAGENS E ANÁLISES.	43
3.1 Juventudes: uma abordagem social da condição juvenil	44
3.2 Juventudes negras: percursos de luta e resistência	63
4 JUVENTUDE E CAPOEIRA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO - PB	70
4.1 Breve abordagem dos aspectos históricos e sociais de Juazeirinho - PB	71
4.2 As práticas de capoeira no município de Juazeirinho - PB: história de luta pela reafirmação da história e cultura afro-brasileira	74
4.3 A capoeira na vivência dos jovens praticantes	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

O que se convencionou chamar de cultura brasileira é, na verdade, uma aglutinação de diversidades étnicas. No entanto, nossos costumes, comidas e danças, na sua heterogeneidade, revelam a marcante presença africana em nosso país, que teve suas primeiras impressões com a vinda forçada de negros na condição de escravizados para o Brasil. Nesse contexto, um dos grandes exemplos é a capoeira, prática que abrange todas as etnias.

Dessa forma, faz-se importante destacar essa expressão cultural afro-brasileira, que possui um legado de contribuição do povo negro para o processo de formação de nossa história no contexto social e econômico. A capoeira se constitui como ação na luta e resistência na afirmação do povo negro para consolidação de sua cultura. Como é uma prática cultural étnica afro-brasileira, consiste num meio de inclusão social das juventudes das comunidades, haja vista o seu viés étnico, geracional e emancipatório para o público juvenil através de uma perspectiva de educação não formal.

No que concerne ao campo teórico na qual o presente estudo se insere, diz respeito ao campo do Serviço Social num debate geracional sobre juventude negra na roda de capoeira e a relação com a cultura afro-brasileira na construção de formas e modos de resistências. Quanto à viabilidade desta pesquisa no campo de Serviço Social, esta, por sua vez, possibilita novos olhares sobre as juventudes negras, a partir do Grupo de Capoeira Hubuntus focalizado para essa pesquisa, articulada à capoeira através dos estudos desenvolvidos.

Tal pesquisa tem como objetivo geral analisar como a resistência cultural afro-brasileira e a participação social são vivenciadas por jovens negros de Juazeirinho - PB nas rodas de capoeira, através de ações socioeducativas do Grupo de Capoeira Hubuntus. No tocante aos objetivos específicos, são os seguintes: verificar a formação histórica da capoeira em Juazeirinho e como a partir dela foram construídas ações socioeducativas que contribuem para a resistência cultural afro-brasileira e a participação social entre jovens negros do Grupo de Capoeira Hubuntus, apresentando o contexto de sua formação histórica na cidade; discutir sobre a categoria juventude articulando tais discussões à questão racial a partir de jovens negros e suas lutas de

resistência cultural para a compreensão de suas complexidades no contexto da capoeira; mostrar como a capoeira em Juazeirinho enquanto expressão da cultura e resistência negra permite que jovens negros do Grupo de Capoeira Hubuntus sejam inclusos, propiciando a participação social destes através das ações socioeducativas desenvolvidas nestes grupos.

Com base nisso, vale ressaltar que essa temática permitirá compreender que o desenvolvimento da prática de capoeira no município de Juazeirinho, apresenta um princípio educativo não formal, além de colaborar e contribuir como marco de resistência cultural na construção da identidade étnica dos jovens integrantes do grupo de capoeira.

Conforme Nandi (2016), a identidade dos jovens está relacionada com a realidade dos direitos nos espaços pelos quais convivem. Sendo assim, a identidade dos grupos é um fator determinante na definição do território e no acesso a ele, pois quando focalizam uma região, se evidenciam concretamente as desigualdades econômicas que são alimentadas por diferenças de gênero, raça, etnia, orientação sexual e por deficiência. Contudo, segundo a autora, são nos espaços e territórios que se encontram as possibilidades de integrar diferentes políticas públicas para melhor qualidade de vida para a juventude.

De acordo com Scherer (2013), as juventudes vêm se constituindo como um dos segmentos mais afetados pelas expressões da Questão Social, tornando-se necessário o desvelamento de seus processos, buscando seus significados para a compreensão das suas complexidades. Sendo assim, deve-se lançar o olhar sobre as juventudes, pois ao problematizar suas questões, surgem possibilidades para uma percepção mais crítica desse grupo na atual conjuntura.

A proposta para desenvolvimento desta pesquisa acadêmica surgiu a partir da necessidade de aprofundar a pesquisa bibliográfica realizada no curso de especialização em História e Cultura Afro-Brasileira, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEAB-Í), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sobre *A importância da capoeira no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas e comunidades*, na qual obteve-se acesso a depoimentos e experiências a respeito da capoeira, sua contribuição e atuação com relação às tradições históricas e

culturais afro-brasileiras, como também demais experiências na perspectiva do povo negro, tais como: história da África, religiões afro-brasileiras, educação para as relações étnico-raciais e demais assuntos inerentes à história e cultura afro-brasileira e africana.

Faz-se importante destacar que durante o curso de especialização anteriormente mencionado foram pesquisados os aspectos históricos e pedagógicos que a capoeira apresenta. Neste trabalho de dissertação de mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), por meio da linha de pesquisa Gênero, Diversidade e Relações de Poder, a pesquisa é, pois, enveredada pelas ações socioeducativas e de participação social que a capoeira permite desenvolver com jovens negros das comunidades periféricas da cidade de Juazeirinho. Desse modo, ao perceber a prática da capoeira na supracitada cidade, percebe-se no grupo de capoeira que, por sua vez, é objeto de pesquisa, a ação desenvolvida junto aos jovens permite que estes desenvolvam uma formação cidadã. Partindo dessa perspectiva, foi desenvolvida a pesquisa sobre juventude negra na capoeira dissecando as ações socioeducativas e de participação social realizadas pelo Grupo de Capoeira Hubuntus da cidade de Juazeirinho - PB.

Com base nisto, parte-se da premissa de que a juventude negra atrelada à capoeira é de suma importância para potencializar a educação, inclusão e emancipação política e social de jovens negros, uma vez que, conforme Malaquias (2005), os espaços de sociabilidade são preponderantes à vida humana, visto que propiciam a interiorização transcultural dos ensinamentos recebidos e das relações estabelecidas em sociedade. Para tanto, é através do comportamento jovem, que vemos a manifestação transcultural, seja na formação de grupos afins, seja na expressão artística e/ou política da resistência e da construção identitária.

Em função do exposto, a presente pesquisa em questão abordará a importância do trabalho da capoeira junto aos jovens capoeiristas do município de Juazeirinho, no sentido de propiciar a participação social, relações de sociabilidade e resistência da prática de capoeira na referida cidade, buscando enfatizar a pertença étnica dos jovens praticantes.

A partir desta territorialidade se torna importante discutir as práticas de sociabilidade e participação social que a capoeira no contexto da cultura afro-brasileira desenvolve na cidade, sobretudo, nos aspectos relativos à resistência negra, com jovens se autoafirmando culturalmente e desenvolvendo este trabalho a partir das rodas de capoeira.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de cunho etnográfica com abordagem qualitativa. Em relação à pesquisa etnográfica, Severino (2016) afirma que é um tipo de pesquisa na qual visa a compreensão, na sua cotidianidade, dos processos do dia a dia em suas diversas modalidades, os modos de vida do indivíduo ou do grupo social. De acordo com Sampieri *et al.* (2013), a pesquisa etnográfica analisa o comportamento de um grupo, sistema social ou cultural, tendo em vista que é fundamentada na etnografia que implica a descrição e interpretação profundas de um grupo, sistema social ou cultural. Com base nisto, faz-se importante enfatizar que a proposta da utilização de pesquisa etnográfica dá-se devido poder estar presente no *lócus* da pesquisa, vivenciando de perto o cotidiano dos espaços de sociabilidades dos jovens praticantes do grupo de capoeira. Dessa forma, foi observado *in loco* como se dá a dinâmica das aulas de capoeira, tanto por meio do ensino realizado pelos instrutores quanto em relação aos conhecimentos adquiridos pelos jovens capoeiristas.

A presente pesquisa com juventudes no campo do Serviço Social e suas as colaborações, proporcionou discutir acerca da capoeira, bem como compreender a realidade dos jovens praticantes em prol da luta e resistência dessa manifestação cultural afro-brasileira a partir da realidade histórica, social, econômica e cultural do município de Juazeirinho.

No que se refere aos dados da pesquisa, deu-se através da coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com os instrutores de capoeira, bem como com os jovens capoeiristas componentes do grupo de capoeira em questão para diagnosticar quem são, o perfil étnico, como são socialmente, em que consiste a capoeira e qual a importância desta na vida dos jovens, entre outras questões. Assim sendo, conforme Minayo (2010), a entrevista tomada no sentido amplo de expressão verbal e no aspecto restrito da coleta de dados a respeito de determinado tema, é, pois, o método mais utilizado nos procedimentos de trabalho de campo.

Em relação à análise dos dados obtidos, foram submetidos à análise de conteúdo, na qual permitiu análise crítica das respostas dos sujeitos envolvidos na referida pesquisa, com a finalidade de apresentar os significados implícitos e explícitos das respostas, a partir da identificação de categorias temáticas.

No que concerne à pesquisa qualitativa, essa, por sua vez,

se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2010, p. 21-22).

Dessa forma, a referida pesquisa, além da abordagem qualitativa, articula pesquisa documental, bibliográfica e observação participante, apresentando como embasamento teórico as concepções de Areias (1983), Dayrell e Carrano (2002), Groppo (2015), Lima (2012), Oliveira e Leal (2009), Tavares (2014), Vieira (1998), entre outros que abordam acerca de juventudes, juventude negra e sobre a capoeira desde o surgimento até a contemporaneidade, como também materiais informativos do grupo de capoeira pesquisado, tendo em vista que também adotou, como aparatos documentais para a referida pesquisa, o Projeto de Lei de regulamentação da capoeira nº 5.222/2009, além do Estatuto da Juventude.

No primeiro capítulo sobre **“Capoeira entre a luta e as resistências: caminhos na sociedade brasileira”**, tecerá uma contextualização historiográfica acerca do surgimento das práticas de capoeira no Brasil, suas principais tipologias e características, como também o seu reconhecimento e sua importância na atualidade. Em seguida, no segundo capítulo intitulado **“A condição social da juventude negra: abordagens e análises”**, será discutido acerca dos estudos sobre juventudes e juventude negra. Posteriormente, o terceiro capítulo **“Juventude e capoeira no município de Juazeirinho - PB”**, explanará a prática capoeira no município de Juazeirinho - PB desde a formação até o contexto atual, para ser possível compreender o processo de valorização e o reconhecimento da cultura afro-brasileira na referida cidade.

2 CAPOEIRA ENTRE A LUTA E AS RESISTÊNCIAS: CAMINHOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Abordar sobre capoeira e sua função social no decorrer deste trabalho dissertativo de mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na área de concentração Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais, por meio da linha de pesquisa Gênero, Diversidade e Relações de Poder, faz-se, portanto, necessário dissecar sobre a contextualização histórica do objeto desta pesquisa científica.

Para tanto, aqui será tecido o percurso histórico percorrido pela capoeira no transcorrer dos séculos, desde a origem até a contemporaneidade, bem como pelos contextos históricos vivenciados pelos povos negros praticantes de tal manifestação afro-brasileira. Marcada pelos questionamentos de onde se originou, por diversas informações sobre como se deu o nome de tal prática, por repressões, perseguições, punições, reconhecimento, ressignificações e preconceitos, infelizmente ainda existentes, a capoeira caracteriza-se como sinônimo de luta e resistência. São esses os principais pontos nas quais serão explorados neste capítulo.

Desse modo, o primeiro aspecto a ser discutido será no tópico 2.1 sobre **“Trajetos históricos da capoeira no Brasil”**, na qual abordará a contextualização histórica sobre a origem da capoeira, tecendo como eclodiu e as diversas informações historiográficas a respeito. Em seguida, no tópico 2.2, **“Práticas de capoeira: lutas e resistências”**, discutirá a respeito das repressões, proibições, restrições, sistematizações e adequações que a capoeira sofreu ao longo do período da ditadura militar instaurada no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Posteriormente, no tópico 2.3, **“Abordagem etimológica sobre a origem do nome capoeira”**, destacará acerca dos aspectos das diversas perspectivas sobre como se originou a palavra que dá nome à manifestação cultural afro-brasileira. Após, no tópico 2.4, **“A capoeira e suas principais características”**, tratará acerca dos dois tipos de capoeira: angola e regional. Por último, no tópico 2.5, enfatizará **“O reconhecimento da capoeira na**

contemporaneidade” que, por sua vez, destaca a conquista da inserção da capoeira nos diversos espaços de sociabilidade.

2.1 Trajetos históricos da capoeira no Brasil

A contextualização historiográfica a respeito da gênese da capoeira, faz-se mister informar que tal surgimento é marcado por diversos questionamentos, se é originária da África ou do Brasil, como também a respeito da etimologia do nome. Desse modo, a presente pesquisa tecerá afirmações a esse respeito ao longo da discussão.

Conforme pesquisas feitas, a capoeira inicia-se durante o século XVI, no período em que o Brasil era colônia de Portugal e foi desenvolvida por negros africanos trazidos para o Brasil com a finalidade de serem utilizados como mão de obra nas lavouras de cana-de-açúcar. Nesse sentido, alguns estudiosos, a exemplo de Soares (2004), entre outros, explicam que se trata de uma cultura afro-brasileira. De acordo com Areias,

essa manifestação cultural foi introduzida no Brasil pelos negros de Angola e Bantus, no século XVI por negros escravos como instrumento de luta pela libertação e mais do que um jogo, essa manifestação popular nasceu como uma arte marcial, uma luta, um instrumento de combate e resistência (AREIAS, 1983, p. 25 *apud* LISBOA, 2014, p. 12).

Parafraseando a afirmação de Areias, através do conhecido livro intitulado *O que é capoeira?*, publicado em edição única no ano de 1983, é correto afirmar que a capoeira surgiu no contexto da escravização dos negros, tendo como principal objetivo a luta pela resistência. Sendo assim, quando os africanos chegaram ao Brasil, perceberam a necessidade de projetar formas de proteção contra práticas de violência, castigos e repressões, nas quais eram submetidos pelos senhores de engenho, haja vista que proibiam os negros escravizados de realizarem qualquer tipo de luta e, além disso, reprimiam as práticas ancestrais das tradições dos costumes culturais africanos.

Dessa forma, os escravos utilizavam o ritmo e os movimentos das danças africanas, adaptando-as a um tipo de luta. É a partir disto que eclode a capoeira, considerada como uma arte de defesa disfarçada de dança, em função dos movimentos

e da musicalidade envolvidos nas práticas. Remetendo a essa adaptação das práticas de capoeiragens, tem-se o sincretismo religioso, uma vez que eram impedidos de praticarem os rituais religiosos de matriz africana e, dessa forma, associaram características dos deuses africanos com as características dos santos do catolicismo para que, assim fossem aceitos.

Com base nos estudos sobre a origem, de acordo com Campos há controvérsias e diversas hipóteses “uma afirma que a capoeira teria vindo para o Brasil trazida pelos escravos, e a outra considera a capoeira como uma invenção dos escravos no Brasil” (CAMPOS, 1990 *apud* CAMPOS, 2009, p. 33). Um fator de suma importância que merece ser enfatizado nesta pesquisa dissertativa concerne ao sentido pelo qual Helió Campos na sua tese de doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), destaca Waldeloir do Rego, que, por sua vez, é considerado como um grande estudioso da capoeira.

Segundo Rego (1968) *apud* Campos (2009), não há exatidão acerca de quando ocorreu, precisamente, a chegada dos primeiros negros escravizados nas terras brasileiras. Assim sendo, Campos destaca que “a grande dificuldade em obter tal afirmação deve-se principalmente ao conselheiro Ruy Barbosa que, quando Ministro da Fazenda do Governo Deodoro da Fonseca, mandou queimar toda a documentação referente à escravidão negra no Brasil” (CAMPOS, 2009, p. 33). Diante desse contexto, Campos (2009), ressalta que, para Rego, “a capoeira foi inventada no Brasil pelos descendentes afro-brasileiros” (REGO, 1968, p. 31 *apud* CAMPOS, 2009, p. 33).

Abib (2004) aponta os questionamentos da origem da capoeira, se ela é brasileira ou africana, se é tida como dança, luta, jogo, esporte ou apenas “brincadeira de negros vadios”. O referido autor assinala que são dúvidas nas quais persistem há muito tempo, pelo menos desde fins do século XVIII e início do século XIX, uma vez que é quando são encontradas as primeiras fontes historiográficas específicas sobre a capoeira. Desde então, muitos têm se arvorado a defender seus argumentos sobre o assunto.

É pertinente mencionar que muitas histórias foram contadas a respeito do surgimento da capoeira, como, por exemplo, a afirmação de que a capoeira surge em Palmares como arma dos escravos fugitivos. A este respeito,

estudos atuais apontam a hipótese mais provável de que ela foi o somatório das diversas danças rituais praticadas em um amplo arco da África que abasteceu os negreiros e que se encontraram no ambiente específico da escravidão brasileira. Registros documentários de Angola revelam práticas lúdicas e marciais tradicionais que se parecem muito com a capoeira que chegou nos navios negreiros. Dessa forma, a capoeira seria um mosaico, constituído por inúmeras danças africanas ancestrais que se teriam amalgamado em definitivo na terra americana (SOARES, 2004 *apud* LISBOA, 2014, p. 13).

Conforme essa afirmação de Soares (2004) é notório enfatizar que a capoeira é constituída por um processo de ressignificação de práticas da ancestralidade africana adaptando-se às práticas de resistência e defesa das perseguições ocorridas no período escravocrata. Dessa forma, pode-se afirmar que a capoeira alastrou-se por todo o território brasileiro. Porém, é necessário enfatizar que, segundo Soares (2004), sua propagação se deu “nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco onde se encontravam os maiores comentários entre o povo e a imprensa local, a partir do ano de 1.700” (SOARES, 2004 *apud* LISBOA, 2014, p. 13). Quanto à questão acerca da capoeira ser entendida como dança ou luta, deve-se ao fato de que nas tradições africanas, principalmente na etnia banto, as lutas sempre apresentam características de danças e que a capoeira moderna une as duas conceituações.

Diante desses aspectos mencionados, é correto afirmar que a capoeira foi um importante instrumento de resistência dos negros escravizados no Brasil. Com base nisso, conforme Bruhns, “além de resistência escrava, era uma leitura do espaço, uma forma de identidade grupal, um recurso de afirmação pessoal na luta pela vida, um instrumento decisivo do conflito dentro da própria população cativa” (BRUHNS, 2000 *apud* LISBOA, p. 13). De acordo com essa citação de Bruhns, é notório que a capoeira surgiu baseada na centralidade de resistência contra todas as formas de opressão vividas pelos negros escravizados durante a era do Brasil Colônia.

Nesse contexto, as práticas da capoeira ocorriam nos terreiros próximos às senzalas com o intuito de favorecer a manutenção da cultura africana e afro-brasileira, o alívio das grandes sobrecargas de trabalho, bem como dos castigos sofridos pelos negros escravizados, bem como servia de manutenção da saúde física e mental. No decorrer do tempo, os colonos perceberam o poder fatal dos golpes praticados nas capoeiragens e estas acabaram sendo proibidas, estabelecendo-se, desse modo,

castigos corporais, entre outras medidas severas proibitivas. Apenas a partir do governo presidencial de Getúlio Vargas que a capoeira ganhou notoriedade frente às diversas classes sociais, sendo considerada com um esporte nacional brasileiro, com treinos, movimentos e vestimentas sob forma sistematizada.

Soares (2004) destaca que a capoeira teve forte aceitação popular na cidade do Rio de Janeiro. Na segunda metade do século XIX, a capoeira era uma marca das tradições rebeldes do povo trabalhador da zona urbana, na considerada maior cidade imperial do Brasil, uma vez que reunia escravos libertos, brasileiros, imigrantes, jovens, adultos, negros e brancos. Assim sendo, no Rio de Janeiro, a capoeira era tida como resistência de enfrentamento ao poder elitista, uma vez que

ao mesmo tempo que enfrentava o aparato policial e a ordem escravista, a capoeira participava ativamente das lutas políticas dentro dos grupos dominantes, como capangas dos senhores da Corte, e mesmo incorporava termos e trejeitos do vocabulário pedante de juizes e doutores da política da época (SOARES, 2004 *apud* LISBOA, 2014, p. 14).

Assunção e Mansa (2008), assim como os autores já citados nesta pesquisa, abordam que a origem da capoeira sempre foi controvertida, uma vez que teria sido reproduzida pelos escravos nas senzalas. Conforme estudos realizados pelos referidos autores, durante o século XIX a capoeira apresenta um caráter urbano, praticada por crioulos¹ e escravos africanos nas cidades portuárias, como Rio de Janeiro e Salvador. Os respectivos autores em questão afirmam que durante o século XIX, era “brincadeira” proibida, e a maioria dos africanos presos por “jogarem” capoeira no Rio de Janeiro era advinda da África centro-ocidental, das nações Congo, Angola e Benguela e que em Salvador, a capoeira também era identificada como uma “brincadeira” dos negros angolanos. Devido a estes fatores, faz sentido buscar as raízes da capoeira na região dos atuais Congo e Angola. Remetendo a esse aspecto, Abib (2004) assinala que no início do século XIX, devido perceberem a ameaça junto aos negros escravizados, as práticas de capoeiragem foram consideradas como crime pelo poder colonial.

No que concerne ao século XX, conforme Oliveira e Leal (2009), o referencial da capoeira se volta para a Bahia, onde na década de 1930 foi criada a chamada Capoeira

¹ Termo utilizado em relação aos negros nascidos no Brasil.

Regional e logo em seguida, como resposta a ela, se organiza a capoeira Angola. Ambas, segundo Assunção e Vieira (1999), foram fruto de uma adequação ou modernização da capoeira, frente a um novo contexto histórico-social. As duas modalidades se opunham a outra espécie de capoeira – ancestral de ambas – que, conforme os discursos repressivos e até mesmo segundo alguns Mestres mais antigos, era refúgio de “desordeiros e valentões”.

A mudança de significado, ocorrida a partir da década de 1920 do século passado, refletiu tentativas de manipulação política. Por consequência, acabou colaborando para transformar a capoeira em objeto de consumo, via folclorização. Aqui, a capoeira “tradicional”, representada por alguns dos grandes ícones de seu passado, era citada como referência oposta à sua transformação em atração turística e comercial.

2.2 As práticas de capoeira: lutas e resistências

De acordo com Ribeiro e Ribeiro (2015), durante muito tempo, no Brasil, o golpe de Estado, ocorrido no dia 2 de abril de 1964, denominado de ditadura militar, foi um regime governado durante vinte e um anos por generais eleitos indiretamente. Desse modo, os autores ressaltam que o golpe militar recebeu forte apoio da sociedade civil, foi financiado e embasado por empresas de grande porte, meios de comunicação e personalidades influentes na sociedade brasileira da época (RIBEIRO; RIBEIRO, 2015).

Com base nisto, acerca do período do regime civil-militar ocorrido entre os anos de 1964 a 1985, pode-se afirmar que foi uma época marcada por censuras e proibições, prisões sem motivo formal, exílio, torturas e até morte, a doutrina nacional capturou diversos aspectos da vida social, privando a sociedade de sua liberdade de expressão e da democracia (DOMINGUES, 1996 *apud* JESUS, 2015, p. 47).

No período ditatorial era uma época em que os direitos sociais não existiam muito menos humanos, haja vista que a população na qual protestava contra as barbáries do regime militar, era perseguida, hostilizada, torturada, exilada e até mesmo assassinada. O Brasil vivenciou a opressão da ditadura civil-militar durante 21 anos, na

qual não havia participação popular no processo de tomadas de decisões políticas, tampouco na execução das políticas públicas.

Nesse sentido, é correto afirmar que durante o regime militar brasileiro, preponderava o sistema autocrático de governo, tendo em vista que a população não poderia exercer o pleno direito à democracia e de liberdade de expressão. Dessa forma, quem se manifestava contra a ditadura era perseguido, preso, torturado e assassinado. A censura tomava conta dos sistemas de comunicação. Era, pois, um período totalmente repressor.

Vale destacar que durante esse tempo sombrio da história do Brasil, ocorre um vasto crescimento dos movimentos sociais. Entretanto, no intuito de combater as manifestações sociais contra a ditadura, são criados Atos Institucionais para reprimir as lutas por democracia e direitos humanos e sociais.

No que tange à capoeira no período da ditadura militar, de acordo com Jesus (2015), as práticas de capoeira foram proibidas durante vários anos pelos senhores coloniais, bem como no período da República através do Código Penal Brasileiro, tornando-se criminalizada pelo Estado e pela sociedade civil por conta da discriminação racial, política e cultural incitada pela burguesia brasileira. Segundo este autor, algumas rodas de capoeira que aconteciam nas ruas ou nas praças eram vigiadas por policiais. Assim, “em determinadas circunstâncias, quando a polícia suspeitava que aquela roda apresentasse um caráter subversivo, a roda era repreendida e prendia-se alguns capoeiras” (JESUS, 2015, p. 13).

A este respeito o referido autor enfatiza que

apesar de todas as implicações da época, de todo contexto e de todos os conflitos e tensões que envolviam a prática da capoeira, os capoeiras não deixaram sucumbir alguns elementos da sua tradição cultural e da sua ancestralidade, e fizeram da sua arma de guerra uma ferramenta de resistência e de transgressão enfrentando tensões que oscilaram entre o jogo da inclusão marginal do capitalismo e formas de resistência que preservaram a historicidade e a identidade de um povo que sofreu a escravidão, a colonização, a Ditadura Militar, e os processos neoliberais do mundo contemporâneo (JESUS, 2015, p. 13-14).

Torna-se importante salientar que, conforme Jesus (2015), desde o surgimento da capoeira e, conseqüentemente, com as proibições e perseguições, houve

capoeiristas que aceitaram as normas impostas pelos senhores de engenho, bem como houve capoeiristas que lutaram contra estas normas e outros que usaram de suas “malandragens capoeirísticas” para aderir às normas, apenas como tática de sobrevivência.

Por causa do regime militar, Nestor Capoeira (2006) afirma que as academias de capoeira, que foram fundadas na década de 1930 por Mestre Bimba e na década de 1940 por Mestre Pastinha, passaram a ser chamadas de associações ou centros culturais, uma vez que eram registradas e subordinadas ao Governo Federal e filiadas a alguma federação de cunho estadual, visto que era filiada à Confederação Brasileira de Pugilismo, haja vista que anos depois surge a Confederação Brasileira de Capoeira, na qual tutelava as federações estaduais.

Já durante a década de 1950, segundo Nestor Capoeira (2006), os capoeiristas do Estado da Bahia foram para a região Sudeste, à procura de melhorias e disseminação das práticas de capoeira, mais detidamente nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, visto que nestas unidades federativas a capoeira tinha se extinguido por conta das perseguições policiais. De acordo com Jesus (2015), como a Bahia continuava sendo o celeiro dos capoeiristas, jovens da classe média do Rio de Janeiro foram para a Bahia para ter aulas com Mestre Bimba e ao regressarem para o Rio de Janeiro continuaram seus aprendizados nascendo, assim, várias academias de capoeira pela região Sudeste.

Nos anos de 1960 – época do início do golpe militar – Nestor Capoeira (2006) admite que

[...] em 1964 os militares deram um golpe e tomaram o poder no Brasil, instaurando a ditadura militar [...], instalando um sistema de governo que poderíamos chamar de tecnoburocrático [...]. A capoeira, durante esta parte do “período das academias”, assimilou muitos dos valores desta tecnoburocracia (e talvez por isto, por estar em sintonia com os valores dos “donos do poder” – e, em consequência, em sintonia com os valores da classe média –, tenha podido alcançar, nos vinte anos seguintes, um sucesso econômico e uma divulgação nunca antes vistos) (CAPOEIRA, 2006, p. 36).

Desse modo, Jesus (2015), por sua vez, enfatiza que, de início, as federações quiseram impor suas determinações de acordo com o padrão imposto pela ditadura militar que reprimia o Brasil. Entretanto, renomados capoeiristas e academias

conhecidas nesse âmbito resistiram aos padrões do regime militar e, dessa forma, não se filiaram a tais entidades. Com base nisto, o referido autor destaca três fatos acerca da capoeira durante o período da ditadura militar, haja vista que, segundo ele, esses acontecimentos ocorridos reproduzem todo o processo histórico da capoeira. São eles:

Primeiro fato – [...] houve enquadramento por parte dos capoeiristas, pois estes acreditavam que aceitando as normas do Regime Militar, a Capoeira estaria sendo bem vista e com isso sobreviveria e eles não seriam perseguidos, nem torturados, presos e/ou mortos. Este enquadramento pôde ser visto nas academias de Capoeira através das ginásticas de aquecimento [...], dos treinos sistemáticos e repetitivos de cada golpe, a utilização de graduações para os alunos através de cordas, cordões ou cordéis de diferentes cores amarrados na cintura (tendo em vista que a ideia de graduar um aluno de acordo com o seu aprendizado foi de Mestre Bimba [...]), e a obrigatoriedade do uso do uniforme durante as aulas. Ainda nos anos iniciais do Regime Militar se começa a pensar em campeonatos e torneios de Capoeira [...]. Segundo fato – assim como houve capoeiristas que se renderam ao Regime Militar, houve aqueles que não aceitaram suas imposições, ou seja, transgrediram as regras Militares. As rodas de rua, a não utilização de uniformes e graduações, eram marcas registradas dos capoeiristas que não seguiam as normas da Ditadura Militar, pois afirmavam que a Capoeira era livre, que foi criada para a liberdade e não deveria ficar presa às regras, nem a uniformes e graduações (prática militar). Em contrapartida, os capoeiristas transgressores, eram chamados, pelos que aderiram ao Regime Militar, de capoeiristas sem Mestre, foram perseguidos e presos pela polícia e perseguidos por outros capoeiristas [...]. Terceiro fato – [...] houve capoeiristas que “aceitaram” as normas do Regime Militar, para as suas sobrevivências [...] da Capoeira e de seu trabalho, o que nos remete a um falso enquadramento. Muitas das novidades introduzidas à Capoeira no início do Regime Militar se dão por conta do Judô e do Karatê, modalidades de artes marciais que faziam sucesso nesse período, devido aos treinos técnicos e sistêmicos e ao visual mais “sério”, devido à uniformização, e organização, o que, certamente, atraía “alunos-clientes” com maiores possibilidades de pagarem uma mensalidade com um valor mais alto. Dá-se também a frequência com que os grupos realizavam os Batizados de Capoeira, pois era cobrada uma taxa para se trocar de graduação (JESUS, 2015, p. 36-37).

Diante dessa afirmação acima citada, pode-se afirmar que, durante o período ditatorial do regime militar, as práticas de capoeira tiveram que, de certo modo, se submeter aos preceitos impostos pela ditadura no sentido da adequação ao “alinhamento”, “normatização” e “padronização” do que era permitido, como, por exemplo, a adoção do uso de fardamentos, entre outros aspectos.

Conforme Batalha (2018), a inserção das práticas de capoeira nos diversos espaços sociais, para fins comerciais, principalmente no mercado turístico da Bahia, é aliada a um crescente interesse militar:

se a principal forma de se construir a capoeira na década de 1960 era enquanto “arte marcial brasileira”, seu aspecto ‘marcializante’ se deve à participações em alguns eventos conflitivos do século XIX. Registros em fontes oficiais e obras de capoeira nos fornecem, por exemplo, a participação de capoeiristas na Guerra do Rio da Prata (Cisplatina) e, principalmente, na Guerra do Paraguai (BATALHA, 2018, p. 56).

Com relação ao início da década de 1970, Jesus (2015) sublinha que a capoeira já predominava todo o território brasileiro e, por essa razão, muitos capoeiristas da classe média dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram ministrar aulas de capoeira no exterior do país, de início nos Estados Unidos e, posteriormente, nos países europeus. Já no que se refere à década de 1980 foi a vez dos capoeiristas do Estado de Minas Gerais migrarem para os países estrangeiros com finalidade pedagógica.

Um fator de suma importância nesse processo é que os capoeiristas que partiram para dar aulas no exterior passaram por grandes dificuldades. Sobre os aspectos culturais, “a roda de Capoeira é constituída pela circularidade que compõe as tradições da cultura africana, se diferenciando marcadamente do pensamento linear eurocêntrico” (JESUS, 2015, p. 18). Para este autor,

o período histórico da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) como momento relevante para destacar que esse modelo de dominação permaneceu nas relações estabelecidas entre o regime militar, a sociedade e a Capoeira, numa configuração marcada por repressão e controle de qualquer manifestação cultural e política que pudesse comprometer o poder dominante. Nesse período, os mecanismos de opressão adotaram estratégias de disciplinarização de uma prática cultural concebida com caráter histórico suspeito, pois era rotulada como coisa de vadios e arruaceiros, e defendia-se a necessidade de enquadrá-la aos princípios da ordem militar por meio de uma lógica de higienização de um corpo tido como primitivo, para torná-lo combativo, fortalecido e esportivo (JESUS, 2015, p. 17).

Para Jesus (2015), o período da ditadura militar ratificou, mais uma vez, a tentativa de consolidação de um padrão hegemônico de procedência colonialista, haja vista que, através de sua versão capitalista, buscou submeter uma prática cultural afrodescendente ao padrão eurocêntrico e estadunidense.

No que diz respeito à cultura popular e suas manifestações sociais, os anos 70 e 80 no Brasil foram marcados, de acordo com Abib (2004), por uma ampla movimentação no sentido da luta pela democratização das expressões. Sobretudo, no

final da década de 70, a partir de certo “afrouxamento” da ditadura militar, começam a surgir iniciativas de mobilização popular, principalmente, nos grandes centros, onde a reivindicação por direitos políticos e sociais, aliada a uma determinada abertura do regime, permitiram a organização de um número muito grande de movimentos sociais, que envolviam a articulação de novos partidos políticos, até a criação de associações de donas de casa, passando pela organização de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), rearticulação de sindicatos, associações de bairros, movimento estudantil e ecológico, entre muitos outros, contando inclusive com uma participação importante da Igreja Católica, através da sua vertente progressista conhecida como Teologia da Libertação.

No que se refere à questão racial, segundo Horbach (2020), o golpe militar reprimiu os movimentos sociais de militância política ativa a respeito da questão racial no Brasil. Sendo assim, a autora ressalta que a primeira fase da ditadura ocorrida entre 1964 e 1976, solidificou as bases repressivas e discursivas para limitar essas manifestações coletivas, visto que debatiam e enfrentavam o racismo no país:

embora nem todos os movimentos sociais e culturais do povo negro estivessem diretamente relacionados a uma atuação política de esquerda, o golpe de 1964 representou uma derrota para o debate racial e para o ativismo negro até mesmo na sua face mais moderada [...]. Incitar debates sobre a questão racial era criar um problema que não existe e, de acordo com o AI-5, era um crime de subversão (HORBACH, 2020, p. 161-162).

Dessa forma, Horbach (2020) afirma que as reduzidas transformações acontecidas na época da ditadura militar em articulação com as discussões acerca da questão racial em todo o mundo causaram modificações intensas em relação ao debate racial existente no Brasil. Monagreda (2017) destaca que ao longo do final dos anos 1970, principalmente com a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, antes Movimento Contra a Discriminação Racial e, posteriormente, Movimento Negro Unificado (MNU), houve uma organização de escala nacional, tendo em vista que o MNU articulou manifestações contra atos específicos de racismo por discriminação em clubes e em protesto à ação policial contra os negros naquele contexto histórico.

Domingues (2007) *apud* Monagreda (2017), narram que, na década de 1970, o discurso do movimento negro assume uma postura de contestação direta à ideia de democracia racial brasileira, e a categoria “negro” se tornou um termo a partir do qual se construiu uma categoria sócio-política de luta e de orgulho para os descendentes de africanos neste país. Nas palavras de Horbach (2020),

se para parte desse país a tortura como arma política terminou com a redemocratização em 1988, na parte negra desse todo ela segue sendo é mais um dos mecanismos sistêmicos de aniquilação. Para a maior parte da população brasileira, os Manifestos do MNU, os poemas dos *Cadernos Negros*, os debates da imprensa negra e a expressão dos “baile black” – hoje talvez na versão contemporânea de “bailes funk” – não perderam a sua atualidade. Mesmo que as políticas de ações afirmativas e a redistribuição de renda aplicadas nos últimos anos tenham produzido muitos avanços, a população negra segue sendo a mais mal remunerada, estando a maioria entre os mais desempregados e entre as vítimas da violência que mais morrem. Como já perguntou uma vez Marielle Franco, “quantos mais tem que morrer pra essa guerra acabar?”. Nesse sentido, é impossível dissociar os processos históricos e sociais de opressão e aniquilamento a qual foi submetido o povo negro (HORBACH, 2020, p. 173-174).

Portanto, o autor ressalta que a causa do povo negro em busca de reconhecimento e autoafirmação consiste, até os dias atuais, em luta política na conquista por direitos sociais e igualitários, bem como pelo direito à vida e o direito de ser “a busca pelo reconhecimento é motor da atuação política da negritude, transcende nacionalidades, é transatlântica e imperiosa” (HORBACH, 2020, p. 174). O autor ainda salienta que

de acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), a oposição ao golpe e a repressão violenta do Estado não se limitou apenas a “um setor da classe média urbana de maioria étnica branca”, mas nela também “figuram nomes de militantes de origem negra. Afora isso, por serem maioria entre os mais pobres, os negros eram os maiores atingidos pelas políticas autoritárias do período” (BRASIL, 2014 *apud* HORBACH, 2020, p. 174).

Na visão de Horbach (2020), antes do golpe militar de 1964, os debates a respeito da questão racial se solidificaram e as lutas dos movimentos negros se realinhavam cada vez mais para uma perspectiva classista sobre o problema do negro no Brasil. A esse respeito,

em diversas partes do território, organizavam-se agrupações negras, sendo o Teatro Experimental do Negro (TEN), sob a liderança de Abdias do Nascimento, que atuava não apenas na formação de atores negros para o teatro – algo inédito na época devido à proibição de atores negros nos palcos e o uso da prática de *black face* –, mas também na defesa de agenda política antidiscriminatória e na promoção da alfabetização e profissionalização da comunidade negra (DOMINGUES, 2007 *apud* HORBACH, 2020, p. 159).

Com relação à discussão acerca das práticas de capoeira durante o regime civil-militar, Jesus (2015) relata que a capoeira, apesar das perseguições, cresceu em termos de grupos formados, que se disseminaram em outros países, atraindo inúmeros praticantes através de campeonatos, torneios, publicação de livros, filmes e *Compact Discs* (CDs). É possível entender que os praticantes de capoeira no Brasil, conforme o referido autor, com malícia e malandragem, “souberam “jogar” com a ditadura e [...] trazer melhorias para a prática” (JESUS, 2015, p. 39). Entretanto, o autor ressalta que parte da capoeira foi bastante prejudicada e, assim, muitos grupos e participantes ainda enfrentam atos de preconceito e injustiça na preservação de suas raízes culturais.

2.3 Abordagem etimológica do nome capoeira

Em relação à etimologia da palavra capoeira, assim como existem várias informações no tocante ao surgimento das práticas capoeiristas, torna-se necessário, também, destacar a respeito do surgimento do termo vocabular. Nesse sentido, Campos (2009), em seu estudo afirma que foi registrado inicialmente no ano de 1712 pelo estudioso Rafael Bluteau e depois, no ano de 1813, por Moraes.

a primeira proposição de que se tem notícia é a de José de Alencar, em 1865, na primeira edição de *Iracema*. Sugere Alencar, para o vocábulo capoeira, o tupi *Caa-Apuamera*, traduzido por “ilha de mato já cortado”. Segundo Rego, Henrique Beaurepaire Rohan (1879) propôs o tupi *Co-puera*, significando “roça velha” (1968, p. 17); já, para Macedo Soares (1880), o vocábulo vem simplesmente do guarani *Caápuêra*, “mato que foi”, atualmente mato miúdo que nasce no lugar do mato virgem que se derrubou; J. Barbosa Rodrigues (1887), no século passado registrou em seu livro *Paranduba Amazonense*, a forma *Caapoêra*; e para o Visconde de Porto Seguro, o termo certo é *Capoêra* (CAMPOS, 2009, p. 34).

Assim como a gênese da capoeira, há também diversas informações acerca de como surgiu o nome, como, por exemplo, a de que os negros escravizados quando

queriam praticá-la diziam que iam treinar na “capoeira”, que, por sua vez, consistia em campos com pequenos arbustos, chamados na época de capoeiras ou capoeirão. Por causa disto, acredita-se que originou o nome desta prática cultural. Já outras informações apontam, conforme Lima (2012), que a palavra deriva das fugas dos negros que se envolviam pelas matas rasteiras e os capitães do mato, com o propósito de recapturá-los, eram surpreendidos com golpes bruscos como cabeçadas e pontapés.

Soares (2004) considera que a palavra tem sido palco de acirrada disputa. Por anos os praticantes e pesquisadores se conformavam com a versão de que significava o mesmo que “mato ralo”, “mato baixo”, de acordo com o dialeto Tupi-Guarani, correspondendo à vegetação murcha que sobrevive após a queimada feita por fazendeiros em florestas densas e onde os escravos fugitivos se escondiam para praticar sua “dança-luta”, numa visão disseminada a partir do ano 1923. Porém, muito antes, em 1879, o visconde de Beaurepaire-Rohan *apud* Soares explica que “*capueira* com *u* é que se referia a mato, e *capoeira* com *o* tinha outros significados, entre eles o cesto carregado pelos escravos na cidade” (SOARES, 2004 *apud* LISBOA, 2014, p. 15).

Rego (1968) aponta que o jogo nasceu quando os negros escravizados, com seus cestos de aves chamados de capoeiras, brincavam de lutar nas horas de folga. Outras teorias relacionam à luta travada por pássaros com os movimentos da capoeira. Los Rios Filho *apud* Soares expõe que “os escravos da estiva do Rio (antes de haver um cais do porto que merecesse este nome) carregavam o cesto *capoeira* pelas ruas, e forjaram estranha disputa de pernas, que seria o embrião da capoeira” (SOARES, 2004 *apud* LISBOA, 2014, p. 15). Dessa forma, por meio das habilidades desenvolvidas com as pernas, constituíram como armas principais de um tipo de disputa, originando, assim, a capoeira no Rio de Janeiro.

Rego (1968) *apud* Abib (2004), ao analisar as várias versões etimológicas, sugere três delas: capoeira vem do tupi-guarani *caá-puêra*, mato que deixou de existir ou mato fino e ralo. Lugar onde os escravos praticavam essa luta-dança-jogo. Capoeira era também o nome de um cesto de palha ou vime, que servia para carregar víveres levados aos mercados pelos escravos e que durante as horas de folga praticavam a

capoeira que dessa forma os identificava. Vale salientar que tal termo representa uma ave encontrada em várias regiões do país, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, cujos movimentos utilizados em disputas entre os machos da espécie se assemelham aos movimentos executados pelos capoeiras.

Os primeiros documentos nos quais aparece o termo, datam de fins do século XVIII e início do XIX como já visto, no Rio de Janeiro, e dizem respeito a registros de ocorrências policiais envolvendo escravos em brigas e desordens pelas ruas da cidade. Esse período histórico e a cidade do Rio de Janeiro são contextos emblemáticos na discussão das suas origens. Diante dessas abordagens, é sabido afirmar, nesse sentido, que a origem do vocábulo é objeto de muita polêmica e dúvida, tal qual o surgimento da prática em si.

2.4 A capoeira e suas principais características

A capoeira é caracterizada por movimentos complexos, com grande agilidade e desenvoltura. De acordo com Areias (1983), a prática é realizada através do som de instrumentos de percussão, palmas e músicas, fazendo com que se diferencie de artes marciais a exemplo do judô, karatê, jiu-jitsu, entre outros.

Lima (2012) discorre que a prática capoeirística é realizada por duas pessoas, ao toque do berimbau e os jogadores simulam intenções de ataque e defesa. É importante destacar que, para que a capoeira seja praticada, é necessário adquirir habilidade, força e autoconfiança visto que podem ser adquiridas ao longo de treinos intensivos. Além disso, tal prática requer que os praticantes tenham estreita relação de parceria um com o outro. Tudo isso é iniciado com pequenos aquecimentos que realizam um gingado, de onde se iniciam os demais movimentos, numa desenvoltura natural e espontânea.

Vale ressaltar que há obediência aos rituais para a preservação das tradições e o respeito para todos, principalmente entre os praticantes mais velhos. Cabe enfatizar que o respeito aos mais velhos, consiste numa tradição africana, haja vista que as pessoas mais velhas na África são consideradas como pessoas repletas de experiências e ensinamentos.

No que se refere aos instrumentos musicais utilizados nos primórdios das rodas de capoeira, tendo em vista que era praticada apenas ao som de palmas, surge, assim, o tambor ou atabaque, na qual também é utilizado no Candomblé. Posteriormente, no século XIX, foi incluído nos elementos musicais da capoeira um instrumento outrora utilizado pelos vendedores ambulantes como artefato para atrair a atenção da clientela, o berimbau, tornando-se, dessa forma, o principal instrumento devido proporcionar o ritmo para as desenvolturas (LIMA, 2012). Em relação ao berimbau, que possui determinada função sonora, tornar-se um dos instrumentos imprescindíveis nas rodas de capoeira, Abib (2004) assinala uma informação bastante interessante:

o berimbau, instrumento utilizado na antiguidade para conversar com os mortos, exerce função primordial no rito representado pela roda de capoeira angola, pois ele é o responsável por estabelecer essa conexão com o sagrado, e com a ancestralidade representada pelo tempo da escravidão, e antes ainda, por tempos remotos e longínquos que remetem à mãe África. Segundo Cinézio Feliciano Peçanha, o mestre Cobra Mansa, diz uma lenda africana sobre o surgimento do berimbau, que uma menina saiu a passeio. Ao atravessar o córrego de um rio, abaixou-se para beber-lhe a água com as mãos. No momento em que saciava a sede, um homem deu-lhe uma pancada na nuca. Ao morrer, seu corpo converteu-se na madeira; seus membros na corda; sua cabeça na caixa de ressonância e seu espírito na música dolente e sentimental (ABIB, 2004, p. 69).

Como pode-se perceber, as ritualidades, crenças e lendas também embalam a envolvimento da capoeira. Faz-se imprescindível também destacar outros instrumentos musicais elementares para essa arte, são eles: pandeiro, agogô, baqueta, dobrão, caxixi e reco-reco.

Torna-se mister destacar que a musicalidade é um fator indispensável, haja vista que conduz todo o processo ritualístico presente nas rodas de capoeira. As manifestações de matriz africana têm uma base percussiva muito forte, rítmica e poética muito envolvente que foge um pouco do tradicionalismo do universo da música erudita e que nos últimos anos vem sendo muito valorizada, principalmente no âmbito acadêmico.

No tocante às transformações das práticas de tal manifestação afro-brasileira ao longo dos anos, Lima (2012) apresenta que

com a modernização da capoeira passa-se a usar uniformes ou “abadás” (camisas folgadas feitas de algodão ou material sintético) e calças brancas, também folgadas, com a finalidade de não atrapalhar os movimentos. O uso dos uniformes, bem como a criação de batizado (o batizado na capoeira é diferente do batismo religioso, o batismo na capoeira consiste em o aluno iniciante jogar pela primeira vez com um mestre ou professor convidado) e dos eventos com oficinas de capoeira que agora virou *workshop* e fruto do capitalismo (LIMA, 2012 *apud* LISBOA, 2014, p. 16).

O referido autor enfoca que o uso de cordas ou cordéis (corda da capoeira ou o cordel), como também a faixa nos demais esportes de luta, significa o grau de aperfeiçoamento, experiência e técnica do praticante. As cores das cordas variam de acordo com cada grupo e cada região. Também “é comum os professores e Mestres darem um “nome de batismo”, um apelido pelo qual é reconhecido por todos os companheiros de “luta”” (LIMA, 2012 *apud* LISBOA, 2014, p. 17).

Outro aspecto presente na qual é elementar na capoeira diz respeito às músicas que embalam as rodas. Assim,

as músicas e ladainhas presentes nesse universo são também elementos importantíssimos no processo de transmissão dos saberes, pois é através deles que se cultuam os antepassados, seus feitos heroicos, seus exemplos de conduta, fatos históricos e lugares importantes para o imaginário dos capoeiras, guardando memórias de um passado de dor e sofrimento, assim como as estratégias e astúcias presentes que, como mensagens cifradas, exigem uma certa “iniciação” para poderem ser compreendidas (ABIB, 2004, p. 69).

Com base nessa afirmação concernente às músicas, pode-se afirmar que estas, por sua vez, permitem que os praticantes entrem em uma espécie de transe, como nos rituais africanos, deixando-os mais estimulados. É importante mencionar que as letras das cantigas, grosso modo, remetem as condições precárias vividas pelos negros escravizados nas senzalas, dos serviços insalubres que eram submetidos, dos castigos sofridos, como também das lutas contra a escravidão.

2.5 A Capoeira Angola e a Capoeira Regional

A capoeira é caracterizada por dois segmentos: angola e regional. Na cidade Salvador, capital da Bahia, Manoel dos Reis Machado, popularmente conhecido como

Mestre Bimba, incluiu vários aspectos inovadores para as práticas capoeiristas, no intuito de preservar a capoeira como uma arte marcial, criando, assim, um novo estilo denominado de “luta regional baiana”, posteriormente conhecido como capoeira regional. A esse respeito outros mestres de capoeira da Bahia eram contrários a essa vertente e preferiam a manutenção de características tidas como basilares, como, por exemplo, a teatralidade e a mandinga nas quais são inerentes à capoeira.

Vieira (1998) afirma que em 1929 Mestre Bimba incrementou na sua academia a Capoeira de Angola, considerada, no momento, como o único tipo de capoeira existente, tendo em vista que houve um rearranjo de golpes de outras lutas a exemplo do jiu-jitsu, surgindo, assim, a Capoeira Regional. Assim sendo, percebe-se que a capoeira nesse momento passa a agregar na composição de golpes e gingados elementos de outras lutas de culturas diversas.

Conforme Lima (2012), a Capoeira Regional foi inicialmente praticada na Bahia, que, por sua vez, “é caracterizada por movimentos mais rápidos e golpes secos e sequenciados” (LIMA, 2012 *apud* LISBOA, 2014, p. 16). A Capoeira Regional alastrou-se por todo o território brasileiro.

A Capoeira Angola na qual tem como representante Vicente Ferreira Pastinha, popularmente conhecido no universo da capoeira como Mestre Pastinha, possui movimentos lentos e rasteiros, haja vista que a pessoa praticante de capoeira capoeirista deve demonstrar todo o domínio dos golpes, movimentos e gingados. Mestre Pastinha considerava a Capoeira Angola como a legítima prática capoeirista. Nos anos de 1980, expandiu o interesse pelo estilo de Capoeira Angola, devido as características relacionadas à ancestralidade africana. Atualmente, é correto afirmar que existe outras tipologias da capoeira, tais como: Capoeira Moderna, Capoeira Contemporânea e Capoeira Estilizada. Em linhas gerais, essas novas denominações da capoeira atrelam os dois formatos de capoeira, incluindo elementos de ginástica e de contorcionismo, ou seja, entram em consonância com as transformações cotidianas ao longo dos anos.

Durante o governo presidencial de Getúlio Vargas no Brasil, Vieira (1998) afirma que foram tomadas medidas com o intuito de conquistar a preferência da população brasileira, entre elas a liberação de inúmeras manifestações populares. Dessa forma,

[...] Getúlio Vargas convidou Manoel dos Reis Machado, o mestre Bimba, para uma apresentação no Palácio do Governo. Temendo a popularização da arte-luta, Getúlio Vargas permitiu oficialmente a abertura da primeira academia de capoeira, que teria um cunho folclórico (VIEIRA, 1998 *apud* LISBOA, 2014, p. 18).

Diante desse acontecimento percebe-se que a capoeira deixou de ser vista como luta marginal e vadiagem, como era denominada outrora, haja vista que

para freqüentar a academia de mestre Bimba, os indivíduos eram obrigados a ter carteira de trabalho assinada. Aí estava a diferença, o controle institucional passava a existir em troca de sua legalidade. Até 1975, quando é reconhecida como esporte nacional (VIEIRA, 1998 *apud* LISBOA, 2014, p. 18).

Torna-se de grande relevância evidenciar que durante a presidência de Getúlio Vargas, a capoeira tornou-se uma manifestação cultural afro-brasileira apreciada como símbolo de resistência.

A esse respeito, a capoeira, conforme Abib (2004),

sofre uma transformação importante a partir da década de 30 do século XX. Manoel dos Reis Machado, o mestre Bimba, sentindo a necessidade de dar à capoeira, um caráter mais aceito socialmente, estabelece algumas modificações substanciais naquela prática que até então, era tida como “coisa de marginais e desocupados”, constando inclusive do Código Penal Brasileiro, de 1890, caracterizada como crime. Bimba busca apoio entre camadas das classes média e média-alta de Salvador, constituída por universitários e filhos de personalidades importantes, institui a academia – e não mais a rua – como espaço de aprendizagem dessa luta, incorpora elementos de lutas marciais como o karatê e o jiu-jitsu, e cria um método batizado por “Luta Regional Baiana”, que acabou ficando conhecido posteriormente como “Capoeira Regional”. A capoeira deixa de ser crime em 1934, no decreto do então presidente Getúlio Vargas, fato que se deve também, entre outros fatores, à influência do processo desencadeado por mestre Bimba (ABIB, 2004, p. 42-43).

Entretanto, nesse contexto, Abid expõe que tal processo, gerou reações na capoeira baiana e, assim, ocorreu a articulação de um movimento liderado por Mestre Pastinha, na qual tinha como princípio a manutenção das formas originais e tradicionais das práticas da capoeira, primando, assim, pela ludicidade e ritualidade, tendo em vista que, segundo Mestre Pastinha, foram deixadas de lado pela capoeira regional. Desse modo, foi denominado como Capoeira Angola, contrapondo-se às modificações adotadas pelo Mestre Bimba.

2.6 O reconhecimento da capoeira na contemporaneidade

Embora a capoeira inicialmente tenha passado por momentos complexos, sobretudo, no período de transição entre Monarquia e República, um grande aspecto que, por sua vez, merece ser destacado nessa pesquisa, consiste no sentido pelo qual a capoeira tornou-se nos últimos anos reconhecida como Patrimônio Histórico Nacional, haja vista que atualmente consiste num patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Contribuiu, por exemplo, na defesa da pátria, como ocorreu na Guerra do Paraguai (1865-1870), na qual, embora a capoeira nessa época tenha sido uma prática proibida por lei, os capoeiristas defenderam com bravura o território brasileiro, conquistando veneração pública ao voltarem para o Brasil (SOARES, 2004). Durante o período que compreende a Guerra do Paraguai, torna-se necessário enfatizar que os brasileiros participantes dessa batalha guerrilharam em prol da defesa do Brasil, sobretudo, com a finalidade de conquistarem a liberdade, haja vista que durante esse período o Brasil vivenciava o período escravocrata do povo negro. Isso remete à capoeira no regime ditatorial militar, uma vez que os capoeiristas através da resistência, lutaram contra todas as formas de opressão visando a liberdade de expressão das rodas de capoeira.

Conforme Lima (2012), todo o crescimento da capoeira ocorreu devido inúmeras lutas dos mestres e dos praticantes de tal manifestação cultural afro-brasileira. Além disso, os movimentos sociais em busca por políticas de ações afirmativas a exemplo do Movimento Negro, contribuíram para o pleno avanço da capoeira. Outro importante fator na qual merece ênfase é que essas lutas colaboraram para a criação e promulgação a Lei nº 11.645/08 referente ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, que, por sua vez, alterou a Lei nº 10.639/03 concernente ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, preconizando, nesse sentido, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na rede pública e particular da educação básica.

A capoeira encontra-se sendo contemporaneamente praticada em mais de 150 países, como também em escolas (graças a Lei nº 10.639/03), Organizações Não

Governamentais (ONGs) e academias de musculação. Um fator interessante na qual merece ser destacado como um avanço para tal manifestação afro-brasileira, é que, conforme Lima (2012), no Estado da Paraíba, as cidades de São Bento, Brejo do Cruz e outros municípios, ofertaram vagas para instrutores de capoeira nos concursos públicos municipais.

Entretanto, é correto afirmar que, embora o crescimento que a capoeira tem alcançado no decorrer dos anos, mesmo com o reconhecimento pelo IPHAN como Patrimônio Histórico Imaterial Brasileiro, a prática de capoeira continua sofrendo com o preconceito e com a discriminação, haja vista que continua sendo vista por parte da sociedade como atribuição de um grupo de pessoas ociosas, inocupadas e desimpedidas. Para tanto, torna-se necessário questionar a esse respeito: será que isto ocorre devido a origem das práticas de capoeira terem sido criadas pelos negros?

Stepan (1994) em seu estudo sobre *Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência*, afirma que durante muitos anos os negros, as mulheres, os criminosos e os pobres eram tidos como pessoas marginalizadas socialmente e, por conta dessas questões discriminatórias, sofriam uma gama de preconceitos sendo consideradas pessoas de “raças a parte”, posições sociais inferiores e, assim, indiferentes na hierarquia social. A autora ressalta que, nesse contexto, além de pessoas tidas como selvagens “os “negros” são vistos como inúteis, preguiçosos, bebedores e parte dos remanescentes sociais condenados a ficar para trás na marcha para o progresso” (STEPAN, 1994, p. 80).

No que concerne à capoeira no Brasil torna-se de suma importância salientar que a história da capoeira se atrela com os aspectos historiográficos do nosso país. Desde o período de colonização, perpassando pela independência e a República. Sendo alvo de discriminações e perseguições, a capoeira esteve sempre presente no curso de nossa história e de nosso povo.

Desse modo, é necessário destacar que a prática capoeira é contemplada como uma manifestação cultural afro-brasileira desde o governo de Getúlio Vargas, haja vista que além de ser apreciada como arte, luta e dança, serviu como instrumento na busca pela liberdade do povo negro haja vista que, atualmente, tem um papel sociocultural na diversidade do país.

Nos dias atuais, a capoeira está transformando os aspectos socioculturais, além de ter grande importância no processo pedagógico, tanto da educação formal quanto da educação não formal, contribuindo, nesse sentido, nos fatores cognitivos, sociais e motores, as quais são de suma relevância para o processo de desenvolvimento da aprendizagem, tendo em vista que a capoeira no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira proporciona que os alunos aprendam de modo prazeroso e satisfatório os elementos formadores da cultura afro-brasileira.

3 A CONDIÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE NEGRA: ABORDAGENS E ANÁLISES

O presente capítulo expõe uma interpretação do ponto de vista plural, ou seja, das juventudes. Dessa forma, considerando a perspectiva da sociodiversidade, discute diversos tipos de realidades e contextos, históricos, econômicos e culturais, cujos impactos caracterizam o público juvenil, em razão de sua heterogeneidade, principalmente em relação às subjetividades que permeiam os jovens negros.

Partindo desta perspectiva, o tópico 3.1 intitulado “**Juventudes: uma abordagem social da condição juvenil**”, apresenta o conceito de juventude, como é tratado no meio social desde o século XX até a contemporaneidade do século XXI. Nesse propósito, são abordadas as ressignificações da era digital, derivadas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que impactam nossos modos de vida e produzem novas sociabilidades e agrupamentos juvenis.

O tópico 3.2 “**Juventudes negras: percursos de luta e resistência**”, explora as condições de vida social da juventude negra, tendo em vista que, apesar dos 200 anos da Abolição da Escravatura, uma vez que a escravização dos povos negros no Brasil perdurou por mais de 300 anos, os negros no Brasil ainda são alvos de discriminação étnico-racial. Tal conjuntura solicita o registro das lutas dos vários movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento Negro Unificado (MNU), do Movimento de Mulheres Negras (MMN), o Teatro Experimental do Negro (TEN), dentre outros grupos, cujas ações se voltam para a igualdade e o combate à exclusão do povo negro.

Em razão da proatividade desses grupos, houve conquistas de direitos sociais, principalmente a partir do ano de 2003², sob a gestão pública federal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o golpe democrático que constitui no *impeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseff ocorrido no ano de 2016, cujos desdobramentos marcam um período deplorável na política brasileira, principalmente, a partir do ano de 2019 em que se verifica violências, perseguições e preconceitos contra negros, mulheres, pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer,

² Um exemplo disto é o sancionamento da Lei nº 10.639/03 que preconiza o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica.

Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e demais orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIAPN+), além da retirada de direitos conquistados frutos de muitas lutas sociais, o que reverbera na saúde, educação, assistência social, seguridade social, ameaças às pesquisas científicas provenientes de nossas universidades públicas, entre tantos outros obstáculos de cerceamento das liberdades e do exercício da cidadania.

Cabe destacar que, na contemporaneidade, estamos vivendo um processo de retrocesso dos direitos sociais, através de um governo conservador, negacionista e genocida frente à sociedade democrática, na qual vivemos uma camuflagem ditatorial, pois o sistema de gestão autocrática prepondera no que diz respeito ao regimento e execução das políticas públicas brasileiras, criminalizando as lutas dos movimentos sociais, que, por sua vez, consiste num Estado autocrático como violador dos direitos humanos, sociais e políticos. Diante de tal contexto, torna-se de suma importância a participação da sociedade civil nos movimentos sociais, como também no planejamento, execução e avaliação das políticas sociais, com a finalidade de efetivá-las como pleno direito de cidadania.

É a partir disso que emerge a necessidade de explanação das constantes lutas e resistências da juventude negra no tocante à formulação e aplicação de políticas públicas para inserção no mercado de trabalho e demais direitos sociais.

3.1 Juventudes: uma abordagem social da condição juvenil

O termo juventude possui vários significados devido inúmeros fatores dentre as quais os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos conforme o contexto historiográfico. De acordo com o dicionário Caldas Aulete (2004), a palavra juventude significa “qualidade ou condição de jovem [...]. Fase da vida que começa na adolescência e termina na idade adulta; mocidade; juvenilidade. Os jovens como um todo [...]”. (AULETE, 2004, p. 478). Pais (1990) sinaliza que juventude significa “uma categoria socialmente manipulada e manipulável” (*apud* TAVARES, 2014, p. 27). Com base nessa afirmação de Pais (1990), pode-se afirmar que tal significado durante muitos anos preconizou a vertente na qual o ser jovem consistia num ser passível de

atitudes, de fácil manipulação, aquele que apenas obedece, é subserviente, entre outras atribuições pacíficas, excluindo toda e qualquer possibilidade do jovem ser crítico, reflexivo, protagonista da própria história, aquele que almeja e luta por seus princípios e objetivos.

Para Berghauser (2015) inúmeras situações sociais e culturais influenciam os modos de ser jovem. Entretanto, a autora ressalta que a idade é interpretada em todo o mundo como determinante para as atividades sociais. “Esse grupo social assim como todos os outros são formados em certo tempo e espaço, e procuram a todo o momento uma identidade que traga sentido para sua atuação e existência na vida social” (BERGHAUSER, 2015, p. 49).

A esse respeito, é útil salientar que a vida social é caracterizada por ciclos nas quais as faixas etárias correspondem a determinadas fases da vida em sociedade, constituindo, assim, diversas culturas. A etapa destinada à juventude envolve anseios, lutas por melhores condições de vida em sociedade, busca pelo direito à voz e à escuta nos espaços públicos.

Conforme Tavares (2014), existe uma classificação e designação de que os jovens possuem características comuns, tais como: comportamentos, interesses ou a mesma faixa etária. Entretanto, a referida autora ressalta que não devemos afirmar que existe homogeneidade entre todos os jovens e, sim, que existem incontáveis diferenças entre esse público, como, por exemplo, raça, classe social, gênero, orientação sexual, cultura, local de moradia, contexto histórico, entre outros fatores que constituem a diversidade do público juvenil. Com base nisso, Dayrell e Carrano destacam que

essa diversidade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. Construir uma noção de juventude na ótica da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento numa perspectiva de totalidade, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 3).

Ataide (2017), por sua vez, aponta que a juventude é constantemente cobrada para ter responsabilidade e compromisso nas atitudes. Para a autora é um imenso

desafio a definição de juventude, haja vista que para entender a respeito é necessário passar por uma circunstância polissêmica. Para Pais (2005), as pesquisas sobre a juventude foram dominadas sob forma tradicional por protótipos nas quais pensavam o modo como os jovens eram representados do ponto de vista ideológico, ou seja, ou jovens eram tidos como pessoas dependentes e não autônomas.

Conforme Groppo (2015), a juventude consiste num aspecto simbólico, constituído de princípios ideológicos, bem como numa realidade social concreta. Para o autor “ainda que fosse apenas um instrumento ideológico de demarcação, a juventude já seria algo real na vida social, algo que tem poder simbólico” (GROPPO, 2015, p. 25). Para esse autor, a denominação de juventude adquiriu um novo sentido considerado por Santos (1992) *apud* Groppo (2015) como “juvenilidade”. Com base nisso, Groppo enfatiza que pode ser considerado

como padrão de corpo, estado de espírito e comportamento social a ser seguido inclusive por adultos e velhos (a “Terceira Idade”). Neste sentido, o termo juventude indica formas de ser e de se relacionar que são reais, ainda quando apenas imaginadas ou desejadas por distintas camadas sociais (GROPPO, 2015, p. 25).

Arce (1999) *apud* Ataíde (2017) expõe que para compreender o significado de juventude diz respeito a uma análise contextual, histórica e cultural, tendo em vista os fatores sociais, econômicos, demográficos e sociais. Dayrell e Carrano expõem que

o conceito de juventude não pode ser encerrado em esquemas modulares tendentes à homogeneização. A pluralidade e circunstâncias que caracterizam a vida juvenil exigem que os estudos incorporem o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 1).

De acordo com Pais (1990), a juventude tem sido encarada como uma etapa da vida constituída por uma instabilidade relacionada às problemáticas sociais. Com base nisso, o autor salienta que

se os jovens não se esforçam por contornar esses “problemas”, correm mesmo riscos de serem apelidados de “irresponsáveis” ou “desinteressados”. Um adulto é “responsável”, diz-se, porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal

ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento). A partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades, os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos (PAIS, 1990, p. 141).

Sob esse viés, ele destaca que se essas problemáticas nas quais afetam os jovens ocorrem na contemporaneidade dá-se devido as poucas oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Não apenas este fator mencionado, como também o autor ressalta que a inatividade, a ausência ou precariedade na formação educacional, trabalhos informais, dentre outros fatores afetam a juventude, constituindo, assim, como um traço específico desta na sociedade atual, ocasionando também em problemas econômicos e políticos. Conforme Dayrell e Carrano, a juventude é considerada

como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que esse proporciona (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 3-4).

Tavares (2014) entende a juventude como um período de crise relacionado às características físicas e psicológicas, problemas relacionados ao convívio familiar e/ou como problemática social ligada à criminalização e à violência.

A juventude seria, então, esse fenômeno psicossocial caracterizado por um período de escolhas e decisões dentro das possibilidades sociopolíticas e econômicas disponíveis. [...] Momento de busca de filiações, causas e ídolos a se seguir, esperando sempre uma fidelidade e reciprocidade entre as partes (TAVARES, 2014, p. 28).

Dessa forma, para Tavares (2014), a juventude consiste num período de decisões e escolhas conforme as condicionalidades econômicas, sociais e políticas. De acordo com Dayrell e Gomes “uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, onde o jovem é um ‘vir a ser’, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente” (*apud* SILVA; SILVA, 2011, p. 664).

Os pensamentos mencionados indicam que a juventude é, pois, um período de construção do futuro com base nas ações cotidianas. Como vivemos numa sociedade meramente capitalista, é na juventude que deve-se traçar planos para a “solidificação” da vida futura, ou seja, é necessário concluir a educação básica de ensino, para, em seguida, angariar o ingresso no ensino superior público ou num curso de formação técnica, logo após, lutar pelo ingresso no mercado de trabalho, efetivação através de concurso público ou trabalho com carteira assinada, construir família, entre incontáveis cobranças sociais que são constantemente impostas ao complicado universo juvenil.

A este respeito, faz-se necessário destacar, embora a faixa etária destinada aos jovens seja diferente em vários países, que existe também uma diferença de juventude na mesma idade geracional. “É consenso entre os estudiosos que a juventude é uma categoria social erigida sobre uma faixa etária surgida na sociedade moderna ocidental, sendo, portanto, uma construção sócio-histórica particular” (LEVI; SCHITT, 1996; GROppo, 2000; ABRAMO, 2005; VELOSO, 2009; SAINTOUNT, 2009 *apud* PACHECO, 2016, p. 143). A esse respeito, Novaes (2006) expõe que os jovens são

aqueles nascidos há 14 anos ou 24 anos – seria uma resposta. No entanto, esses limites de idade também não são fixos. Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, no outro extremo – com o aumento de expectativas de vida e as mudanças no mercado de trabalho –, uma parte ‘deles’ acaba por alargar o chamado ‘tempo da juventude’ até a casa dos 30 anos. Com efeito, qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais (NOVAES, 2006 *apud* TAVARES, 2014, p. 28-29).

Vale destacar, portanto, a ampliada diferença de formas de vida para cada pessoa que encontra-se nesse período. São inúmeros condicionantes culturais, econômicos e sociais. Por isso, na contemporaneidade, encontra-se em evidência o termo ‘juventudes’, haja vista que caracteriza as diferentes formas de vida presentes na faixa etária determinada para a fase da juventude. Conforme Silva e Silva (2011), tal expressão se refere ao reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens, levar em consideração as identidades, diversidades e singularidades conforme a realidade de cada jovem. Segundo Malachias (2005),

historicamente o período juvenil não teve, para ambos os sexos, e logicamente para os povos ocidentais e não ocidentais, em diferentes épocas, culturas e meios sociais, a mesma importância psicológica e social. A diferenciação tem sido estabelecida na conduta social e mostra-se nitidamente presente nas atribuições dos papéis sociais destinados aos homens e às mulheres. Nos valores transmitidos, as responsabilidades diferem e os hábitos atribuídos aos rapazes, em geral, continuam sendo considerados impróprios para as moças (MALACHIAS, 2005, p. 6).

Para Abramo *apud* Malachias (2005), as pesquisas bibliográficas acerca das manifestações juvenis no Brasil, como também sobre a transição para a fase adulta são, grosso modo, relacionadas às juventudes, das classes média e alta. Assim sendo, “quase sempre os modelos se espelham em jovens de classe média e alta – as propagandas comerciais não se cansam de recorrer a esse padrão sedutor para o consumo –, reforçando estereótipos nas relações entre as classes sociais” (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 1).

De acordo com Mannheim (1982) *apud* Groppo (2015) a juventude é considerada como um período crucial da existência humana, haja vista que é nesta fase que os sujeitos adquirem “padrões inconscientemente 'condensados’” (MANNHEIM, 1982 *apud* GROPPPO, 2015, p. 7). Segundo Groppo (2015),

um fundo de experiências sociais que, pela primeira vez na vida, são conscientemente recebidas. Estes padrões ou quadro de referências se torna a base sobre a qual futuras experiências sociais serão avaliadas pelo indivíduo. A juventude é assim concebida como fase da vida em que há uma vinculação experimental com a realidade e os valores sociais, contrastando com a maturidade, quando o indivíduo julgará novas experiências sociais com base nestes padrões já sedimentados, de modo mais racional e reflexivo (GROPPPO, 2015, p. 7-8).

Com base na ideia de Groppo (2015), a juventude consiste numa fase de descobertas, de vivências de novas experiências. Assim, entende-se que é um período de maturação para os desafios inerentes à fase adulta.

Eisenstadt (1976) *apud* Groppo (2015) afirma que

a juventude se define como grupos etários homogêneos, que não são algo natural e generalizado em todas as sociedades e períodos históricos, mas sim uma função destinada a contribuir para a integração social em sociedades de tipo “universalista” – tal qual a moderna (EISENSTADT, 1976 *apud* GROPPPO, 2015, p. 8).

Em relação ao conceito de juventude como fenômeno social, Ataíde (2017) expõe que emergiu durante o século XX, fundamentado pela sociologia funcionalista que se refere às disfunções e falhas no desenvolvimento humano e social:

a condição juvenil foi inicialmente representada pelas elites burguesas e desta forma, as expressões dos jovens das classes populares não eram reconhecidas como movimentos juvenis. Jovens oriundos das classes populares eram reconhecidos como delinquentes, desocupados e trabalhadores. Mas as transformações ocorridas no século XX, como por exemplo, o crescimento populacional, a urbanização, o crescimento econômico do pós-guerra, a expansão e a decadência da classe média, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a segregação socioespacial trouxeram consigo a emergência da juventude da classe média e, logo após, a juventude das classes populares dos bairros empobrecidos e das favelas, hoje denominadas de comunidades (ATAÍDE, 2017, p. 83).

Com base nessa afirmação, torna-se importante refletir que a juventude se atrelava à elite. As classes subalternas eram esquecidas, não tinha um olhar direcionado para os jovens alvos das expressões da questão social, até mesmo para todas as faixas etárias. Todavia, com o passar dos anos, principalmente, devido as transformações sociais, econômicas e tecnológicas, iniciou um direcionamento aos jovens das classes média e baixa, uma vez que tornaram-se protagonistas das lutas pelos direitos juvenis. Groppo (2015) explica que, no decorrer do século XX e no início do XXI, foram construídas inúmeras teorias a respeito da juventude, do ponto de vista das ciências psicológicas e humanísticas, uma vez que foram considerados os aspectos socioculturais.

As primeiras teorias críticas da juventude nasceram em meados do século passado, quando a variante estrutural-funcionalista era hegemônica na nascente sociologia da juventude. [...] O traço crítico destas teorias que abordam a geração e a moratória reside no fato de que tendem a reconhecer o papel das juventudes na transformação social e atribuem um sentido positivo a este papel. [...] Por sua vez, as teorias críticas que se desenvolvem ao longo dos anos 1960 tendem a uma posição politicamente mais revolucionária. Mas a característica principal delas é a relação mais contundente que fazem entre a estrutura socioeconômica e a experiência da juventude. Algumas vezes, chegaram ao extremo de negar relevância sociológica à noção de juventude. Normalmente, entretanto, relativizam esta noção, demonstrando os inúmeros modos de vivê-la, incluindo grupos (como as camadas populares e as mulheres) que enfrentam a negação total ou parcial do direito de viver a juventude (GROPPO, 2015, p. 5-6).

Dessa forma, as teorias críticas da juventude, em suas variações geracional e classista, foram, de certo modo, importantes durante a segunda metade do século XX, uma vez que, segundo o autor, formularam e ressignificaram importantes conceitos, tais como os de geração, moratória social e subculturas, bem como apresentaram novas temáticas, que são sobre conflito de gerações, movimentos juvenis, cultura e lazer. Em suma, tais teorias críticas da juventude objurgaram e transformaram as antigas teorias tradicionais acerca da juventude, abrindo passagem para o reconhecimento da diversidade de experiências peculiares juvenis, conforme a classe social, o gênero, a etnia, a nacionalidade, dentre outras.

Pais (1990) discute que a juventude passou a adquirir determinada consistência social desde o momento em que entre a fase da infância e a fase da vida adulta deu-se início à verificação do prolongamento dos tempos de passagem entre estas etapas da vida, uma vez que a juventude passou a ser considerada como uma fase da vida humana. Em suma, tal autor afirma que a juventude consiste num conjunto social, na qual a característica principal é que a juventude é constituída por pessoas de determinada fase de vida. O autor propõe que a juventude seja vista em torno de dois eixos semânticos, que são:

como aparente *unidade* (quando referida a uma fase de vida) e como *diversidade* (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros). De facto, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma *fase de vida* (PAIS, 1990, p. 149).

Desse pensamento, emerge a importância de se não tratar sobre o termo juventude e, sim, juventudes devido inúmeras pluralidades e condicionalidades dos diversos modos de vida dos jovens tendo em vista o contexto sócio-histórico destes. Peralva (1997) *apud* Dayrell e Carrano (2002, p. 3) afirma que “a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação”. Groppo (2000) *apud* Ataíde (2017) destaca que a juventude como categoria social passou por intensas transformações no decorrer dos anos e consiste numa representação social simbolizada e vivida com várias dicotomias no cotidiano social, por conta da

combinação com outras situações sociais, como, por exemplo, as diversidades culturais locais, nacionais, étnicas e de gênero.

Quando se fala sobre representações, uma das linhas de pensamentos teóricos nas quais são muito utilizadas no ramo do estudo da teoria da História são as definições de Roger Chartier, embora tenha-se uma considerável quantidade de teóricos que discorrem a respeito das definições sobre as representações, como, por exemplo, Pesavento e Le Goff.

Mais detidamente enquadrando-se à temática em abordagem a respeito da juventude presente na capoeira e seu enriquecimento cultural, as proposições de Chartier, uma vez que este aborda os princípios que regem a história cultural e, no que concerne ao decorrer de sua trajetória intelectual, abrangem várias linhas de pesquisa, dentre as quais está a Análise e o Debate entre Política, Cultura e Cultura Popular.

Segundo Chartier, a representação do mundo está relacionada à posição social dos indivíduos, sendo, nesse sentido, histórica, visto que são construídas ao longo do tempo. A representação funciona, na prática, como uma estratégia de classe, que mede as relações entre ela e as demais classes sociais. O resultado é que tem-se, numa mesma época, uma verdadeira arena de representações sociais, ou seja, cada classe elabora o real a seu modo.

Para Amaral e Faria (2007), Chartier destaca-se dentro da tendência hegemônica da historiografia atual que propõe uma nova forma de interrogar a realidade. Toma ainda como base temas que apresentam o domínio da cultura e evidencia a função das representações. Nesse sentido, percebe-se como Roger Chartier oferece contribuições de suma importância para a linha de estudos da História Cultural.

O trabalho de Roger Chartier cria condições para que se estabeleça uma nova postura no estudo da História Cultural diante dos métodos, das fontes e dos temas estudados, buscando, da mesma maneira, nos diversos ramos especializados da História um diálogo mais fértil com a Antropologia, a Filosofia, e a Teoria Literária (AMARAL; FARIA, 2007, p. 3).

Conforme Chartier, a importância de se trabalhar o conceito de representação dentro da História Cultural, dá-se em função da possibilidade de identificar como em

determinados lugares e momentos uma realidade social é “construída, pensada, dada a ler” por diferentes grupos sociais. “Nesse sentido, as representações podem ser entendidas como: esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Dessa forma, a definição de representação seria um instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo como ele é. Assim, pode-se perceber que o estudo das representações oferece uma nova forma de ver o mundo sobre diversos meios de informações que constantemente temos contato. Nesse sentido, para Chartier (1990), a construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma.

A respeito das representações sociais, Roger Chartier afirma que são formadoras de entendimento do mundo, uma vez que, adotados pelos indivíduos e grupos, lhes são conferidas certa qualidade. A este respeito tem-se a seguinte afirmação de Roger Chartier sobre a relação entre representação, identidade social e o mundo material:

pensa a construção das identidades sociais como resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma (CHARTIER, 1990 *apud* PACHECO, 2000, p. 10).

Pacheco (2000) ainda afirma que são as representações que cada sociedade, ou seja, cada grupo social cria para identificar a si, bem como ao mundo material, pois dão sentido à coletividade, constituindo, dessa forma, ligações simbólicas dos grupos identitários. Para o autor, as representações sociais compõem uma das dimensões da sociedade que fazem interferência no posicionamento político dos indivíduos.

É possível observar que a representação é inseparável da prática, tendo em vista que a prática é uma ação no mundo que faz reconhecer o lugar social do indivíduo.

Sendo assim, pode-se dizer que a representação, ao articular-se às práticas, implica uma identidade social e não existe representação dissociada da prática, ou seja, é o mundo da representação que gera as práticas sociais, objetivando-se em instituições, nas quais tendem a perpetuar a existência dos variados grupos sociais.

Conforme Herschmann (1997) *apud* Ataíde (2017), os jovens atualmente são provenientes de um contexto social que, por sua vez, convivem com as dimensões da fragmentação e da pluralidade. Ataíde (2017) ressalta, a esse respeito, que isso é decorrente do reflexo da modernização da sociedade na qual tem como embasamento o sistema capitalista, haja vista que vem operando grandes transformações culturais visto que

se forjaram, e se engendram pela insatisfação da sociedade com a social-democracia, que não conseguiu atingir dois de seus objetivos principais, ou seja: a efetivação da cidadania e a melhoria das condições de vida da população especialmente projetos capazes de responder as expectativas daqueles jovens das classes empobrecidas os quais se limitaram nos espaços de invisibilidade permanecendo diante da sociedade como sujeitos que carregam uma identificação estereotipada e condenada (ATAÍDE, 2017, p. 82-83).

Com base nesta afirmação, a autora reitera que surge, por outro lado, um tipo de estrutura social que atrela cidadania, sistemas de comunicação de massa e o consumismo como decorrência da dinâmica sociocultural da sociedade hodierna ocasionada pelo sistema capitalista, bem como

pela impossibilidade de realização das utopias modernas. O *funk* e o *hip-hop* são exemplos dessa fragmentação/pluralidade. Os integrantes desses movimentos ocupam uma posição marginal e ao mesmo tempo central na cultura brasileira e, embora estigmatizados e excluídos, estão em sintonia com a era da globalização (ATAÍDE, 2017, p. 84).

O contexto abordado evidencia que os jovens são protagonistas do contexto social em que vivem, e é através de movimentos socioculturais, como, por exemplo, o *funk*, *rap*, o *hip-hop*, entre outras expressões artísticas e culturais que os jovens manifestam suas lutas e protestos através das letras das músicas, uma vez que protestam acerca da realidade social. A capoeira, que é objeto da presente pesquisa, é embalada por músicas que abordam a resistência enfrentada pelos negros

escravizados no período colonial, bem como da situação atual de lutas por reconhecimento social e combate ao preconceito que ainda são enfrentadas pelos negros.

Dayrell e Carrano (2002) enfatizam que nos anos 1960 abordar sobre a juventude consistia aos jovens de classe média e ao movimento estudantil. Já em relação aos anos 1990 remete à juventude das classes populares e a diversidade cultural,

protagonizada pelos *punks, darks, roqueiros, clubers, rappers, funkeiros, etc.* Muitos desses grupos culturais apresentam propostas de intervenção social, como os *rappers*, desenvolvendo ações comunitárias em seus bairros de origem (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 19).

Faz-se necessário enfatizar, portanto, que é nesse cenário cultural que os jovens negros, das favelas e das regiões periféricas que vivem em situação de vulnerabilidade social constituem suas características identitárias através destes espaços de sociabilidade. As rodas de capoeira, por exemplo, consistem nesses ambientes de convívio social nas quais os jovens adquirem por meio de uma educação não formal que proporcionam a representatividade social e cultural destas juventudes.

É preciso, contudo que se tenha atenção para o fato de que as práticas coletivas juvenis não são homogêneas. As configurações sociais em torno de identidades culturais não se constituem abstratamente, mas se orientam conforme os objetivos que as coletividades juvenis são capazes de processar num contexto de múltiplas influências externas e interesses produzidos no interior de cada agrupamento específico. Em torno do mesmo estilo cultural podem ocorrer práticas de delinquência, intolerância e agressividade, assim como outras orientadas para a fruição saudável do tempo livre ou ainda para a mobilização cidadã em torno da realização de ações solidárias (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 20).

No que tange a essa realidade, Pais (2005) salienta que

nestas culturas performativas — tantas vezes incompreendidas — temos o fluir de uma energia injustamente desprezada. Temos um desejo de participação, de protagonismo. Temos possíveis rotas de abertura ao futuro, que pesquisadores e decisores políticos não poderão deixar de levar em linha de conta, quando pensam nos instrumentos para orientar as políticas de juventude (PAIS, 2005, p. 65).

A ideia de protagonismo citada no excerto acima remete à ideologia juvenil pela luta por reconhecimento em prol de direitos sociais fundamentais para viabilizar a consolidação de um futuro digno e concreto. Santiago, Nascimento e Moreira (2016) afirmam que, em vários contextos de grande concentração na participação política, a juventude sempre foi atuante. Tais autores ressaltam que durante os anos de 1960 e 1970, balizados pelo acentuado autoritarismo imposto pela ditadura militar, a juventude contribuiu de forma ativa por meio de inúmeras ações políticas para a organização dos trabalhadores das zonas rural e urbana. Durante a década de 1980, os autores enfatizam que, ainda sob a vigência do regime militar, os jovens colaboraram intensamente para o fim da ditadura civil-militar.

Prado e Perucchi (2011) consideram que na história do Brasil a ênfase na juventude surge na categoria de sujeito político no contexto histórico do período ditatorial militar, ocorrido entre os anos de 1964 a 1985, na qual junto aos demais movimentos sociais, lutavam em prol da democracia, liberdade de expressão, contra a repressão, por igualdade de direitos e justiça social.

Com o fim da ditadura militar e o início da redemocratização na sociedade brasileira, novos sujeitos políticos entraram em cena e espaços de participação foram criados, os quais passaram a contar com a inserção política de cidadãos e de sujeitos sociais coletivos, a exemplo dos movimentos sociais, das redes, fóruns, conselhos e conferências, contando mais uma vez com a participação da juventude (SANTIAGO; NASCIMENTO; MOREIRA, 2016, p. 7).

Dessa forma, importa salientar que é durante os anos de 1980 que ocorre o processo de redemocratização da política brasileira, uma vez que a população lutou incansavelmente pelo fim do autoritarismo, da censura, da repressão, dos massacres, prisões, torturas e homicídios, bem como pelo direito ao voto para escolher democraticamente os representantes políticos. O movimento das Diretas Já constituiu marco importante no processo de redemocratização do Brasil.

Após a ditadura civil-militar (1964-1984) a sociedade brasileira emergiu com alto grau de complexificação, alargando processos sociais que já se anunciavam no contexto da luta pela ampliação das liberdades democráticas e garantias de direitos sociais, e produzindo outros tipos de associativismos e mobilizações antagonistas, num quadro de relativa liberdade democrática assegurado pela lei de anistia política. [...] O período ditatorial também foi a ditadura do grande

capital que modernizou as forças produtivas e possibilitou o desenvolvimento dos fundamentos objetivos da sociedade civil brasileira. Nesse contexto, surgiram e se fortaleceram movimentos sindicais, associativos e partidários, tal como o Partido dos Trabalhadores e o Movimento dos Sem Terras (MST) que durante toda a década de 90 se apresentaram como forças sociais antagônicas às elites políticas e econômicas que sempre tiveram a hegemonia dos aparelhos governamentais e ideológicos do Estado (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 10-11).

É no contexto da ditadura militar que surgem movimentos sociais contra todas as formas de opressão ocorridas nesse tempo sombrio de nossa história brasileira. Dessa forma, em relação às juventudes, Honneth (1997) *apud* Pais (2005, p. 66) afirma que “nem a sociedade os vê como iguais, nem os próprios se pretendem afirmar como “iguais”, embora travem aguerridas “lutas de reconhecimento””.

Há jovens que não podem nem querem viver com os padrões prevaletentes da sociedade. O conformismo assusta-os. Ou a possibilidade de serem engessados em “moldes de comportamento”. Negam-se a serem tomados como marionetes pendentes de fios de aço de políticas de juventude que apenas os pretendem “enquadrar” (PAIS, 2005, p. 66).

Assim, podemos entender que as juventudes pensam, literalmente, “fora da caixa”, ou seja, os jovens lutam por seus ideais, contra padrões conformistas. Tomando como base a idade geracional delimitada ao público juvenil, Dávila (2005), enfatiza as diferentes faixas etárias determinadas em vários países, como, por exemplo,

entre 7 e 18 anos em El Salvador; entre 12 e 26 na Colômbia; entre 12 e 35 na Costa Rica; entre 12 e 29 no México; entre 14 e 30 na Argentina; entre 15 e 24 na Bolívia, Equador, Peru, República Dominicana; entre 15 e 25 na Guatemala e Portugal; entre 15 e 29 no Chile, Cuba, Espanha, Panamá e Paraguai; entre os 18 e 30 na Nicarágua; e em Honduras, a população jovem corresponde aos menores de 25 anos (DÁVILA, 2005 *apud* TAVARES, 2014, p. 29).

Ao citar as diferentes idades geracionais destinadas para as juventudes em vários países e continentes, no que se refere ao Brasil, a faixa etária determinada pela Política Nacional de Juventude (PNJ), pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a juventude, consiste na idade entre 15 a 29 anos e que é subdividida em 3 tipos, quais sejam:

pessoas com idade de 15 a 17 anos são classificadas como jovens-adolescentes; 18 a 24 anos, classificadas como jovens-jovens e 25 a 29 anos, jovens-adultos.

Para a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), a juventude se estende desde os 15 até os 24 anos de idade. Nessa faixa etária determinada pela OMS, ainda tem-se a subdivisão que considera pessoas de 15 a 19 anos como adolescentes-jovens e 20 a 24 anos considerados adultos-jovens (BRASIL, 2007). As autoras Silva e Silva (2011, p. 664) salientam que “juventude é uma categoria sociológica que representa um momento de preparação de sujeitos – jovens – para assumirem o papel de adulto na sociedade”.

Silva e Silva (2011) declaram que, para a juventude brasileira, é necessário maior investimento de imediato em saúde, educação, cultura e demais políticas públicas, econômicas e sociais, considerando a coletividade e, principalmente, as diversidades inerentes dos jovens brasileiros. Perante isso, é importante que a juventude brasileira seja protagonista do processo de elaboração, planejamento, execução, avaliação e efetivação das políticas públicas destinadas a tal público-alvo, entrando em consonância com a Política Nacional de Juventude.

Conforme Dayrell e Carrano (2002),

pensar os jovens no Brasil implica levar em conta as enormes disparidades sócio-culturais existentes e os diferentes contextos nos quais esses se constroem como sujeitos. Essa diversidade se acentua no contexto de uma crise pela qual passa a sociedade brasileira, com reflexos nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização, como o trabalho e a escola. Uma das expressões dessa crise são as transformações profundas no mundo do trabalho. Tanto no Brasil como no exterior, constata-se uma mudança nos padrões da organização do trabalho, que altera as formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 10).

Segundo Dayrell e Carrano (2002) a juventude compõe uma parte da população que, por sua vez, possui grande relevância. Porém, os anseios, as coletividades e as políticas públicas direcionadas às juventudes ainda são pouco apreciadas.

A situação dessas parcelas de jovens se vê ainda agravada pelo encolhimento do Estado na esfera pública, que não oferece soluções por meio de políticas que contemplem a juventude, o que gera uma privatização e despolitização das condições de vida (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 10).

Historicamente, no Brasil, não se pensava acerca dos direitos das crianças adolescentes e jovens. Em 1990, sanciona-se a Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente³ e, somente, 23 anos depois é sancionada a Lei nº 12.852/13, que trata sobre o Estatuto da Juventude⁴.

Nesse sentido, Pais (2005, p. 66) explica que “desenhar políticas de juventude é desenhar mapas de futuro. Mas não valeria a pena desenhá-los se não houvesse viajantes para os percorrer. Que sentido podem os jovens dar à política se se sentem fora dela?”. Para tanto, Dayrell e Carrano salientam que

dentro do quadro global de desigualdades sociais os jovens se apresentam como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam promover a garantia de direitos sociais histórica e sistematicamente sonogados em ampla escala no Brasil (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 4).

Para Novaes (2014) *apud* Ataíde (2017) as políticas públicas para a juventude no Brasil surgem no final da década de 1980 e meados de 1990, começando, nesse sentido, a fazer parte da agenda governamental da gestão pública nacional, devido a inúmeros aspectos nas quais influenciaram o governo federal a traçar planejamentos direcionados ao público juvenil, no intuito de estabelecer ações a serem executadas para a resolução das problemáticas sociais existentes com a juventude brasileira.

Segundo Sposito (2007) *apud* Santiago, Nascimento e Moreira (2016), é nos anos de 1990 que são traçadas estratégias para criação de políticas públicas para o público juvenil. Nesse sentido,

os jovens e suas problemáticas ganham visibilidade, passando a compor agenda política. A mudança de atitude por parte do poder público foi provocada pelas modificações na conjuntura política, econômica e social, assim como em

³ “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990)”. Conferir em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm.

⁴ “Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (BRASIL, 2013)”. Conferir em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm.

decorrência da ação da juventude através de suas organizações, e os atos de violência vivenciados pelos/as jovens como vítimas ou como protagonistas (SPOSITO, 2007 *apud* SANTIAGO; NASCIMENTO; MOREIRA, 2016).

Diante desse cenário, convém salientar que no início dos anos 1990, a juventude brasileira provocou o Movimento Caras-Pintadas⁵, que, por sua vez, foi propulsor do *impeachment* do então presidente da República Fernando Collor de Mello. Dayrell e Carrano (2002) afirmam que nos anos de 1980 e meados de 1990 a juventude brasileira saiu para as manifestações populares nas ruas em diversos momentos, sendo protagonistas do movimento pelas Diretas Já, pelo *impeachment* de Fernando Collor, pelas lutas em prol dos passes livres nos transportes públicos, bem como da não aceitação do acordo com a Associação do Livre Comércio (ALCA), entre outros fatores. Com base nisto “as lutas populares urbanas ganharam destaque naquilo que se refere à busca de melhorias da reprodução social ampliada da força de trabalho e garantias de direitos sociais” (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 12).

Faz-se importante ressaltar que durante o período em que a gestão pública era regida por governos de égide neoliberal, o Brasil encontrava-se em processo acelerado de crescimento populacional, aspecto este que continua na atualidade. Entretanto, em contraponto, surgiu o aumento do desemprego, ocasionando maior agravamento com os jovens brasileiros, tornando-se, desse modo, uma expressão da Questão Social que corroborou para o direcionamento de que o jovem brasileiro é um sujeito de direitos.

Com base nisto, Dayrell e Carrano (2002) apontam que o Brasil na década de 1990, a política neoliberal assinalou grandes privatizações minimizando as políticas de desenvolvimento e enfraquecendo sob forma intensa as competências de ação social do Estado. A esse respeito,

essa crise em que vive os mercados ainda foi associada a determinações impostas pelo Consenso de Washington que preconizava o “enxugamento do estado” como forma de negociação da dívida externa. Isso acarretou uma série de medidas adotadas pelo governo que priorizaram o corte de gastos e, também, as iniciativas sociais distributivas. Portanto, essas mudanças econômica, cultural e tecnológica afetaram diretamente as juventudes brasileiras (ATAIDE, 2017, p. 87).

⁵ O nome remete a vários jovens estudantes secundaristas e universitários, aliados as entidades de representação social, que saíram às ruas de várias cidades do Brasil, com os rostos pintados de preto, verde e amarelo.

É com base nesse sentido que o ano de 1985 foi considerado, pelas Nações Unidas, como o Ano Internacional da Juventude. Ataíde (2017) cita que, nesse ano, diversos países reconheceram os jovens como sujeitos de direitos sociais e, a partir disto, iniciaram o processo de planejamento e criação de políticas públicas, tornando-se, assim, uma grande alavanca para questões direcionadas aos jovens. Todavia, a referida autora enfatiza a dura realidade a respeito das políticas públicas direcionadas para a juventude, principalmente para a juventude negra, tendo em vista que “os recursos empreendidos para os fins de proteção social e os serviços prestados à população juvenil continuam, ainda hoje, muitas vezes, a não ser vistos como direitos do cidadão, mas como uma “esmola”” (ATAÍDE, 2017, p. 88).

Mesmo com a criação do Estatuto da Juventude, instituído no ano de 2013, as políticas públicas para as juventudes do Brasil ainda são escassas, principalmente na atual conjuntura política, uma vez que estamos vivendo num processo de retrocesso dos direitos sociais de cidadania e, desse modo, a juventude negra é a mais afetada, haja vista que, grosso modo, vive em situação de vulnerabilidade social.

Para a juventude negra, tal condição só será criada se tivermos capacidades políticas de tematizar a questão em toda a sociedade, criando políticas públicas de ações afirmativas e emancipatórias que lhes permitam o exercício da autonomia, seja na demanda por políticas de prevenção à violência, trabalho e renda, escolarização, esporte, cultura e lazer por meio da reivindicação de ações para garantia de direitos e oportunidades para a juventude negra, visando o combate às desigualdades, pois o olhar dos grupos dominante, dos sujeitos economicamente mais favorecidos, para com os grupos/sujeitos historicamente estigmatizados condena-os a marginalização e os excluem das oportunidades de mobilidade social, isto é, mantendo-os subalternizados, aquém das políticas que embora exíguas, estão direcionadas a esse segmento populacional. Muitas demandas dessa juventude já estão incorporadas à agenda política nacional, no entanto, ainda são incipientes para atingi-los na sua integralidade (ATAÍDE, 2017, p. 88-89).

A autora enfatiza que o Estatuto da Juventude tornou-se um marco legal que sancionou a Lei nº 12.852/2013, e que aborda nas suas diretrizes acerca da garantia e da promoção dos direitos dos jovens através do Estado. De acordo com o mesmo Estatuto são considerados jovens aqueles com idade parametrizada entre 15 e 29 anos. Desse modo, “a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a

consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s)” (ATAIDE, 2017, p. 87).

Tanto no Conselho Nacional de Juventude como em outros espaços de participação juvenil, a situação dos negros vem sendo tratada como uma questão importante do país (BRASIL, 2010). Conforme Pais (2005, p. 63), “possivelmente, algumas políticas de juventude são planejadas desvalorizando os contextos reais de sua aplicação (“a terra que elas pisam”), onde o trajectivo ganha relevância”. Dayrell e Carrano percebem que a juventude vive em uma valorização retórica, uma vez que “a proclamação das boas intenções políticas se dissocia de práticas efetivas de combate à realidade dos processos sociais, culturais e econômicos que envolvem as distintas situações da vivência da juventude no Brasil” (DAYRELL; CARRANO, 2002, p. 14).

De acordo com Castro (2011), os debates acerca dos direitos juvenis têm aumentado as demandas relacionadas aos questionamentos sobre o que é ser jovem.

Sobretudo, os discursos sobre direitos têm fornecido a munição para que os jovens entrem na cena pública como identidades que postulam demandas específicas, diria, demandas identitárias, referidas ao que é, supostamente, específico de ser jovem. [...] Os idiomas dos direitos e da cidadania têm se constituído como o dispositivo pelo qual muitos grupos de jovens têm podido articular demandas e fazer essa travessia dos espaços privados e silenciados na direção dos espaços públicos de contestação e reivindicação. São inúmeros e diversos os grupos juvenis emergentes que estão conseguindo aglutinar demandas acerca do que consideram que lhes é devido – pela sociedade –, em virtude da sua condição específica de ser jovem (CASTRO, 2011, p. 315-316).

Para Castro (2011), importa dar atenção ao termo denominado “juventude” que, por sua vez é incluída à pauta de governos, como também ações e angariações de investimentos por parte de Organizações Não Governamentais (ONGs), ao recobrimento do adequado uso de imagem por parte das instituições empresariais ou a inúmeras motivações determinadas pelos espaços que requerem ações planejadas ao público juvenil por meio do termo “sujeito de direitos”.

Entretanto, Castro (2011) enfatiza que continua o assunto no que concerne à peculiaridade do “ser jovem” e do que esse fator deve asseverar com relação aos direitos e deveres para a juventude. Dessa forma, “quanto mais diferenças forem criadas, mais a possibilidade de direitos específicos, e mais possibilidades de políticas

com recursos a elas destinados” (CASTRO, 2011, p. 317). É necessário, pois, debater sobre democracia, igualdade, dentre outros assuntos importantes para consolidação dos direitos sociais aos jovens que deve ser primordial na contemporaneidade.

3.2 Juventudes negras: percursos de luta e resistência

Na compreensão de Lima Filho (2000), o jovem negro é um ser social que constrói uma identidade racial, não essencialista e não política. Goiz (2016) enfatiza que existem poucas políticas públicas para as juventudes moradoras de localidades denominadas periféricas. Para Dayrell e Carrano (2002), as políticas públicas destinadas para a juventude necessitam expandir a concepção sobre os jovens, sobretudo, os que residem nas comunidades periféricas nas quais são preponderantes da produção material e simbólica da sociedade.

Malachias (2005) declara que, ao direcionarmos o olhar para a juventude negra, devemos nos deter a vários fatores, dentre os quais, raça, etnia, classe social e gênero, haja vista que “implicam a diferença e/ou diversidade nas relações sociais vivenciadas pelas pessoas em geral” (MALACHIAS, 2005, p. 1). A autora ressalta que de acordo com pesquisas realizadas por historiadores entre o final da década de 1970 e meados de 1980, ou seja, período na qual vigorava o regime militar no Brasil, diagnosticaram a população negra como transformadores do seu contexto sócio-histórico.

Desse modo, no final da década de 1970 a juventude negra fundou o Movimento Negro Unificado (MNU) para o pleno fortalecimento das constantes lutas contra a discriminação racial e a violência policial contra os negros. A esse respeito

a violência contra a população negra pobre brasileira, em nosso entendimento, é parte de um processo histórico sustentado e manifestado permanentemente por uma sociedade que já nasceu capitalista e que hierarquiza e institucionaliza as relações sociais em diversidades de classes, raça, gênero, etnias, etc. (RIBEIRO, 2006 *apud* BARBOSA, 2015, p. 186).

Barbosa (2015) aborda que do ponto de vista historiográfico, o Brasil em todas as manifestações étnicas, raciais, econômicas, culturais, sociais e políticas é um país cuja sociedade é capitalista arquitetada através de um sistema escravocrata. Assim, o

referido autor ressalta que “de cada dez dias da nossa história, sete foram vividos sob o escravismo” (BARBOSA, 2015, p. 187).

Por consequência, a população negra pobre sofre com as consequências da violência e (in)tolerância porque é herdeira direta de negros/as africanos/as que foram escravizados inicialmente em seu próprio continente e, posteriormente, foram trazidos arbitrariamente para o Brasil já na condição de escravos. Portanto, a população negra pobre brasileira é resultado da dialética histórica entre opressores e oprimidos. Conforme acertou acuradamente Karl Marx em 1848, a história de todas as sociedades até nossos dias é o resultado das lutas de classes e “raças” (BARBOSA, 2015, p. 187).

Malachias defende a juventude negra como: “jovens de ambos os sexos, inseridos nas categorias de classificação racial – preto e pardo – (adotadas no Brasil pelo IBGE) e que se enquadram no período etário de transição à vida adulta” (MALACHIAS, 2005, p. 3). Tal autora afirma que o período de transição entre a juventude e a vida adulta nas sociedades industriais, consiste numa fase de suma importância, uma vez que os “jovens serão os responsáveis pelo futuro. A socialização implica a passagem por espaços sociais estabelecidos: família, escola, trabalho, lazer completam o aprendizado do indivíduo que existe enquanto um ser social” (MALACHIAS, 2005, p. 8). No que diz respeito aos jovens negros,

a socialização da juventude negra demonstra como os espaços obrigatórios à vivência da transição etária para a vida adulta reproduzem, muitas vezes, as práticas discriminatórias. Jovens de ambos os sexos aprendem como se tornarem adultos numa estrutura permeada pelo preconceito étnico-racial e de gênero. Incorporam, portanto, a sua vida ideias pré-concebidas com relação aos seus papéis no mundo (MALACHIAS, 2005, p. 10-11).

Para Ataíde (2017) a juventude negra vive em situações precárias e continua à margem da sociedade, haja vista que os jovens negros se deparam com dificuldades para tornarem-se sujeitos de direitos, uma vez que a referida autora ressalta que as políticas públicas não prestam assistência necessária de inclusão à juventude:

parte-se do pressuposto de que, o racismo e as desigualdades sociais constituem-se nos principais fatores que influenciam e atinge principalmente as juventudes negras e pobres expressas a partir da segregação sócio-espacial, da discriminação racial e da vivência de pobreza (ATAÍDE, 2017, p. 81).

Dessa forma, a autora sinaliza que os jovens negros além de vivenciarem as dificuldades estabelecidas pela sociedade, encontram outros obstáculos, por causa das relações das questões raciais ainda presentes no Brasil. Em relação a este fator, Ataíde salienta que as políticas públicas universalistas possuem grande importância na diminuição da pobreza.

Entretanto, vale ressaltar que as políticas públicas, conforme Ataíde (2017), não possuem um viés voltado no tocante à erradicação da desigualdade racial e com a criação de políticas públicas exclusivas para isso, conseguirá reverter a situação acentuada acerca do racismo no Brasil. Isto torna-se um dos grandes desafios para a formulação de condições necessárias para a inserção dos jovens nas políticas públicas.

É correto afirmar que é acentuado o número de genocídio de jovens negros, que, por sua vez, o comitê em prol do combate ao genocídio da juventude negra, conforme Goiz (2016), trabalha em articulação com o Movimento Negro, uma vez que atuam intensamente em prol de defesa de égide política e social, com a finalidade de viabilizar a inclusão social do povo negro nas políticas públicas da sociedade civil brasileira, bem como contribuir com a erradicação da violência contra os jovens negros.

Para Barbosa (2015), atualmente, após muitas lutas do Movimento Negro Brasileiro, em prol do Estado reconhecer a existência exacerbada de práticas racistas no país, como também os crimes violentos ocorridos contra os negros ao longo da história, a violência e a (in)tolerância contra a população negra se manifestam em várias ordens sociais. Sendo assim,

a condição social da população negra pobre brasileira ganhou visibilidade e espaço nos debates políticos, tanto na esfera pública como privada. O Estado brasileiro se viu obrigado a implementar ações de políticas públicas de promoção da igualdade racial, contudo, essas ações ainda não foram suficientes para tirar a população negra pobre de sua condição histórica de vítima da violência. Mesmo depois da formulação da Constituição Cidadã (1988) (BRASIL, 1988), que pela primeira vez na história, reconheceu institucionalmente a existência do racismo e, por sua vez, o resultado catastrófico dele para harmonia social, da formulação e implementação da Lei 10.639 (BRASIL, 2003), do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), das Cotas Raciais nas Universidades (BRASIL, 2012) e das Cotas Raciais no Serviço Público (2014), que são ações afirmativas públicas e positivas, ainda assistimos à continuidade do genocídio (BARBOSA, 2015, p. 191).

Tanto o comitê quanto o Movimento Negro, nos últimos anos, organizam ações em estreita parceria com outros movimentos sociais no intuito de fazer denúncias e trabalhar acerca da desconstrução do racismo, opressão e violência contra jovens negros, haja vista que o genocídio de jovens negros tem como justificativa

a um sujeito suspeito que tem cor, classe social e localização. [...] O genocídio da juventude negra é um fato visível [...]. Ignorar este acontecimento é contribuir para a perpetuação de sistema de higiene social comum em uma sociedade institucionalmente racista e nada cordial (GOIZ, 2016, p. 124).

Pelo exposto, pode-se entender que a violência, seja física, psicológica, entre outros tipos, contra a juventude negra é algo real e cada vez mais acentuado, tudo isso devido ao racismo institucional presente no Brasil, uma vez que, conforme a supracitada autora, o processo de racialização denominou a pessoa negra como um ser inferior, perigoso e, dessa forma, passível de eliminação.

No cotidiano da vida social brasileira, assistimos constantemente estampados em manchetes jornalísticas, tanto em jornais e revistas impressos ou eletrônicos, noticiários radiofônicos ou televisivos, ao aumento sucessivo dos números da violência e (in)tolerância contra população negra pobre brasileira, sobretudo da juventude negra (BARBOSA, 2015, p. 192).

Com base nisto, Santos (2012) *apud* Barbosa (2015) propõe que tal violência ocorrida contra a população negra é corroborada pelo racismo institucional que, infelizmente, ainda persiste ao longo dos anos. Dessa forma, Barbosa ressalta que isto é

herdado pela cultura social brasileira desde a sociedade escravista, [...] na atualidade, por um desenho de exclusão a partir de medidas de criminalização da juventude negra, através da privação da liberdade, da expansão de políticas de militarização em áreas empobrecidas das cidades, como as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP's) (BARBOSA, 2015, p. 192).

O desemprego e a falta de escolaridade são evidentes entre os jovens negros. Em relação àqueles que estão no mercado de trabalho, o salário é menor em relação aos jovens brancos. A este respeito, Tavares (2014) expõe que

existem grandes distâncias separando negros e brancos nos campos sociais, educacionais, jurídicos, e em muitas outras áreas de nosso país. Essa distância

se origina na história escravagista vivida no Brasil, mas se mantém através de preconceitos raciais ativos que sustentam discriminações até os dias atuais, com consequências sérias à população negra [...] (TAVARES, 2014, p. 45-46).

Em nossa sociedade brasileira, apesar de todo um trabalho que vem sendo desenvolvido de inclusão social e reconhecimento da importância do povo negro em nossa formação histórica, econômica, social e cultural, a cor da pele e a classe social dos jovens negros, são ratificados pelo racismo institucional ainda presente e de forma intensa. Em suma, a juventude negra sofre incontáveis formas de discriminação.

Barbosa (2015) apresenta que, no cenário brasileiro contemporâneo, o alto índice de violência entre os jovens possui cor: “é a juventude negra pobre brasileira. [...] A população negra pobre é alvo direto da violência e (in)tolerância na atual conjuntura” (BARBOSA, 2015, p. 194).

A partir da abolição da escravidão negra no Brasil, embora negros/as tenham conquistado a igualdade jurídica, as desigualdades socioeconômicas, educacionais e sociopolíticas permaneceram como fatores discrepantes de manutenção da violência e (in)tolerância contra a população negra pobre brasileira. [...] Desse modo, passou imperar de forma mais sistemática o preconceito racial, o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e todas as formas de intolerâncias correlatas contra a população negra brasileira, manifestando-se em maior ou menor grau, em todas as classes sociais (BARBOSA, 2015, p. 190-191).

Ataide (2017) lembra que os jovens negros têm os direitos sociais desrespeitados, na qual pode ser considerado como um dos segmentos mais vulneráveis. Portanto, “o processo de exclusão vivido pela população negra compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais coesa e justa” (ATAIDE, 2017, p. 84). Para Scott (2004) *apud* Monagreda (2017),

os indivíduos são definidos pelas identidades grupais, mas também as identidades de grupo renegam a expressão ou percepção plena da individualidade, de modo que, existe uma tensão entre o desenvolvimento de identidades grupais e individuais onde estes âmbitos se influenciam mutuamente; e os termos em que foi produzida a identidade de grupo para a discriminação é ao mesmo tempo aceita e rejeitada nas reivindicações por igualdade, as identidades grupais refletem coletivos politizados, seja porque são discriminados, seja porque lutam contra da discriminação (MONAGREDA, 2017, p. 385-386).

Scott (2005) sinaliza que esse paradoxo não pode nem precisa ser resolvido haja vista que:

uma tensão entre consciência de raça e neutralidade de raça (grupos e indivíduos) é parte integral de qualquer solução. Pois a obtenção de equidade (ignorando genuinamente a diferença de acordo com os pilares do liberalismo) requer que se nomeiem os grupos que têm sido excluídos (reconhecendo a diferença) e que os tratem de forma diferenciada no futuro (SCOTT, 2005 *apud* MONAGREDA, 2017, p. 385).

Prado e Perucchi (2011) fazem uma aproximação das conjecturas de Touraine perante as discussões de Laclau e Mouffe,

tem-se a proposição de que a constituição dos sujeitos nos processos coletivos da juventude LGBT brasileira e portuguesa, por exemplo, se dá pela relação desses indivíduos com outros no interior e fora do movimento social. Atores sociais e conflitos antagônicos definem – por meio de processos intersubjetivos – o sujeito que constitui e é constituído pela ação coletiva, num complexo modo de construção da experiência juvenil, contextualizada e provisória, atravessada pela historicidade e pela contingência (PRADO; PRECCHI, 2011, p. 354).

Para tanto, mesmo na atual conjuntura que legitima a violência não apenas com a população negra, como também mulheres, população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e demais orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIAPN+), entre outros, torna-se necessário continuar e solidificar as lutas sociais em favor da ampliação de políticas públicas para a juventude negra brasileira, com o propósito de reduzir a vulnerabilidade social dos jovens negros, trabalhando pela abertura de oportunidades nos variados espaços de sociabilidade proporcionando modos de vida dignos e sem violências. No tocante às questões de gênero envolvendo as mulheres,

a disciplina rígida da família patriarcal brasileira condiciona a “inferioridade” feminina à figura do homem, provedor da casa e detentor da autoridade no lar, aumentando a distância entre adultos e jovens. No processo educacional, a ausência feminina era marcante. As moças não tinham acesso à informação, assim como os jovens das classes menos favorecidas, que recém-saídos da infância já começavam a trabalhar. Com relação à etnicidade, no Brasil, as relações sócio-raciais foram construídas sob os ideários anteriormente mencionados da igualdade e democracia racial e a identidade nacional brasileira foi e ainda é constituída de símbolos culturais transculturalmente

concebidos pelos indígenas, europeus, africanos (e mais recentemente pelos asiáticos) (MALACHIAS, 2005, p. 7).

Malachias (2005) ressalta que durante os anos de 1980, os temas acerca da questão racial ganham notoriedade no movimento feminista brasileiro, no momento pelo qual o fortalecimento do Movimento de Mulheres Negras organizado em Organizações Não Governamentais (ONGs) denuncia e luta pela percepção das dicotomias presentes no conceito de gênero. Desse modo

a “raça” torna-se um tópico a mais a ser considerado nos estudos e reivindicações elaborados no país, seguindo o que já ocorria internacionalmente. A inegável ação do racismo na sociedade brasileira, concretizado historicamente na desigualdade econômica e social vivenciada pela população negromestiça respalda teórica e concretamente a mobilização das mulheres negras (MALACHIAS, 2005, p. 7-8).

Malachias ressalta que nos anos 1980 e 1990, ocorre o surgimento de agrupamentos de jovens que ocupam as ruas:

são bandos, gangues, galeras, grupos de orientação étnica, racista, musical, religiosa ou agressivas torcidas de futebol. Seus integrantes nem sempre dimensionam a sua expressividade, porém quando canalizada para alguma direção, a contestação pode gerar violência ou até mesmo arte (MALACHIAS, 2005, p. 4).

De acordo com Pais (2005, p. 57-58) “a magia da cidade vem de baixo e não dos arranha-céus onde a vida social parece estar enjaulada. Recorrentemente, a rua é por jovens reivindicada como um palco de cultura participativa”. Pais (2005, p. 62-63) ainda ressalta que “a rua é reivindicada como espaço de criatividade e de emancipação, onde as ritualidades juvenis aparecem como uma espécie de celebração da diferença e da autonomia”.

A esse respeito, a rua torna-se um espaço de sociabilidade das juventudes, sendo também um ponto importante para demonstração de seus talentos artístico-culturais. Com base nisto, tem-se as rodas de capoeira, nas quais são apresentadas nas ruas como fator culminante dos ensinamentos perpassados durante os treinos de tal arte afro-brasileira. Como exemplo disso, o próximo capítulo abordará como se dá o trabalho da capoeira com a juventude do município de Juazeirinho - PB.

4 JUVENTUDE E CAPOEIRA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO - PB

Neste capítulo será abordado a respeito dos resultados dessa referida pesquisa em questão. Aqui será tratado a respeito de como se procede a inserção da juventude negra juazeirinhense na roda de capoeira.

Partindo desta premissa, de início, no tópico 4.1, **“Breve abordagem do aspectos históricos e sociais de Juazeirinho - PB”**, abordará um breve panorama historiográfico da cidade de Juazeirinho, que, por sua vez, é local sede do objeto desta pesquisa científica, histórica e social. Em seguida, no tópico 4.2, **“As práticas de capoeira no município de Juazeirinho - PB: história de luta pela reafirmação da história e cultura afro-brasileira”**, destacará todo o caminho de luta que a capoeira de Juazeirinho percorre desde a fundação aos dias hodiernos em prol da manutenção da história e cultura afro-brasileira por meio das práticas capoeirísticas. Por conseguinte, o tópico 4.3, **“A capoeira na vivência dos jovens praticantes”**, trará um panorama da visão dos jovens que participam do Grupo de Capoeira Hubuntus de Juazeirinho, de como as pessoas o caracterizam socialmente, além da mudança evolutiva que as aulas de capoeira podem proporcionar na vida dos jovens que dela participam.

Para tanto, na parte metodológica da pesquisa, por se tratar de jovens capoeiristas, no universo de 40 praticantes do grupo de capoeira, foi feita uma amostragem de jovens de 15 a 29 anos, faixa etária essa em conformidade com o que é estabelecido pelo Estatuto da Juventude do Brasil. Entretanto, 9 jovens se disponibilizaram à participar das entrevistas para esta pesquisa acadêmica. Destes jovens que participaram, a faixa etária foi entre 16 a 24 anos. Em relação ao sexo dos jovens entrevistados, 6 são do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Além disso, foram obtidos dados do casal de instrutores responsáveis pelo grupo com base nas questões mais gerais, como, por exemplo, fundação, trajetória do grupo, quantidade de participantes, questões de apoio financeiro, dentre outros fatores.

Dados e informações mais detalhadas serão abordados no transcorrer da leitura deste último capítulo.

4.1 Breve abordagem dos aspectos históricos e sociais de Juazeirinho - PB

De acordo com os dados históricos a respeito do município de Juazeirinho pesquisados por Melo *et al.* na primeira pesquisa sobre a cidade publicada no *Livro do Município de Juazeirinho* no ano de 1983, são mencionadas informações da predominância da família Oliveira Ledo⁶, uma vez que são considerados como fundadores de diversos municípios paraibanos, a exemplo de Campina Grande - PB. Assim sendo, Melo *et al.* (1983) destacam que, em 1753, Ana de Oliveira Ledo fixou morada na Fazenda Joazeiro com demasiada criação de gado. Vale destacar que Ana de Oliveira era irmã de Teodósio Oliveira Ledo, considerado como fundador de Campina Grande, conhecido por ser “o destemido desbravador, adorado por alguns e desprezado por outros” (RIETVELD, 2016, p. 66). Essa afirmação do Pe. João Jorge Rietveld se refere ao sentido pelo qual Teodósio conquistou o domínio das terras dessa região paraibana, haja vista que foi de forma brutal a batalha contra os povos originários destas localidades.

Rietveld (2016), afirma que a família Marinheiro⁷, em meados do século XX, tinha grandes propriedades de terras na Fazenda Joazeiro e Joaquim Marinheiro⁸ começou com a compra de terras, principalmente do algodão, tornando-se um nome de grande referência no comércio algodoeiro nas regiões do Cariri e Seridó paraibano. A este respeito, com base nestas abordagens históricas da cidade em destaque

⁶ De acordo com o pesquisador da historiografia de Juazeirinho, Pe. João Jorge Rietveld, no livro *O verde do Juazeiro: catolicismo em Juazeirinho e o norte do Cariri*, “a família Oliveira Ledo é da região de Porto em Portugal, terra de pecuaristas. Alguns de seus membros vieram para o Brasil e se estabeleceram no Recife” (RIETVELD, 2016, p. 65). Como esse livro aborda principalmente acerca do surgimento do catolicismo em Juazeirinho e região, Pe. João enfatiza um ponto que merece destaque no que diz respeito à religiosidade da família Oliveira Ledo: “Existe também o “rumor” de que os membros desta família eram “cristão novos” ou judeus convertidos ao catolicismo, muitas vezes sob pressão. O nome composto já podia dizer isso; “Oliveira” indicando o sangue judeu e “Ledo” o nome cristão” (RIETVELD, 2016, p. 65).

⁷ A família Marinheiro tornou-se hegemônica na política juazeirinhense, haja vista que manteve-se no poder político por mais de 50 anos. “Nove das treze gestões da administração da prefeitura de Juazeirinho ficaram nas mãos dos Marinheiros” (RIETVELD, 2016, p. 191). A história da política de Juazeirinho é marcada pela disputa entre duas famílias desde a década de 1950. Diante disto, a rivalidade durante os anos de 1950 não era apenas política, mas cultural, uma vez que na época dos antigos e saudos carnavais de Juazeirinho, ambas as famílias também disputavam com os blocos carnavalescos. Por incrível que pareça, a família Marinheiro sempre vencia as disputas.

⁸ Marinheiro é o sobrenome popularizado pelas pessoas, haja vista que ele chegou ao Brasil por meio da embarcação advinda de Açores - Portugal.

um antigo pouso de tropeiros no começo do século, deu origem ao município de Juazeirinho. Situava-se na Fazenda Joazeiro, daí a denominação com que foi batizado, e pertencia ao Capitão Joaquim Antônio de Oliveira, mais conhecido como Joaquim Marinheiro (NÓBREGA, 1993 *apud* LISBOA, 2014, p. 26).

No entanto, Melo *et al.* (1983) afirmam que tal Fazenda Joazeiro tinha como proprietários os irmãos Henrique Ferreira de Barros e Pedro Ferreira de Barros e outra parte de Carlos Francisco da Cunha, na qual são considerados como personagens ilustres por terem fundado Juazeirinho.

Inicialmente Juazeirinho era ponto de parada para repouso dos tropeiros, em suas idas e vindas, entre o Sertão e a Borborema, que alojavam-se às sombras dos pés de juazeiro. Por conta disso, Joazeiro tornou-se o nome do povoado devido ter muitas árvores de juazeiros. Dessa forma, a fazenda serviu de ponto inicial para o povoamento. A partir de então, ao longo dos anos várias famílias advindas de outras regiões circunvizinhas foram chegando à localidade e constituindo moradias.

Conforme Melo *et al.* (1983), a Fazenda Joazeiro progrediu na criação de bovinos, caprinos e ovinos, bem como no cultivo de milho, feijão e algodão, nas quais, constituíam em algumas das riquezas típicas da localidade. Desse modo, Henrique Ferreira de Barros e José Felismino da Costa Nogueira, por terem vastas propriedades de terras na referida fazenda, planejaram a formação de uma feira livre, haja vista que, além de dispor de água no espaço central do povoado, era também cortada pela estrada na qual atualmente é a BR-230, conhecida também como Rodovia Transamazônica, que, por sua vez, consiste numa rodovia federal transversal.

No dia 4 de novembro de 1913, ocorreu a formação da primeira feira que prosperou em abundância tornando-se, assim, um importante polo de comercialização de gado, algodão, gêneros alimentícios, dentre outros. Essa data tornou-se o marco da fundação do município, na qual é comemorado o dia do aniversário da cidade. A respeito da importância que as feiras livres tinham durante essa época,

o dia da feira era antigamente, mais do que hoje, um dia de semana muito importante na vida social do povo. Cada lugar tinha o seu dia, marcado de tal forma que não prejudicasse a feira da cidade vizinha. [...] A feira criava um espaço para o povo se encontrar, para notícias se espalharem, para cumprir-se com as obrigações religiosas e para adquirir mercadorias que não eram produzidas em casa (RIETVELD, 2016, p. 197).

É necessário afirmar que a feira livre, desde o início até os dias atuais, é considerada como a maior da região, visto que as pessoas das cidades circunvizinhas vão para Juazeirinho para realizarem compras no referido espaço comercial periódico, além de outros aspectos de necessidades das populações vizinhas em diversos estabelecimentos. Entretanto, um fator que merece ser destacado é que nos últimos anos, mais precisamente desde o ano de 2009, a feira livre de Juazeirinho não possui o dinamismo de outrora, ou seja, do ponto de vista da territorialidade onde a feira funciona, esta, por sua vez, está diminuindo gradativamente, como também o horário de término.

Em relação à estrutura econômica da cidade, atualmente é baseada na agricultura, pecuária, mineração e comércio. Além disso, os setores de serviços públicos, por meio do funcionalismo público, aposentadorias rurais e políticas públicas de transferência de renda, movimentam a economia local, haja vista que são fatores muito importantes de fonte de renda para pequenos municípios, principalmente para as cidades que localizam-se na região geográfica do semiárido brasileiro.

Torna-se mister destacar que nas divisões administrativas do Brasil, nos anos 1936 e 1937, Joazeiro era distrito de Soledade - PB. Por meio do Decreto Estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943, o nome Joazeiro é modificado para o nome de Juazeirinho (MELO *et al.*, 1983).

No que concerne à emancipação política de Juazeirinho, conforme Melo *et al.* (1983), foi consolidada por meio da Lei nº 1.747, de 25 de julho de 1957. Dessa forma, a cidade de Juazeirinho torna-se integrada por quatro distritos, sendo que atualmente dois destes encontram-se desmembrados de Juazeirinho por meio de emancipações políticas, que são as cidades de Assunção e Tenório, na qual ambos os municípios foram politicamente emancipados no ano de 1994. Juazeirinho conta hodiernamente com duas unidades distritais que são: Barra e Ipueiras. O distrito Barra é considerado como um distrito industrial devido ter fábricas de telhas, tijolos e caulim.

No que se refere ao quantitativo populacional, conforme os dados coletados no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo 2010 Juazeirinho possuía uma população com 16.776 habitantes. O *site* também aponta a estimativa populacional da cidade no ano de 2021 numa base de 18.422 habitantes. No entanto, o

site MaisPB, em dezembro de 2022, divulgou uma prévia dos dados demográficos dos municípios paraibanos coletados pelo Censo 2022 e, conforme as informações obtidas pelo referido *site*, a população de Juazeirinho conta com cerca de 17.004 habitantes.

Sendo assim, subentende-se que essa diminuição de habitantes, em partes, dá-se devido a saída das pessoas do município em busca de trabalho em outras cidades e Estados brasileiros. Torna-se necessário destacar que nos últimos anos, há grande predominância de empregabilidade ofertada em casas de bolo localizadas em outros Estados, principalmente das regiões Norte e Nordeste, isso faz com que vários munícipes saiam da cidade em busca desses espaços profissionais.

Vale ressaltar que os dados oficiais do Censo 2022 ainda não foram divulgados pelo IBGE até o período de conclusão desta pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado acadêmico, visto que o processo de coleta de informações ainda não foi concluído, uma vez que, conforme o *site MaisPB*, 83,9 da população brasileira foi recenseada pelo IBGE até dezembro de 2022.

4.2 As práticas de capoeira no município de Juazeirinho - PB: história de luta pela reafirmação da história e cultura afro-brasileira

Direcionando-se à história da capoeira na cidade de Juazeirinho - PB, as práticas de capoeira no município iniciam-se em 2001, por meio da Associação Cultural de Capoeira Badauê, tendo como instrutor Edmilson Eduardo Rodrigues, popularmente conhecido como Luanda. As aulas ocorriam no Clube Recreativo Municipal de Juazeirinho⁹. A partir do ano de 2002, o grupo de capoeira iniciou as apresentações para a sociedade local, na Praça João Pessoa, localizada no centro da cidade, sempre às sextas-feiras, no horário noturno. Vale destacar que a referida praça, na época, era bastante movimentada por estudantes da rede pública municipal e estadual do ensino fundamental e médio da cidade.

⁹ Esse espaço destinado, grosso modo, para as festas privadas de Juazeirinho. Durante a semana servia de espaço para conferências, convenções, exposições, treinos da capoeira, ensaios de quadrilhas e grupos folclóricos. Desde 2017, o Clube Municipal da cidade encontra-se desativado pela Prefeitura Municipal de Juazeirinho. Desse modo, o município não dispõe de um espaço fechado para eventos públicos e privados com atrações musicais do momento.

Em relação a essa informação acima, como habitante da cidade de Juazeirinho e enquanto aluno do Colégio Municipal Severino Marinheiro, lembro-me bem de quando iniciaram as apresentações na Praça João Pessoa no ano de 2002. Cabe também destacar que a praça era frequentada por estudantes da rede pública de ensino, haja vista que as escolas de ensino público são predominantes no município. Nesse tempo em destaque, as instituições de ensino privado em Juazeirinho ofertavam apenas Educação Infantil¹⁰.

Faz-se importante enfatizar que a Associação Cultural de Capoeira Badauê, fundada em 1985, tem sede no município de Campina Grande - PB e abrange vários grupos de capoeira de outras cidades paraibanas. Em relação ao grupo de capoeira de Juazeirinho, este, por sua vez, integrou tal associação cultural até o ano de 2015 (essa informação será detalhada posteriormente). Quanto ao tipo de capoeira que é praticada, enquadra-se no tipo Capoeira Angola Raiz.

No que diz respeito ao apoio fornecido ao grupo de capoeira, conforme informações do instrutor Flávio Lima, a gestão pública municipal da cidade prestou apoio desde o início da formação, ou seja, entre os anos de 2001 a 2004, 2010 a 2012. Outro importante apoio foi o da paróquia de Juazeirinho, por intermédio do Padre João Jorge Rietveld, enquanto administrador paroquial do município. Dessa forma, a comunidade paroquial além do apoio financeiro, cedia o local para as aulas de capoeira no Centro Pastoral Paroquial São João Paulo II, situado no bairro Bela Vista.

Padre João Jorge tornou-se uma figura ilustre na história do município, haja vista que, durante 12 anos de trabalho paroquial, foi um grande pesquisador da história da cidade e incentivador cultural e educacional para a juventude. Publicou diversos livros sobre a história da cidade e do catolicismo da comunidade local.

Um fato importante na qual merece ser destacado é que no ano de 2003 Padre João celebrou uma missa em alusão ao Dia da Consciência Negra na Igreja Matriz São José. Foi uma celebração memorável, visto que atrelou elementos de matriz africana aos ritos tradicionais celebrativos do catolicismo. Após a missa, o pároco afastou a mesa do altar da Igreja, abrindo espaço para apresentação do grupo de capoeira.

¹⁰ Nesse período de tempo, ou seja, no ano de 2002, as escolas privadas ofertavam apenas a Educação Infantil até a Alfabetização. Atualmente, existem escolas nas quais ofertam tanto a Educação Infantil quanto as séries iniciais do Ensino Fundamental I.

Figura 1 – Associação Cultural de Capoeira Badauê na Missa da Consciência Negra



Fonte: Acervo pessoal do instrutor de capoeira Flávio Lima¹¹.

A esse respeito, faz-se mister enfatizar a pluralidade de Pe. João em quebrar os paradigmas dos rituais celebrativos doutrinários da Igreja Católica para dar abertura inclusiva de uma manifestação afro-brasileira no altar do templo religioso. Uma das grandes características do referido sacerdote é que ele abria mão dos padrões clericais nas celebrações litúrgicas para adaptar à realidade dos fiéis leigos que, por sua vez, grosso modo, não tiveram oportunidades de frequentar bancos escolares e/ou avançar nos estudos. Por esse e inúmeros motivos, o padre deixou um grande legado ao povo juazeirinhense, tornando-se querido e admirado por todos os munícipes de todas as crenças existentes na cidade, sejam elas católicas, protestantes, espíritas e religiões de matriz africana e afro-brasileira.

Com relação à inclusão da capoeira na educação municipal, de acordo com Flávio Lima (2012), enquanto instrutor da Associação Cultural de Capoeira Badauê, após muitas lutas a capoeira foi incluída na rede municipal de ensino. Sendo assim, em 2010, o Colégio Municipal Severino Marinheiro, tornou-se a primeira instituição

¹¹ A imagem é o único registro fotográfico da missa alusiva ao Dia da Consciência Negra, haja vista que no início dos anos 2000 a maioria dos registros fotográficos ainda era feita com câmeras analógicas que capturam imagens através de filmes fotográficos e tais câmeras não eram acessíveis à maioria da população. Portanto, fotografias analógicas nessa época ainda eram consideradas, de certo modo, como artigos de acesso restrito, uma vez que era necessário determinado custo financeiro.

educacional do interior paraibano a incluir a capoeira, na qual, por meio da Secretaria Municipal de Educação, implantou o projeto Capoeira na Escola. Segundo Lima (2012, p. 26), “a partir daí, houve interesse da direção da referida Escola na participação das crianças, jovens e adolescentes envolvidos no projeto e a participação nos eventos realizados pela Associação Cultural de Capoeira Badauê”.

Figura 2 – Grupo de Capoeira Hubuntus na escola



Fonte: Acervo fotográfico de Flávio Lima no *Facebook*¹².

No que concerne para a relação entre a capoeira e a Lei nº 10.639/03 na referida instituição educacional mencionada, conforme relatos do instrutor de capoeira Flávio Lima, foi a única escola que, sob forma sutil, tentou implantar o ensino de capoeira no cotidiano escolar. No entanto, o ensino de capoeira no referido educandário permaneceu até o ano de 2012. Dessa forma, pode-se afirmar que a inclusão do ensino de capoeira nesse referido educandário¹³ proporciona a toda a comunidade escolar o conhecimento da capoeira como esporte genuinamente brasileiro, atrelando à resistência do povo negro contra as formas deploráveis de escravidão, em consonância

¹² *Facebook* é uma rede social virtual lançada em 4 de fevereiro de 2004. É, pois, a maior rede social virtual acessada em todo o mundo, com uma estimativa de 2,91 bilhões. No Brasil, em 2022, é a quarta rede social mais utilizada com 116 milhões de usuários ativos.

¹³ O Colégio Municipal Severino Marinheiro foi fundado no ano de 1973 e até os dias atuais é considerado como a melhor instituição de educação básica da cidade.

com a Lei nº 10.639/03 que preconiza o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino escolar.

Entre os anos de 2013 a 2014 o ensino de capoeira do município de Juazeirinho encontrava-se inserido na matriz curricular do programa educacional do Governo Federal intitulado Programa Mais Educação (PME), na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Carlos de Moraes, situado no sítio Ilha Grande, zona rural de Juazeirinho.

Vale destacar que o PME foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e vigorou entre os anos de 2007 e 2016. O PME foi substituído pelo Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.144, em 2016 e regido pela Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 17/2017. Entretanto, diante da atual conjuntura política de retrocesso nas políticas públicas, o programa foi encerrado em dezembro de 2019.

Figura 3 – Apresentação no 2º Ginga Juazeirinho no Centro Pastoral de Juazeirinho



Fonte: Acervo fotográfico da instrutora de capoeira Socorro Xavier no *Facebook*.

No que se refere ao ensino e aos treinos de capoeira nas comunidades urbanas do município de Juazeirinho, ocorreram nos bairros Altos dos Medeiros, Bela Vista, Frei Damião e Salgado. Os bairros Frei Damião e Salgado, são considerados periféricos.

Atualmente, as aulas estão sendo realizadas no prédio da Associação Comercial de Juazeirinho, localizada na região central da cidade. Na zona rural as práticas de capoeira são realizadas no Sítio Antônio Ferreira¹⁴. Os instrutores têm como objetivo disseminar a capoeira em vários setores do município, tanto na zona urbana quanto na zonal rural.

O instrutor Flávio Lima informou que a gestão educacional da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dep. Pedro Pascoal de Oliveira, sempre convida os grupos de capoeira para realizar apresentações nas festas alusivas ao Dia da Abolição da Escravatura e ao Dia da Consciência Negra, realizadas pelo educandário¹⁵.

Contudo, no ano de 2022, a referida instituição escolar inovou ao realizar dois projetos pedagógicos direcionados à educação para as relações étnico-raciais. Um dos projetos foi na área de Artes tendo como tema “A arte das palavras em performance: uma abordagem antirracista no ambiente escolar”, uma vez que consistiu num projeto de intervenção para o mestrado profissional em Artes pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que trabalhou acerca da inserção social da pessoa negra como protagonista e multiplicadora de cultura, com realização de rodas de conversa, apresentações artístico-literárias realizadas pelos alunos, entre outras ações pedagógicas, abordando a perspectiva de uma educação antirracista com a finalidade de reconhecer a importância do povo negro na nossa formação histórica e social, como também combater o preconceito racial ainda tão recorrente em nossa sociedade.

O outro projeto pedagógico realizado no supracitado estabelecimento educacional foi na área de Língua Portuguesa intitulado “Literatura de autoria negra no ensino básico: práticas e perspectivas”. Vale destacar que o trabalho desenvolvido em tal projeto tornou-se um minicurso no IX Encontro Nacional de Literatura Infanto-Juvenil e Ensino (ENLIJE), realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE), da Unidade Acadêmica de Letras (UAL), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Desse modo, a capoeira juazeirinhense esteve inserida nesses projetos, sendo convidada constantemente para as participações na escola.

¹⁴ Localizado a 6,5km de distância da zona urbana de Juazeirinho.

¹⁵ É algo que merece muita reflexão a respeito, haja vista que, grosso modo, as escolas brasileiras não possuem conhecimento da Lei nº 10.639/03 e abordam questões relacionadas à educação para as relações étnico-raciais, apenas nos dias dedicados à Abolição da Escravatura e à Consciência Negra.

Figura 4 – Participação no projeto da E.E.E.F.M. Dep. Pedro Pascoal de Oliveira



Fonte: Acervo fotográfico de Socorro Xavier no *Facebook*.

Vale destacar que, entre os anos de 2014 a 2016, o ensino da capoeira encontrava-se inserido nos trabalhos desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Atualmente, no ano de 2022, a capoeira voltou a ser inserida nos serviços socioeducativos do SCFV.

Figura 5 – Grupo de Capoeira Hubuntus no SCFV



Fonte: Acervo fotográfico de Socorro Xavier no *Facebook*.

No projeto O Bom Samaritano¹⁶, da Paróquia São José, o ensino de capoeira é inserido no referido projeto desde o ano de 2014. Tal projeto consiste num trabalho social, que, por sua vez, presta assistência às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Figura 6 – Trabalho do Grupo de Capoeira Hubuntus no projeto O Bom Samaritano



Fonte: Acervo fotográfico de Socorro Xavier no *Facebook*.

Torna-se importante salientar que, no ano de 2015, ocorrem problemas interpessoais entre os membros da Associação Cultural de Capoeira Badauê e, assim, o casal Flávio Lima e Maria do Socorro Xavier de Oliveira planejam a formação de um novo grupo de capoeira. O novo grupo é intitulado como Grupo de Capoeira Hubuntus (baseado na filosofia africana Ubuntu¹⁷), Sob a orientação e iniciativa do mestre Joseilton Neves; dos contra-mestres, Tibério Barbosa e Severino Herculano (Pantera); dos instrutores formados, Augusto Almeida, Jussieu Diniz (Mascote), Flávio Lima e Socorro Xavier, o grupo tem sede localizada na zona urbana de Lagoa Seca com

¹⁶ Projeto social criado pelo Pe. João Jorge direcionado para crianças em situação de vulnerabilidade social.

¹⁷ Palavra que possui diversos significados. Contudo, os mais mencionados referem-se ao sentido “humanidade para outros” e “sou o que sou pelo que nós somos”. Esse segundo significado, em uma das visitas ao Grupo de Capoeira Hubuntus, a capoeirista e instrutora Socorro Xavier afirmou na roda de capoeira para reforçar o sentido da palavra para os demais membros capoeiristas do grupo.

representações no Sítio Chá do Marinho da referida cidade, bem nos demais municípios paraibanos, tais como: Assunção, Alagoa Grande (comunidade quilombola Zumbi), Areias de Baraúna, Campina Grande, Cubati, Juarez Távora, São Vicente do Seridó, Salgadinho e Soledade.

Sobre a formação de um novo grupo, a instrutora Socorro Xavier afirmou que

o grupo teve início devido a um desentendimento com o professor Luanda do grupo Badauê do Mestre Sabiá de Campina Grande. O mestre Joseilton, contra-mestre Tibério, contra-mestre Pantera juntamente com professor Flávio, foram expulsos do grupo Badauê em questão. Foi então que surgiu a ideia da união (SOCORRO XAVIER, 2022).

Faz-se mister enfatizar que, ressaltando o depoimento acima, o instrutor Flávio Lima desmembra-se da Associação Cultural de Capoeira Badauê e, desse modo, além de integrante, torna-se o representante do Grupo de Capoeira Hubuntus, da cidade de Juazeirinho. Este referido grupo é constituído por 40 praticantes com faixas etárias diversas, desde o público infantil ao público adulto.

Assim sendo, quando na cidade de Juazeirinho existia apenas a Associação Cultural de Capoeira Badauê, esta, por sua vez, era constituída por aproximadamente 25 componentes, com idades geracionais que variavam de 5 até 45 anos. Atualmente, após a separação dos membros para criação de outro grupo, a referida Associação encontra-se desativada. Contudo, atualmente conta com apenas 4 integrantes. Devido a inércia do grupo, alguns desses componentes, conforme Flávio Lima, esporadicamente participam do treinos do Grupo de Capoeira Hubuntus.

Vale ressaltar que os instrutores Flávio Lima¹⁸ e Socorro Xavier¹⁹ idealizaram em 2012, quando ainda pertenciam ao grupo Badauê, o Projeto Ginga Juazeirinho, uma vez que consiste num projeto social com crianças, adolescentes e jovens.

¹⁸ Flávio Lima é graduado em História pela UEPB e em Pedagogia (modalidade a distância) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professor de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal de ensino.

¹⁹ Socorro Xavier, popularmente conhecida como Corrinha ou Tia Corrinha, pelos capoeiristas, iniciou a graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). No entanto, decide concluir a graduação na modalidade a distância ofertada pela UFPB. Atualmente é professora de capoeira no SCFV.

Figura 7 – Logomarca do projeto Ginga Juazeirinho



Fonte: Acervo pessoal de Flávio Lima.

Este projeto, que, por sua vez, realizou a sexta edição, no ano de 2022, tem como propósito levar, cultura e lazer para crianças, adolescentes e jovens por meio da prática da capoeira, de forma totalmente gratuita, com a finalidade de todos os anos promover um encontro intersetorial de capoeira, com todos os capoeiristas das cidades circunvizinhas, no município sede de Juazeirinho. O Projeto Ginga Juazeirinho consiste num evento que ocorre a realização da festa de batizado, na qual são entregues, como também trocadas, as graduações²⁰ aos membros do grupo de capoeira. Essas graduações correspondem ao nível adquirido entre os participantes. Dessa forma, a cada estágio é entregue um cordão com sua respectiva cor referente ao nível conquistado. A proposta desse projeto do Grupo de Capoeira Badauê consiste em proporcionar cultura e lazer para crianças, adolescentes e jovens por meio da capoeira, como também das danças de matriz africana, fortalecendo, nesse sentido, o enaltecimento da cultura afro-brasileira.

²⁰ A graduação na capoeira diz respeito à definição simbólica do trajeto e, logo, do grau de aprendizagem do aluno na capoeira. Como exemplo, tem-se o jiu-jitsu na qual ocorre a troca das cores de faixas, da mesma forma ocorre na capoeira, no momento do batismo, com o recebimento da primeira corda (cordel) ou a troca das cores dos cordões, consistindo em evolução de estágio. Sendo assim, pode-se afirmar que estes atos proporcionam o estímulo para avançar no aperfeiçoamento dos níveis de aprendizagem na capoeira, através da avaliação do mestre de capoeira.

Figura 8 – Troca de graduação de jovem capoeirista (2019)



Fonte: Acervo fotográfico de Socorro Xavier no *Facebook*.

Conforme os instrutores, o projeto Ginga Juazeirinho promove cidadania, saúde e inclusão social. De acordo com Flávio Lima,

o Ginga Juazeirinho surgiu da necessidade de levar capoeira 'pra' crianças, adolescentes e jovens. Era um sonho antigo de poder oferecer capoeira para aquelas pessoas que não tinham como pagar as mensalidades. Então, o projeto Ginga Juazeirinho veio com esse intuito de estar movimentando a capoeira e de estar levando para aquelas pessoas que não têm condições financeiras para pagamento de mensalidades (FLÁVIO LIMA, 2022).

De acordo com a informação de Flávio Lima, o referido projeto social apresenta a vertente de incluir socialmente pessoas que não possuem condições necessárias para custeio das aulas de capoeira. Por meio dessa vertente, a capoeira proporciona inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade social gerando autonomia e diversos ensinamentos históricos e interpessoais.

Para Socorro Xavier “além das aulas de capoeira e danças afro-brasileiras, contribuem diretamente para preservar a cultura e, dessa forma, a prestação de serviço social” (SOCORRO XAVIER, 2022).

A gente faz um trabalho social com a capoeira que é muito desvalorizada, mas a gente com o calor humano dos próprios alunos consegue realizar. As crianças

e os jovens as vezes precisam da capoeira e a gente sabe que todo dia nasce um capoeirista e a gente precisa estar buscando esses capoeiristas para que nosso município e todo o Brasil um dia chegue a reconhecer o nosso patrimônio que foi deixado de herança e é um bem muito precioso que a gente deve cuidar com muito amor e carinho. Então, dentro desse movimento, eu posso estar movimentando pessoas, como mulheres, idosos e crianças defendendo a capoeira da melhor forma que posso e levantando a bandeira da capoeira (SOCORRO XAVIER, 2022).

Com base nessa afirmação de Socorro Xavier, torna-se importante destacar o amor que os instrutores têm pela luta em prol da disseminação do reconhecimento da capoeira como prática transformadora e libertadora.

Torna-se imprescindível enfatizar que, para realização do evento Ginga Juazeirinho, os organizadores e demais capoeiristas participantes solicitam patrocínio do comércio local e da população, como também realizam bingos, rifas, além de vendas dos artesanatos produzidos pelos membros do grupo de capoeira. Conforme entrevistas feitas com ambos os instrutores, o poder público municipal da cidade, não presta apoio necessário às ações realizadas pelo grupo.

Figura 9 – Momento do Ginga Juazeirinho (2022)



Fonte: Acervo fotográfico de Flávio Lima no *Facebook*.

No ano de 2019 através do programa educacional de égide federal, dessa vez denominado como Novo Mais Educação, o Grupo de Capoeira Hubuntus é inserido na

Escola Municipal de Ensino Fundamental Cícero Francisco de Souza²¹, popularmente conhecida como Casa da Criança, e a Associação Cultural de Capoeira Badauê é inserida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Medeiros. Entretanto, atualmente o referido programa educacional encontra-se desativado, tendo que, devido ao retrocesso nas políticas sociais, muitos programas sociais, educacionais, de saúde, entre outros, foram paralisados.

Em 2020, devido à pandemia do novo *coronavírus* (COVID-19), as ações socioculturais realizadas pelo grupo foram paralisadas. No entanto, torna-se de suma importância enfatizar que a crise pandêmica do SARS-CoV-2 ressignificou novas práticas, dessa forma, atreladas às inovações tecnológicas, principalmente em relação ao uso das redes sociais das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), uma vez que o aparelho celular, hodiernamente, é o recurso mais utilizado pelo público para manter-se inteiramente ligado à comunicação moderna através de vários recursos midiáticos proporcionados pelas plataformas digitais. Sendo assim, o grupo de capoeira em destaque, na qual torna-se fonte desta pesquisa acadêmica, realizou *lives*²² pela rede social *Instagram*²³. Nessas *lives* o instrutor cantava músicas de capoeira, sozinho ou com alguns membros, como também convidava membros de outros grupos de capoeira da Paraíba para cantarem juntos e debaterem assuntos relacionados à capoeira. Tal prática perpetua até os dias atuais, uma vez que a pandemia da COVID-19 favoreceu a permanência de tais práticas nas plataformas digitais. “Na pandemia

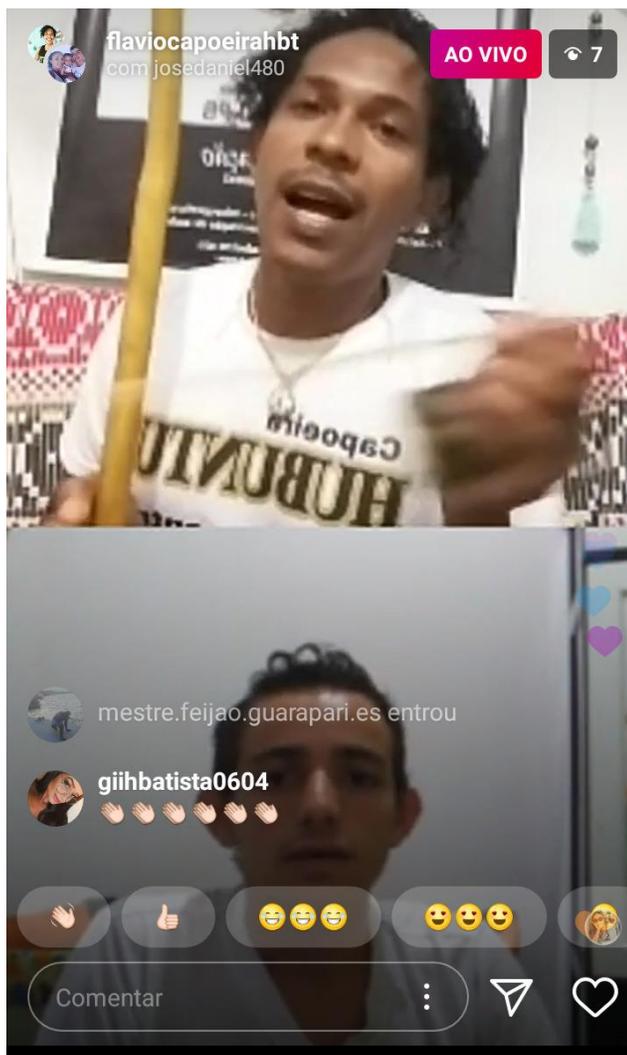
²¹ Atualmente, desde 2022, a instituição abrange o ensino integral e passou a ser denominada como Escola Cidadã Integral Cícero Francisco de Souza.

²² A palavra *live* teve origem por meio da televisão fazendo transmissões ao vivo (*live broadcasting*) através das ondas de rádio (radiodifusão). Atualmente as *lives* são utilizadas para apresentações, videoconferências, *shows*, bate-papo coletivo, missas e demais cultos religiosos, divulgações de cosméticos, roupas, acessórios, entre outras transmissões *on-line* proporcionadas pelas redes sociais na *internet*, uma vez que aumentou de forma intensa durante o isolamento social determinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação ao aumento de casos de contaminação pela COVID-19, tornando-se tendência e, nesse sentido, ressignificando novas práticas de divulgação e interação social via plataformas digitais das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na contemporaneidade.

²³ O *Instagram* é uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos, criado por Kevin Systrom e Mike Krieger, lançado em 06 de outubro de 2010. De acordo com Volpato (2022), é a quarta rede social mais utilizada no mundo, com mais de 1 bilhão de usuários, e terceira rede social mais utilizada no Brasil, com mais de 122 milhões de usuários.

ficamos praticamente parados, tentamos fazer aulas *on-line* que não foram muito bem aceitas pelos praticantes”.

Figura 10 – Live realizada no primeiro ano da pandemia da COVID-19 em 2020



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Nos dias atuais, o ensino de capoeira ministrado pelos instrutores Flávio Lima e Socorro Xavier do Grupo de Capoeira Hubuntus é ofertado na Associação Comercial do município para crianças, adolescentes, jovens e adultos na faixa etária de 7 a 50 anos de idade. Esse espaço encontra-se localizado num bairro central.

Hodiernamente a maioria dos capoeiristas é composta por mulheres, algo que é considerado um grande avanço, haja vista que, durante muitos anos, desde a criação

da capoeira em Juazeirinho, a maioria dos frequentantes era pessoas do sexo masculino.

Figura 11 – Apresentação das meninas na roda de capoeira



Fonte: Acervo fotográfico de Flávio Lima no *Facebook*.

Em relação às condições socioeconômicas dos participantes, segundo informações dos instrutores, o grupo é constituído por pessoas de renda mínima. A respeito das comunidades nas quais os jovens residem, são provenientes das zonas periféricas e do centro da cidade. Partindo para o ponto de vista étnico-racial, estes, por sua vez, são majoritariamente pretos e pardos, com faixa etária entre 7 e 50 anos.

Sendo assim, a cidade de Juazeirinho conta atualmente com dois grupos culturais de capoeira: a Associação Cultural de Capoeira Badauê e o Grupo de Capoeira Hubuntus. A função que estes grupos de capoeira apresentam é a preservação das ancestralidades históricas e culturais africanas trazidas para o Brasil na Era Colonial, não apenas pela capoeira em si, mas pelas danças culturais praticadas pelos referidos grupos de capoeira.

As danças realizadas pelo Grupo de Capoeira Hubuntus são: maculelê, samba de roda, afoxé, puxada de rede, coco de roda, entre outras danças de matriz africana. Estes fatores, portanto, favorecem o engrandecimento cultural do referido município,

além da valorização da trajetória do povo negro no Brasil, das nossas origens africanas, nas quais estas práticas tornaram-se aspectos norteadores da cultura brasileira.

Figura 12 – Meninas do Grupo de Capoeira Hubuntus após apresentação de dança



Fonte: Acervo fotográfico de Socorro Xavier no *Facebook*.

Em relação à busca por patrocínio, a instrutora Socorro Xavier afirmou que “se dá por meio de rifas, bingos e ajuda financeira de alguns amigos”. Vale enfatizar que as pessoas que colaboram com o grupo são denominadas como amigos da capoeira.

A esse respeito, conforme afirmação do instrutor Flávio Lima, ele expõe sua opinião da seguinte forma: “gostaria que o poder público olhasse mais para a capoeira e que passe a incluir mais a prática no cotidiano escolar, como também nos programas sociais, embora pareça meio pretensioso” (FLÁVIO LIMA, 2022). Em relação ao incentivo às manifestações culturais afro-brasileiras, a exemplo da capoeira, por parte da prefeitura municipal ou outros órgãos, o instrutor Flávio Lima afirmou que não há.

Houve uma Lei Municipal que colocou a capoeira dentro do programa Esporte para Todos. Porém, não foram dadas condições para que as aulas viessem a acontecer. [...] Atualmente o incentivo é por meio de viagens e apresentações nos eventos escolares quando nos convidam (FLÁVIO LIMA, 2022).

Ao questionar sobre de qual maneira a capoeira em Juazeirinho exerce a inclusão social dos membros do grupo de capoeira, Flávio Lima afirmou que: “colocando jovens de áreas periféricas para conviver com jovens do centro da cidade, haja vista que as aulas não são separadas”.

Dessa forma, conforme os relatos das entrevistas com os instrutores e capoeiristas, pode-se perceber que o incentivo dos poderes públicos à cultura é algo limitado, restrito, principalmente, no tocante à cultura afro-brasileira. Sendo assim, em relação à participação da cultura afro-brasileira, mais detidamente em Juazeirinho, não há incentivo necessário e quem participa está por amor por meio do apoio dos instrutores. De acordo com informações de uma das pessoas entrevistadas, a capoeira ainda continua sendo vista por parte da sociedade como coisa de vadio, de “macumbaria”, de “catimbozeiro”. Então, faz-se mister enfatizar que o viés da resistência desde o surgimento da capoeira perdura até os dias atuais, haja vista que as lutas pelos direitos étnico-sociais por justiça social, pelo combate à discriminação, entre outros fatores, são pautas contemporâneas.

Figura 13 – Apresentação no 3º Ginga Juazeirinho



Fonte: Acervo fotográfico de Socorro Xavier no Facebook.

Algo interessante que foi observado durante as visitas na sede do grupo de capoeira, diz respeito à dedicação dos instrutores em ensinar os golpes, gingados, evoluções, músicas, ritmos musicais, entre outros aspectos vistos nos treinos, nas quais são inerentes à capoeira. Eles ensinam com muita perspicácia, amor e força de vontade. Dá-se a perceber de forma plena entre os gestos e olhares dos instrutores quando cada membro evoluía nas projeções capoeirísticas. Com certeza essas características peculiares dos instrutores não ocorrem apenas em solo juazeirinhense e, sim, por todo o Brasil e em outros países onde existem grupos de capoeira. Com base nisso Socorro Xavier destaca:

hoje o grupo Hubuntus representa toda a movimentação da capoeira no município. Tem uma importância fundamental na resistência e permanência e preservação da cultura afro-brasileira. Dentre vários benefícios, tem a formação e conscientização da mentalidade para conscientização e identidade dos mesmos (SOCORRO XAVIER, 2022).

Diante dessa afirmação acima, o movimento presente na capoeira remete a inúmeros significados, ou seja, o movimento social da capoeira pela luta por reafirmação histórica de suas raízes, contra a opressão e em prol da resistência, o movimento dos gingados projetados nas rodas de capoeira e o movimento na vida das pessoas que dela praticam.

Figura 14 – Grupo de Capoeira Hubuntus no 3º Ginga Juazeirinho



Fonte: Acervo fotográfico de Socorro Xavier no *Facebook*.

Outro ponto que merece ser mencionado nesta pesquisa diz respeito ao sentido pelo qual a capoeira se configura no cenário atual presente nas academias de ginástica, escolas, entre outros lugares. Entretanto, ainda existe parcela da sociedade que tem preconceito denominando-os como vadios, tal qual o período do surgimento, desvalorizando, dessa forma, a importância histórica como resistência a todas as formas de opressão sofridas pelos negros escravizados, bem como a contribuição psicossocial, física, legitimando, assim, o preconceito contra essa dádiva da cultura étnico-racial.

Ao questionar Socorro Xavier sobre o que a levou à participar do Grupo de Capoeira Hubuntus e quais as mudanças para a vida dela, a instrutora afirmou:

já achava muito linda desde a infância, mas minha mãe não deixava participar. A capoeira foi um divisor de águas na minha vida. Comecei a praticar capoeira com 40 anos de idade. Hoje, aos 50, eu digo que ela transformou a minha vida. Antes eu não sabia o que era ser feliz. Sempre fui ativa com esportes e a capoeira me trouxe um novo modelo de vida. Fez um resgate na minha autoestima, me fez acreditar que nada é impossível, me conquistou pra sempre (SOCORRO XAVIER, 2022).

Essa afirmação de Socorro Xavier ressalta a importância que a capoeira apresenta na transformação da vida das pessoas que dela frequentam e, principalmente, é uma cultura afro-brasileira destinada a todas as idades.

Figura 15 – A musicalidade presente na capoeira



Fonte: Acervo fotográfico de Socorro Xavier no *Facebook*.

Em relação às mudanças observadas na vida dos jovens a partir da entrada, bem como na participação do grupo, Socorro Xavier expõe que: “a dedicação com os treinos, a disciplina e o respeito. Muitos pais agradecem à capoeira, pois seus filhos melhoraram o comportamento na escola e em casa”. Partindo do depoimento de Socorro Xavier, a educação não formal proporcionada pela disciplina da capoeira tem a função de ensinar muito mais além dos treinos, ritmos, musicalidades, danças e gingados, ela prepara o indivíduo para as relações interpessoais entre familiares, amigos, colegas de escola e vida em sociedade.

4.3 A capoeira na vivência dos jovens praticantes

No que concerne à visão dos jovens do grupo que foram entrevistados, em relação a importância da capoeira, como viviam antes de frequentarem o grupo e sobre as mudanças que a capoeira proporcionou na vida destes jovens, Mayara Marinho de Souza, que frequenta o grupo há 5 anos, informou que

é de extrema importância na minha vida em todos os sentidos. Já que graças a ela eu me aceitei, em relação a minha aparência, e descobri que tinha um dom, a flexibilidade. [...] Minha vida era totalmente sem graça. Mudou absolutamente tudo. Minha forma de ver a vida, minha forma de pensar, me ajudou a perder mais a timidez. [...] Ser capoeirista ‘pra’ mim, é o que me liberta (MAYARA MARINHO, 2022).

Com base nessa afirmação da jovem acima, pode-se perceber que a capoeira tem um viés de proporcionar autonomia, segurança e autoafirmação identitária, transforma vidas e dá novas formas de enxergar o sentido da vida. As informações a seguir salientam bem a esse respeito.

Para Jailton Alves, membro do grupo há 6 anos, a capoeira “tem grande importância por proporcionar alegria e me trazer saúde. A capoeira mudou meu jeito de ver a cultura afro-brasileira e ver como é importante hoje em dia”. Emerson Mariano dos Santos, que faz parte do grupo há 7 anos, afirmou que “é mais que um incentivo na minha vida ‘pra’ não desistir de nada. Mudou tudo, antes eu era ansioso e quando

comecei a praticar capoeira eu comecei a controlar a ansiedade”. Kaylany Santos que participa há 4 anos da capoeira afirmou que:

não tinha uma rotina, sempre ficava em casa sem me exercitar nem nada. Depois que eu conheci a capoeira minha vida deu uma mudada, comecei a me exercitar, melhorei muito minha timidez e encontrei novas pessoas na minha vida (KAYLANY SANTOS, 2022).

A afirmação da jovem acima citada sobre as mudanças da capoeira na vida de cada um reforça a informação de todos os jovens que participaram da pesquisa, que a capoeira transforma vidas. Conforme informações de Josinaldo Júnior, que é capoeirista há 8 anos e está no Grupo de Capoeira Hubuntus há 6 anos:

antes eu só jogava futebol e nunca aprendia muita coisa, pois não sabia a origem e sua história. Já na capoeira foi diferente, os professores além de ensinar o esporte, lhe incentiva a buscar o conhecimento sobre a arte e sua história. Ela mudou meu físico, ela fez com que eu gostasse de viagens e de fazer mais amizades (JOSINALDO JÚNIOR, 2022).

A respeito dessa afirmação de Josinaldo Júnior, fica evidente a importância da abordagem acerca da origem das rodas de capoeira pelos instrutores do grupo. Desse modo, principalmente pelo fato de que um dos instrutores é licenciado em História, reverbera a contribuição da reafirmação das raízes da afrocentricidade presentes na capoeira como forma de resistência e manutenção da história e cultura afro-brasileira.

Os demais jovens entrevistados informaram, em linhas gerais, que a capoeira proporciona saúde, alegria e muitas amizades. Ao serem questionados sobre o que é ser capoeirista, Kaylany respondeu que “é se importar com o próximo”. Outros afirmaram que “é incrível”, que “é ser feliz”, que “é algo especial e libertador” e que o grupo de capoeira “é uma família”. Josinaldo Júnior afirmou que “é passar o meu conhecimento para a nova geração e não deixar se apagar a capoeira da história”. Sendo assim, no tocante à afirmação do jovem capoeirista Josinaldo Júnior, torna-se mister enfatizar que a capoeira consiste numa forma de resistência da cultura negra através dos ensinamentos que são perpassados pelas gerações, proporcionando o fortalecimento da importância da contribuição histórica, cultural e social dos povos negros no Brasil.

Em relação à discriminação sofrida pelos jovens por praticarem a capoeira, Mayara Marinho enfatizou que “recentemente colegas de classe me chamaram de “macumbeira” e disseram que todos que fazem capoeira, fazem parte da “macumba”. Emerson, Kaylane e Keldyman Assuncena ambos relataram que as pessoas os chamam de “macumbeiros”, pelo fato da capoeira ser “coisa de macumba”. “As pessoas já me chamaram de macumbeiro” (EMERSON MARIANO, 2022). “Na escola me chamaram de macumbeira” (KELDYMAN ASSUNCENA, 2022). “Vieram me dizer que capoeira era coisa de macumba, etc. [...], mas não me importei” (KAYLANY SANTOS, 2022). Josinaldo Júnior afirmou o seguinte: “uma vez estava praticando jiu-jitsu, estava com o nariz machucado e o professor perguntou qual foi o motivo, expliquei e ele ficou com uma cara de deboche”.

Tomando como base essas situações preconceituosas, provenientes do estigma social, enfrentadas pelos jovens capoeiristas de Juazeirinho, é correto afirmar que isso reverbera em todas as manifestações afro-brasileiras no nosso país. Durante muito tempo a capoeira foi marginalizada socialmente e tal marginalização atribuída à capoeira, na qual os praticantes não eram valorizados, repercutiu no tempo em que a sociedade criou, no imaginário social, os estigmas e estereótipos para a capoeira e para os praticantes desta. As falas desses jovens subsistem ao longo do tempo.

Sendo assim, é necessário que possamos lutar firmemente para combater o racismo e outras práticas discriminatórias contra a cultura afro-brasileira. Para tanto, é imprescindível o provimento das condições para a construção da igualdade, respeito e reconhecimento das diversidades culturais e identidades plurais com a finalidade de erradicar as inúmeras formas de discriminação existentes, sejam elas de cunho social, de raça, etnia, gênero, dentre outras formas de preconceito, com o intuito de proporcionar uma sociedade valorizadora da multiplicidade, justa e digna para todos. Partindo dessa perspectiva, Monteiro (2013) afirma que “a política tem que ser construída a partir da pluralidade de vozes e deve, portanto, criar espaços para efetivação dos anseios da pluralidade dos atores” (MONTEIRO, 2013, p. 401).

Como sabemos, as atitudes discriminatórias sofridas pelos jovens capoeiristas em questão são decorrentes do processo de escravização do povo negro que culmina até os dias atuais no preconceito de cunho étnico-racial e por não haver, durante muito

tempo, uma educação que ensinasse as gerações sobre a importância do povo negro, a resistência e as lutas pelos direitos sociais. Apenas a partir do ano de 2003 que é sancionada a Lei nº 10.639/03 que preconiza o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica. No entanto, grosso modo, as instituições escolares não aplicam a educação para as relações étnico-raciais, principalmente pela falta de conhecimento pedagógico do corpo docente, entre outros inúmeros fatores, tendo em vista que torna-se necessário desmistificar as construções históricas e sociais que se apropriaram dos negros ao longo dos séculos, criando, assim, uma representação negativa.

Partindo da premissa da inserção da capoeira nos espaços escolares, a jovem capoeirista Tainá Saraiva ao responder sobre o que a incentivou a participar da capoeira, afirmou que:

eu vi a primeira vez uma aula de capoeira em uma escola e daí por diante comecei a praticar a capoeira. [...] A capoeira me mudou e hoje agradeço por esse esporte estar na minha vida. [...] Minha vida era muito diferente antes de entrar na capoeira, mas agora só agradeço por conhecer muita gente dentro da capoeira. A capoeira é uma das coisas mais incríveis da minha vida (TAINÁ SARAIVA, 2022).

Com base na afirmação da jovem, fica nítido sobre o quão essa prática afro-brasileira pode não apenas proporcionar benefícios físicos, sociais e psicomotores, como também transformar vidas através dessa ação educativa não formal. Remetendo à origem da capoeira no Brasil, tal prática consiste plenamente na libertação e autonomia do indivíduo.

Como pode-se perceber, a jovem afirmou que viu a prática de capoeira pela primeira vez na escola e, partir disso, despertou o interesse. Desse modo, é importante destacar que

o estudo da temática afro-brasileira sobre a capoeira, nos espaços educacionais e comunitários, pode fornecer inúmeras oportunidades a fim de que, alunos, educadores, todas as equipes escolares e comunidades em geral, possam construir posicionamentos e práticas antirracistas com relação aos negros, na perspectiva de erradicar preconceitos e discriminações raciais ocorridos de forma tão frequente em nossa sociedade. No que se refere às instituições escolares, grosso modo, não abrem oportunidades para que sejam ocorridos espaços de diálogos a respeito das questões étnico-raciais entre professores,

educandos, demais profissionais ligados à educação, família e comunidade, embora a Lei Federal nº 10.639/03 tenha sido sancionada com a finalidade de abordar os aspectos históricos e culturais dos negros e sua importância na formação da nação brasileira (LISBOA, 2014, p. 22).

De acordo com Costa e Wanderley (2013), as dificuldades na implementação do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira são provenientes de vários setores da sociedade, visto que não existe inicialmente articulação entre as políticas educacionais e as políticas de igualdade racial.

A maioria dos gestores públicos não vem pautando em suas agendas a questão étnico-racial e, por isso, as ações e projetos das redes municipais e estaduais de educação não discutem a temática, bem como a formação continuada que deveria desencadear/aprofundar o processo de discussão da temática em sala de aula [...] (COSTA; VANDERLEY, 2013, p. 372).

Desse modo, é indispensável estar em constante luta em busca de transformações curriculares no contexto educacional para plena efetivação do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, a fim de que seja uma forma dos estudantes conhecerem e se identificarem com suas ancestralidades, visto que, grosso modo, é negada por falta de conhecimento e reconhecimento. Para tanto, a mudança curricular no ensino possibilita uma abertura na educação básica, proporcionando aos estudantes o pleno conhecimento da história e cultura dos povos africanos que se estabeleceram no Brasil, percebendo o quanto a cultura brasileira tem muito da cultura africana.

Em relação à questão étnico-racial dos jovens capoeiristas do Grupo de Capoeira Hubuntus, a maioria dos entrevistados se autodeclara como parda: 6 pessoas consideram-se pardos, 3 pessoas consideram-se brancas e 2 pessoas consideram-se negras.

Quanto à escolaridade dos jovens que participaram da pesquisa, 4 possuem ensino médio completo, 1 ensino médio incompleto, 1 ensino fundamental completo e 3 ensino fundamental incompleto. A respeito da situação socioeconômica dos componentes, em sua maioria são consideradas pessoas de renda mínima. Assim, grande parte destes jovens não exerce trabalho remunerado, mora em bairros considerados periféricos e as famílias são beneficiárias dos programas sociais do Governo Federal.

Dessa forma, com base no que foi exposto nas falas dos jovens capoeiristas entrevistados nas quais foram mencionadas nesta pesquisa de égide acadêmica, é correto afirmar que a prática da capoeira refere-se a uma manifestação cultural afro-brasileira que trabalha com os aspectos históricos e identitários. Além disso, é necessário destacar que as rodas de capoeira possibilitam aos jovens praticantes a inclusão social, a cidadania étnica e a emancipação humana por meio de um método educativo de cunho não formal. A respeito da educação não formal, Ghon (2009) afirma que consiste num processo de autoaprendizagem e aprendizagem adquirido além da educação escolar em coletividade por meio de diversas dimensões sejam elas étnico-raciais, de gênero, geracionais, políticas, entre outras.

Sendo assim, conforme averiguado nesta pesquisa etnográfica, bem como na coleta de dados por meio das entrevistas semiestruturadas, observou-se que a partir da realidade dos jovens capoeiristas do Grupo de Capoeira Hubuntus da cidade de Juazeirinho, a prática da capoeira, além da inclusão social com as juventudes das comunidades periféricas, se refere a um espaço de sociabilidade que ultrapassa os liames artísticos e culturais.

Outrossim, a capoeira educa pelo viés da disciplina, do comportamento e das relações interpessoais, proporcionando aos jovens praticantes autonomia e conhecimento histórico, cultural, identitário e étnico para saberem lidar e resistir perante à nefasta onda de preconceito étnico-racial, ainda tão recorrente em nossa sociedade. Os jovens praticantes da capoeira são alvos de preconceito constantemente. Contudo, são resistentes e não se deixam abater com tais atos discriminatórios. Isso reverbera não apenas na realidade de Juazeirinho, como também em todo o Brasil. Apesar de existir meios com a finalidade de promover a igualdade racial, ainda persiste o preconceito racial em relação ao negro.

Embora, os importantes avanços dados com a finalidade de amenizar a discriminação racial e as desigualdades sociais, que, por sua vez, foram frutos das lutas dos movimentos sociais negros, é sabido afirmar que muito precisa ser feito e a luta deve ser constante para alcançarmos uma sociedade justa e igualitária, onde todos estejam incluídos. Porém, é notório que o preconceito racial é um dos grandes obstáculos nas quais inviabilizam o exercício pleno do direito à igualdade.

A esse respeito, a igualdade de direitos constitui, pois, num dos princípios fundamentais da democracia hodierna. Nesse sentido, para consolidação da igualdade de direitos, torna-se necessário destacar que todos os cidadãos devem usufruir dos direitos civis, sociais e políticos, independente de diferenças de classe, etnia, gênero, geração, convicções religiosas e político-ideológicas.

No tocante às juventudes, principalmente a juventude negra, torna-se de suma importância a constante luta em prol do avanço e da consolidação das políticas públicas para esse segmento, com a finalidade de primar por uma educação de qualidade, pela amplitude de espaços profissionais e protagonismo juvenil para, nesse sentido, proporcionar o pleno exercício da cidadania étnica, com igualdade de direitos, autonomia e emancipação humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação de mestrado buscou pesquisar a respeito de como a capoeira inclui socialmente pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente jovens negros. Nesta referida pesquisa, pode-se afirmar que constatou-se ao longo das visitas às aulas de capoeira como esta trabalha a reafirmação identitária da origem de tal manifestação afro-brasileira e a resistência através de suas práticas culturais.

Diante disto, foi necessário uma aguçada pesquisa bibliográfica para respaldar os estudos acerca da contextualização historiográfica da capoeira, na qual foi abordada no primeiro capítulo. Em seguida, no segundo capítulo, buscou tecer acerca dos estudos sobre a juventude, haja vista que, conforme foi discutido ao longo do capítulo, a juventude é algo plural com base no contexto sociocultural e, para tanto, deve-se denominar como juventudes devido a diversidade existente nesse público geracional e também foi abordado a respeito da juventude negra, público este tão massacrado, discriminado e alijado socialmente. Por fim, no terceiro capítulo, houve abordagem no tocante à capoeira no município de Juazeirinho, como é desenvolvida esta prática cultural, mais detidamente do ponto de vista da inclusão social, como também foi abordado a respeito da percepção dos jovens praticantes do Grupo de Capoeira Hubuntus em relação à importância das atividades realizadas pelo grupo, bem como em relação às evoluções de suas vivências em sociedade.

Ao finalizar esse trabalho é notório salientar que embora a capoeira seja um esporte genuinamente brasileiro praticado no Brasil e em vários países, esta, por sua vez, devido ser oriunda dos negros escravizados durante o período colonial, ainda sofre preconceito étnico-racial. Contudo, a inserção de tal manifestação afro-brasileira nos diversos espaços de sociabilidades e as políticas públicas de reconhecimento e valorização do povo negro no Brasil, paulatinamente poderá erradicar o preconceito existente, haja vista que, graças aos diversos movimentos sociais, a capoeira como representatividade étnica negra é sinônimo de luta constante por resistência que sempre permanecerá viva, ressignificando por todas as gerações.

Desse mesmo modo, as pesquisas científicas sempre inovam, atualizam e ressignificam e, no tocante às perspectivas étnico-raciais, torna-se necessário sempre

persistir, resistir e esperar por dias melhores para o futuro promissor das minorias. Para tanto, a luta sempre continuará.

A capoeira, além de ser discutida pela História, principalmente na perspectiva historiográfica, também encontra-se bastante pesquisada nos estudos de Educação Física, Fisioterapia, Serviço Social, a exemplo desta dissertação de mestrado, entre outras áreas. Outrora era bastante difícil encontrar referenciais bibliográficos relacionados à capoeira. Atualmente, devido a evolução sob forma paulatina das discussões sobre educação para as relações étnico-raciais angariadas pela Lei nº 10.639/03, há um vasto arsenal de material bibliográfico e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) facilitam esse processo, haja vista que os estudos são disponibilizados para consultas pela *internet*.

Conforme exposto nessa pesquisa acadêmica, o Grupo de Capoeira Hubuntus da cidade de Juazeirinho favorece o engrandecimento cultural do referido município, a resistência e preservação das raízes históricas e culturais africanas trazidas para o Brasil na Era Colonial, além da valorização da trajetória negra no Brasil, das nossas origens africanas, nas quais estas práticas tornaram-se aspectos norteadores da nossa cultura brasileira.

Faz-se necessário destacar que tal princípio de elaboração desta pesquisa acadêmica se deu devido a capoeira ser parte fundamental e integrante na história do Brasil. A esse respeito, as práticas de capoeira possibilitam uma ação reconhecedora da importância do povo negro e de suas tradições na formação de nossa cultura e de nossa sociedade. Sendo assim, partindo da perspectiva acerca da capoeira como propulsora da inclusão social da juventude negra, tal pesquisa contribui para possibilitar discussões acerca da inclusão de jovens negros em situação de vulnerabilidade social através da capoeira e sua importância histórica, como fator de suma relevância nesse processo de inclusão social.

Torna-se mister enfatizar que, com base no que foi abordado ao longo deste trabalho acadêmico, a capoeira foi inserida e pode adentrar nos mais variados espaços sociais. Entretanto, é nas classes menos favorecidas que esta tem maior amplitude. Desse modo, a capoeira torna-se uma ferramenta de suma relevância para o profissional de Serviço Social, tendo em vista que este poderá utilizar as contribuições

para desenvolvimento comunitário e trabalhar com os jovens praticantes da capoeira reinserindo-os na sociedade, proporcionando, assim, representatividade e autonomia. No âmbito do Serviço Social, perceber a atuação dos grupos de capoeira e o papel inclusivo que desenvolvem com jovens negros das periferias das cidades, traz em destaque a cultura negra ressignificada.

Portanto, no que concerne à relevância desta pesquisa, torna-se imprescindível afirmar que, no tocante ao Serviço Social, partindo da experiência de intersecção entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, esta pesquisa se faz pertinente em função de seus resultados, uma vez que contribuem para desvelamento do real, podendo subsidiar pesquisas futuras e reflexões, haja vista que tal pesquisa contribui para a importância da criação dos espaços de debates acerca do enfrentamento ao racismo enquanto refração da questão social, respaldado no Código de Ética Profissional, tendo em vista a presente pesquisa com juventude negra em situação de vulnerabilidade social, trouxe visibilidade ao grupo de capoeira pesquisado, aos jovens praticantes, ao município e ao universo acadêmico, mostrando a relevância cultural das rodas de capoeira como espaços sociais inclusivos, representativos, formadores de cidadania e emancipação humana. Desse modo, isso reverbera não apenas no favorecimento do grupo de capoeira em destaque, como também a nível geral, tanto no Brasil quanto nos demais países, viabilizando, assim, o enaltecimento desta manifestação cultural brasileira.

No que diz respeito ao que foi constatado com a pesquisa e os apontamentos a partir da realidade de Juazeirinho e dos jovens praticantes do Grupo de Capoeira Hunbutus, a prática da capoeira e suas ações sociais e educacionais com jovens, consiste num espaço para além da arte, é um meio de inclusão social da juventude da comunidade, é uma prática cultural étnica afro-brasileira que permite contribuir para a inclusão social dos jovens, é uma arte que é formativa e simultaneamente inclusiva das juventudes sejam elas negras e não negras que estão em condição de vulnerabilidade social. Existe um teor educativo pela disciplina, pela maneira de se comportar, novos hábitos que passam a ser adquiridos e isso faz com que os jovens das comunidades participantes, ao invés de procurar outros tipos de atividades que façam com que

entrem em situação de vulnerabilidade social, a capoeira trabalha com aspectos identitários e inclusivos.

A capoeira é uma manifestação cultural afro-brasileira que proporciona ao jovem também estar sendo incluso socialmente dentro de uma perspectiva de uma educação não formal, ela é inclusiva e emancipatória, formando os integrantes para a cidadania.

No campo da educação não formal, a capoeira está educando o jovem negro e não negro para que tenha cidadania étnica, ou seja, proporciona ao praticante que se sinta cidadão a partir de sua etnia, que seja incluso socialmente e que seja emancipado. Além de emancipar, a capoeira forma a cidadania dos jovens, visto que não é qualquer cidadania, é a cidadania étnica que é formada nas rodas de capoeira.

Faz-se necessário afirmar que, atualmente, a capoeira vem ao longo dos anos atribuindo novas características, uma vez que está ganhando espaços nos diversos segmentos sociais, favorecendo a disseminação dessa referida prática pelo Brasil e nos diversos países do mundo. Vale ressaltar que por meio da Lei nº 10.639/03, que preconiza o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio, a capoeira está sendo inserida, paulatinamente, em várias instituições escolares, como também em outros espaços de sociabilidade, tais como, em academias de musculação, nas comunidades, nas ONGs, entre outros locais, sendo compreendida como um elemento histórico e cultural. Quanto aos benefícios que a capoeira proporciona, esta, por sua vez, promove a socialização, a musicalidade, o melhoramento do desenvolvimento psicomotor, pedagógico, cultural, como também no preparo do condicionamento físico dos praticantes.

A capoeira possui uma significativa função como meio de educação e socialização, devido sua pluralidade cultural. Além disto, apresenta uma função social em promover a inclusão na prática esportiva, fator este de grande relevância para a formação da cidadania. A capoeira não é apenas classificada como uma dança, um jogo, uma arte, é, também, uma forma interativa de transmissão de conhecimentos das riquezas culturais, bem como dos aspectos históricos dos negros, seja nas escolas, nas comunidades e demais espaços sócio-ocupacionais.

Estes aspectos se relacionam ao reconhecimento de que o Brasil é um país de misturas de raças, costumes, tradições e culturas advindas de diversos locais e etnias,

favorecendo quebras graduais de preconceitos raciais existentes na sociedade que são, pois, reproduzidas nas escolas, comunidades entre outros espaços de sociabilidades. Assim sendo, torna-se necessário o trabalho de enaltecimento da capoeira, haja vista que, além de incluir jovens em situação de vulnerabilidade social, promove o reconhecimento do povo negro em nossa formação histórica e social, erradicando, de modo paulatino, as diversas formas de preconceitos raciais existentes em nosso país.

Portanto, apesar da atual conjuntura política na qual estamos vivendo, tendo em vista que o retrocesso das políticas sociais, o caos administrativo, a veneração ao regresso da ditadura militar, o conservadorismo e as diversas formas de preconceito preponderam, através de um governo brasileiro na qual vivemos uma camuflagem ditatorial, uma vez que o sistema de gestão autocrática prepondera no que diz respeito ao regimento e execução das políticas públicas brasileiras, criminalizando as lutas dos movimentos sociais, que, por sua vez, consiste num Estado autocrático como violador dos direitos humanos, sociais e políticos. Desse modo, faz-se necessário resistirmos a todas essas formas de opressão e negação dos direitos humanos e sociais e continuarmos nadando contra esta nefasta correnteza de legitimação da discriminação social, étnico-racial, de gênero, entre outras.

No tocante ao objeto desta pesquisa, torna-se mister enfatizar que a capoeira pode adentrar nos mais variados espaços sociais. Entretanto, é nas classes menos favorecidas que esta tem maior amplitude. Desse modo, a capoeira torna-se uma ferramenta de suma relevância para o profissional de Serviço Social, tendo em vista que este poderá utilizar as contribuições para desenvolvimento comunitário e trabalhar com os jovens praticantes da capoeira reinserindo-os na sociedade, proporcionando, assim, representatividade e autonomia.

A capoeira consiste num instrumento de desenvolvimento e emancipação humana, bem como de inclusão social de jovens negros em situação de vulnerabilidade social. A capoeira inclui socialmente o jovem negro e permite a emancipação social e a cidadania étnica a partir de uma educação não formal.

REFERÊNCIAS

- ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. **Capoeira Angola**: cultura popular e o jogo dos saberes na roda. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas - São Paulo, 2004.
- ABRANTES, Leonardo. IBGE aponta queda na população paraibana; JP lidera número de habitantes. *In: MaisPB*, João Pessoa, 28 de dez. 2022. Disponível em: <https://www.maispb.com.br/637984/ibge-aponta-queda-na-populacao-paraibana-jp-lidera-numero-de-habitantes.html#:~:text=Livramento%206.881,Zabel%C3%AA%202.229>. Acesso em: 29 Dez. 2022.
- AMARAL, Ieda Ramona. FARIA, Luciane Miranda. Resenha sobre o livro de Roger Chartier: a história cultural: entre práticas e representações. *In: Revista de Educação Pública*. UFMT. Cuiabá/MT, v. 16, n. 30, p. 183-186, jan.-abr. 2007.
- AMORIM, Oton Magalhães de; BARROS, Reginaldo Dias de. (Orgs.). **PRODER – Programa de Emprego e Renda**: Juazeirinho. Série: Diagnóstico Sócio-Econômico. SEBRAE/PB. João Pessoa, 1996.
- ATAIDE, Marlene Almeida de. Juventude(s) negra e a reprodução das desigualdades raciais no Brasil: políticas públicas de igualdade? *In: Conhecimento & Diversidade*. Niterói, v. 9, n. 17, p. 80-90, jan./jun. 2017.
- AULETE, Caldas. **Minidicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- AREIAS, Almir das. **O que é Capoeira?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- ASSUNÇÃO. Mattias Röhrig; MANSA. Mestre Cobra. (Cinésio Feliciano Peçanha). A dança da zebra. *In: Revista de História da Biblioteca Nacional*. São Paulo, Ano 3. n. 30. p. 14-21, março, 2008.
- ASSUNÇÃO, Mattias Röhrig; VIEIRA, Luiz Renato. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. *In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 34, p. 81-120, 1999.
- BARBOSA, Pedro. A violência contra a população de negros/as pobres no Brasil e algumas reflexões sobre o problema. *In: Cadernos de Campo*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, n. 19, 2015.

BATALHA, Ettore Schimid. **A tradução da mandinga**: as reinterpretações da capoeira em São Paulo durante a ditadura militar. Dissertação de mestrado – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018.

BERGHAUSER, Francieli Costa. **Uma reflexão sobre a juventude a partir das noções de Michel Maffesoli**. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade do Oeste do Paraná. Cascavel - PR, 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 15 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 16 Nov. 2022.

BRASIL. **Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 25 Nov. 2022.

BRASIL. **Marco legal**: saúde, um direito de adolescentes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRUHNS, Heloisa Turini. **Futebol, carnaval e capoeira**: entre as gingas do corpo brasileiro. Campinas, São Paulo: Papius, 2000.

CAMPOS, Hellio. **Capoeira Regional**: a escola de Mestre Bimba. Salvador: EDUFBA, 2009.

CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira**: pequeno manual do jogador. 4. ed., Rio de Janeiro, Record, 8. ed., 2006.

CASTRO, Lucia Rabello de. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. *In*: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. (Orgs.). **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *In*: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5 n. 11, 1990.

COSTA, Alcilene de Andrade. WANDERLEY, Alba Cleide Calado. As questões étnico-raciais no espaço escolar da educação do campo: fundamentos para uma prática antirracista. *In*: AIRES, José Luciano de Queiroz. *et al.* (Orgs.). **Diversidades étnico-raciais e interdisciplinaridade**: diálogos com as leis 10.639 e 11.645. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

DAYRELL, Juarez; CARRANO; Paulo César R. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. *In: Reunião Anual da ANPED*. v. 25, 2002. Disponível em: [jovens_brasil_mexico-libre.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](http://jovens_brasil_mexico-libre.pdf(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net)). Acesso em: 16 Jul. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social**. Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, 2009.

GOIZ, Juliana de Almeida. Das teorias racialistas ao genocídio da juventude negra no Brasil contemporâneo: algumas reflexões sobre um país nada cordial. *In: Aedos*. Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Porto Alegre, v. 8, n. 19, 2016.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. *In: Em Tese*. Florianópolis, v. 12, n. 1, 2015.

HORBACH, Ana Laura. Autoria e resistência negra na ditadura civil-militar no Brasil. *In: Nau Literária: crítica e teoria da Literatura de Língua Portuguesa*. v. 17, n. 1 – 2020. PPG-Let UFRGS. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE: cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/juazeirinho/panorama>. Acesso em: 15 Nov. 2022.

JESUS, Leonardo Fernando de. **A capoeira no período da ditadura militar (1964 - 1985) no contexto de Belo Horizonte - MG**: diálogos acerca dos processos de resistência e enquadramento na prática da capoeiragem. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

LIMA, Flávio. **A capoeira enquanto prática cultural na E.M.E.F. Severino Marinheiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação. Campina Grande, 2012.

LIMA FILHO, Gilberto Leocádio de. **Negro, mas nem tanto!**: a juventude negra do cabula VI. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA, 2000.

LISBOA, Magno da Nóbrega. **A importância da capoeira na transmissão de histórias e culturas afro-brasileiras nas escolas e comunidades**. Monografia (Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Campina Grande, 2014.

MALAQUIAS, Rosângela. **Juventude negra**: transição, vulnerabilidade e resistência. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MELO, Inácio Correia de. *et al.* **Livro do Município de Juazeirinho**. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – Paraíba – MOBRAL. João Pessoa. Gráfica J.B. Ltda., 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**: 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONAGREDA, Johanna Katuska. A Raça na construção de uma identidade política: alguns conceitos preliminares. *In: Mediações*. Londrina, v. 21 n. 2, p. 366-393, jul/dez. 2017.

MONTEIRO, José Marciano. Direitos humanos e cultura afro-brasileira: a diferença como princípio democrático. *In: ARES*, José Luciano de Queiroz. *et al.* (Orgs.). **Diversidades étnico-raciais e interdisciplinaridade**: diálogos com as leis 10.639 e 11.645. Campina Grande: EDUFCA, 2013.

NANDI, Lindsey Scarelli. **Assistência Social e Juventude**: possibilidades na proteção social básica do SUAS. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural do Brasil. *In: OLIVEIRA*, Josivaldo Pires de. **Capoeira, identidade e gênero**: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.

PACHECO, Janie. Imagens juvenis no cinema brasileiro contemporâneo. *In: TRAVANCAS*, Isabel. NOGUEIRA, Sílvia Garcia. (Orgs.). **Antropologia da comunicação de massa**. (Coleção Paradigmas da Comunicação). Campina Grande - PB: EDUEPB, 2016.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *In: Análise Social*. v. XXV, p. 139-165, 1990

PAIS, José Machado. Jovens e cidadania. *In: Revista Sociologia, problemas e práticas*. n. 49, 2005.

PAULA, Renato de. **O Serviço Social na trajetória de atendimento à Infância e Juventude**. São Paulo, Brasil Social, 2001.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; PERUCCHI, Juliana. Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados “movimentos” juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade? *In: DAYRELL*, Juarez; MOREIRA; Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. (Orgs.). **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

REGO, Waldeloyr. **Capoeira Angola: um ensaio sócio-etnográfico**. Salvador: Itapoá, 1968.

RIBEIRO, Tairane; RIBEIRO, Gabriel. **Somos todos miscigenados? O mito da democracia racial imposta no período da ditadura civil-militar no Brasil**. Universidade Federal de Pelotas, 2015.

RIETVELD, Padre João Jorge. **O Verde do Juazeiro: história da paróquia de São José de Juazeirinho**. 2. ed. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2016.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NASCIMENTO, Josilene Barbosa do; MOREIRA, Orlandil de Lima. (Orgs.). **Genêro, participação política e novas sociabilidades da juventude**. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

SCHERER, Geovane Antonio. **Serviço Social e Arte: juventude e direitos humanos em cena**. 1. ed. São Paulo - SP: Cortez, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Roselani Sodrê da. SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *In: Caderno CRH*. Salvador, v. 24, n. 63, 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Golpes de mestres. *In: Revista Nossa História*. São Paulo, Ano 1. n. 5. Biblioteca Nacional. p. 14-20, março, 2004.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de*. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VIEIRA, Luiz Renato. **O jogo de capoeira, cultura popular no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, SPRINT, 1998.

VOLPATO, Bruno. **Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2022, com insights e materiais**. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/> . Acesso em: 30 Jun. 2022.

TAVARES, Natália de Oliveira. **Reconhecimento e ressignificação: identidade positiva e juventude negra**. Dissertação de mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG, 2014.